

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MINÉIA MARTINS CRISTALDO

**DA NECESSIDADE DE MORAR AO DESAFIO DE PERMANECER: COTIDIANO
DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ARARA AZUL E
JARDIM AEROPORTO – AQUIDAUANA-MS**

AQUIDAUANA - MS
2023

MINÉIA MARTINS CRISTALDO

**DA NECESSIDADE DE MORAR AO DESAFIO DE PERMANECER: COTIDIANO
DOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ARARA AZUL E
JARDIM AEROPORTO - AQUIDAUANA-MS**

Dissertação apresentada como exigência do curso de mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

AQUIDAUANA - MS
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

MINÉIA MARTINS CRISTALDO

Dissertação apresentada como exigência do curso de mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

Resultado: _____

Aquidauana, MS, _____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)
Orientador

Profa. Dr. Eva Teixeira dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Prof. Dr. Edson Pereira de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista que com sabedoria e sensibilidade conduziu da maneira mais leve possível o desenvolvimento desta pesquisa, sempre acreditando que daria certo, fazendo-me acreditar também;

A minha família pelo apoio incondicional;

Aos amigos Tatiane e Felipe que ajudaram de todas as formas possíveis, seja incentivando com palavras, discutindo conceitos, emprestando material ou proporcionando momentos de descontração que são pausas necessárias e estratégicas;

Aos moradores entrevistados que colaboraram com o desenvolvimento deste estudo;

Aos professores Dr. Edson Pereira de Souza e Dr. Eva Teixeira dos Santos que aceitaram fazer parte da banca contribuindo para o aperfeiçoamento da pesquisa;

Ao IFMS, uma instituição que reconhece a importância da educação e incentiva a qualificação de seus servidores, permitindo que eu me dedicasse exclusivamente ao mestrado;

Aos servidores da UFMS e IFMS que sempre que precisei prontamente atenderam as demandas, além de proferirem palavras de incentivo que faz toda diferença em momentos que estamos no ápice do desespero;

E por todas essas pessoas maravilhosas e oportunidades que contribuíram para que eu chegasse ao fim dessa dissertação, não ileso, mas com certeza mais fortalecido, agradeço a Deus.

RESUMO

A moradia é um dos direitos garantidos em lei sendo as políticas públicas habitacionais uma das vias de acesso para a aquisição desse bem. Partindo do pressuposto de que o conjunto habitacional é um espaço produzido e disponibilizado aos segmentos de menor poder aquisitivo, cujos moradores são alijados de tomadas de decisões, seja da tipologia das casas ou locacionais, sendo que, a localização de implantação dessas unidades impõe particularidades que são sentidas ulteriormente a sua instalação e permanência, com isso, direciona-se a análise para esse mundo vivido por meio da reprodução da vida cotidiana dos cidadãos com foco nos moradores de habitações de interesse social, com destaque para os conjuntos habitacionais Arara Azul e Jardim Aeroporto no bairro da Exposição em Aquidauana-MS. Busca-se compreender a organização espacial dos sujeitos pesquisados, por meio de suas práticas cotidianas, de modo a revelar as estratégias vivenciadas nas ações de interação com o espaço de moradia. Para tanto, como procedimento metodológico, partimos da pesquisa qualitativa para extrair informações detalhadas do cotidiano pelas perspectivas dos moradores, além da observação em campo e registros fotográficos. Foi possível apurar que apesar de constatarem problemas estruturais, tanto na escala do bairro, quanto das habitações, os moradores mostraram-se satisfeitos por terem sido contemplados com uma moradia, no entanto, percebe-se claramente o anseio de alterações dos imóveis e das condições locais, evidenciando tanto a precária atuação do Estado quanto as estratégias adotadas que cristalizam ou idealizam formas carregadas de sentidos e necessidades.

Palavras-chave: Habitação de interesse social. Práticas cotidianas. Políticas públicas habitacionais. Lugar. Aquidauana-MS.

ABSTRACT

Housing is a fundamental right protected by the law, and public housing policies serve as a means for people to access this essential asset. When we consider housing complexes designated for lower-income individuals who often have limited say in decision-making processes regarding the design and location of their homes, we start to realize the impact of these predetermined characteristics on their daily lives. In this analysis, our focus is on understanding the lived experiences of city dwellers, particularly those residing in social housing, such as the Arara Azul and Jardim Aeroporto housing complexes in Exposição, neighborhood of Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Our goal is to unravel the spatial organization of these residents by delving into their day-to-day practices and uncovering the strategies they employ to interact with their living spaces. To achieve this, we have adopted a qualitative research approach, gathering rich and detailed information about their daily lives through interviews and conversations with the residents themselves. Additionally, we have conducted field observations and captured photographic records, immersing ourselves in their environment. Throughout our research, we have discovered that despite recognizing structural issues at both the neighborhood and housing levels, the residents expressed a sense of satisfaction in being provided with housing. However, it is evident that they yearn for changes in the properties and local conditions. This desire for improvement sheds light on both the shortcomings of the state's role and the strategies they employ to adapt or envision forms that align with their own unique meanings and needs.

Key words: Social interest housing. Everyday practices. Housing public policies. Place. Aquidauana-MS.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Localização do município de Aquidauana-MS..... | 29 |
| Figura 2 – Localização do Bairro Exposição e área de estudo..... | 33 |
| Figura 3 – Área destinada ao descarte de poda e entulho..... | 35 |
| Figura 4 – Principais vias de acesso aos Conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto..... | 57 |
| Figura 5 – Alterações no padrão construtivo das residências nos conjuntos habitacionais estudados..... | 71 |
| Figura 6 – Campo improvisado para realização de treinos e torneios..... | 81 |
| Figura 7 – Área de lazer do Conjunto Habitacional Jardim Aeroporto..... | 82 |
| Figura 8 –Espacialização das áreas de domínio público, praças e áreas verdes dos Conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto..... | 83 |
| Figura 9 – Futura instalação de praça de lazer e esporte do bairro Exposição..... | 84 |
| Figura 10 –Transformações e usos das áreas destinadas a praça, domínio público e área verde do conjunto habitacional Jardim Aeroporto..... | 88 |
| Figura 11 –Espacialização dos espaços de interesse frequentados pelos moradores entrevistados..... | 95 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Composição da renda familiar dos moradores dos Conjuntos Jardim Aeroporto e Arara Azul | 62 |
| Gráfico 2 – Escolaridade dos moradores dos Conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto..... | 66 |
| Gráfico 3 – O que deveria ser disponibilizado ou melhorado no bairro..... | 101 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Conjuntos habitacionais implementados em Aquidauana, MS (1970-2022)..... | 30 |
| Quadro 2 – Periodização histórica da formação do bairro Exposição em Aquidauana-MS. | 32 |
| Quadro 3 – Faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida..... | 48 |
| Quadro 4 – Faixas de renda Programa Casa Verde e Amarela..... | 49 |
| Quadro 5 – Perfil socioeconômico dos moradores entrevistados..... | 59 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| BNH | Banco Nacional da Habitação |
| CNPJ | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica |
| COHAB | Companhia de Habitação |
| ESF | Estratégia Saúde da Família |
| FCP | Fundação da Casa Popular |
| FEHIS | Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| FNHIS | Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social |
| IAPs | Institutos de Aposentadoria e Pensões |
| OGU | Orçamento Geral da União |
| ONG | Organização não Governamental |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PHE | Plano de Habitação |
| PlanHab | Plano Nacional de Habitação |
| PMCMV | Programa Minha Casa, Minha Vida |
| PNH | Política Nacional de Habitação |
| SFH | Sistema Financeiro de Habitação |
| SFI | Sistema Financeiro Imobiliário |
| SHIS | Sistema de Habitação de interesse social |
| SHM | Sistema de Habitação de mercado |
| SNH | Sistema Nacional de Habitação |
| SNHIS | Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. METODOLOGIA..... | 16 |
| 3. A ANÁLISE ESPACIAL COMO ELEMENTO DE ABSTRAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIO-ESPACIAIS..... | 21 |
| 3.1. O espaço geográfico como conceito chave da Geografia..... | 21 |
| 3.2. A produção do espaço urbano na sociedade capitalista..... | 24 |
| 3.3. A produção do espaço em Aquidauana: um olhar para o bairro Exposição..... | 28 |
| 4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A HABITAÇÃO..... | 39 |
| 4.1. As políticas públicas habitacionais e as moradias de interesse social..... | 39 |
| 4.2. A legislação urbana e o planejamento habitacional..... | 50 |
| 5. PRÁTICAS SOCIO-ESPACIAIS DOS MORADORES DO BAIRRO EXPOSIÇÃO..... | 59 |
| 5.1. Perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados..... | 59 |
| 5.2. Do espaço ao lugar: a vida cotidiana dos moradores pesquisados..... | 72 |
| 5.3. Práticas sócio-espaciais e a (re)produção do espaço no bairro Exposição..... | 77 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 104 |
| REFERÊNCIAS..... | 107 |
| APÊNDICE..... | 117 |

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano é caracterizado pelos variados usos, ações e relações, distinto em aspectos físicos e sociais, atrelado a atuação humana que produz artificialidades no contínuo processo de produzir sua vida. A construção desse espaço obedece a interesses e é reflexo da atuação de vários agentes sociais que atuam em sua materialização fazendo e refazendo a cidade adicionando preços diferenciados a cada parcela que é adquirida conforme o poder de compra de cada indivíduo, excluindo as camadas populares de locais com melhores estruturas. Assim determina-se a localização da população no espaço urbano, pois “a terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço só acessível a uma determinada classe” (RODRIGUES, 2014, p. 18).

O morar passa pelo viés econômico, restringindo maior parte da população quanto ao acesso à propriedade privada pelo mercado imobiliário, dentre as alternativas para se adquirir a casa própria, trataremos nesta pesquisa da possibilidade via políticas públicas habitacionais, com destaque para as políticas voltadas para a produção de habitações de interesse social que em Aquidauana no Estado de Mato Grosso do Sul se deu a partir de 1970 contribuindo para o processo de expansão da cidade, já que as unidades foram instaladas em áreas periféricas.

O direito à moradia está contemplado no Art. 6º da Constituição Federal e, para cumpri-lo, diferentes governos desenvolveram políticas e programas habitacionais, teoricamente com o intuito de amparar aqueles que sozinhos não poderiam comprar sua casa, ampliando o acesso a este direito, objetivando diminuir o déficit habitacional por meio da produção em larga escala.

Os programas de habitação de interesse social financiam casas populares com preços acessíveis (muitas vezes mais baixo que o aluguel) e, para terem acesso à casa própria, esse segmento populacional se sujeita as mais longínquas áreas onde são edificadas as residências, geralmente com infraestrutura precária, sobretudo em relação a malha asfáltica e esgotamento, incorrendo em dificuldades quanto aos vários serviços públicos (saúde, educação, segurança, lazer, entre outros.), contribuindo, por sua vez, para o processo de periferização, retratando a precariedade da inserção desses conjuntos.

Segundo Freitas (2004) desde o Banco Nacional da Habitação (BNH) se procurava enquadrar empreendimentos voltados ao público de interesse social, mas também objetivava aumentar os lucros e com isso houve um divórcio entre arquitetura e moradia popular repercutindo na qualidade do espaço urbano.

Partindo do pressuposto de que o conjunto habitacional de interesse social é um espaço produzido e disponibilizado à população de menor poder aquisitivo, onde o morar nem sempre é uma escolha, e sim uma determinação pela necessidade ou pela possibilidade de ter a casa própria, ao abordarmos a relação dos moradores com esse espaço de moradia, estamos envolvendo os sujeitos que protagonizam o processo, que vivem o lugar e convivem com suas limitações e precariedades por um lado, e por outro, resistem e reproduzem seu cotidiano.

Trazendo assim, a representação real desse espaço por quem de fato conhece e tem, portanto, propriedade e lugar de fala. Evidenciando as relações/ações, os sentimentos, as necessidades e os desafios, evidenciamos a essência desse espaço urbano humanizado e ao dar voz aos sujeitos pesquisados, esperamos dar visibilidade as suas carências vislumbrando correção das falhas, endossando a participação popular na construção da cidade para que de fato os moradores sejam beneficiados, alcançando qualidade de vida, dignidade e plena cidadania.

A resignificação do espaço urbano segundo as relações e sentidos daquele que constrói no dia a dia sua vida é a superação daquilo que se apresenta como forma, é o aprofundamento sobre este espaço, acima de tudo, humano. A cidade quando distante é de difícil apreensão, quase impossível de se capturar. “É raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas. A forma domina, predomina, esmaga os seres humanos como as grandes construções religiosas [...]”. “A obra do homem parece se sobrepor ao próprio homem e as formas concretas visíveis escondem seu real significado: a de obra sem sujeito” (CARLOS, 2018, p. 12). Ao se questionar quais palavras se associam a cidade, em mais de 80% dos casos ligam-se “a ruas, prédios, carros, congestionamentos, multidão e gente, aquilo que aparece aos olhos, no plano imediato e perceptível, concretamente visível e percebido, as formas e o caos” (Ibid., 2018, p.11).

A pesquisa surgiu da inquietação em compreender de que maneira os sujeitos sociais que são contemplados com as moradias de interesse social e passam a viver nos conjuntos habitacionais traçam suas relações cotidianas apropriando-se desse espaço. Mas e depois, o que esses sujeitos fazem? Qual a sua relação com o novo espaço de moradia? Como produzem e reproduzem o espaço adequando a seu modo de vida? Quais desafios enfrentam? Quais os desdobramentos resultantes da localização residencial e das condições locais? Como a falta de infraestrutura, por exemplo.

Necessidades que, deixadas em segundo plano, face à ideologia da casa própria, são sentidas posteriormente a sua instalação e permanência, impondo particularidades que são vivenciadas e sentidas pelos moradores, onde as subjetividades do espaço produzido pelo modo

de produção capitalista se apresentam de forma perversa e sem filtro, atribuindo ao cidadão condições distintas de acesso a serviços e infraestruturas que são imprescindíveis para o desenrolar da vida.

Ao mesmo tempo em que, certa medida, o homem apresenta-se passivo frente às forças dominantes, em uma escala menor, esse ocupa o papel de sujeito, evidenciando-o não como o agente nos cenários políticos e econômicos, mas aquele que improvisa em meio a limitações e precariedades, construindo e reconstruindo material e socialmente seus espaços segundo sua realidade e necessidade e dessa forma, ressignificando-o.

É por meio dessas construções diárias que se revelam táticas, estratégias e ações em suas vivências cotidianas, demonstrando sua resiliência e poder de enfrentamento das desigualdades, moldando sua realidade. Retratamos a cidade pelas formas apresentadas, destacamos as grandes forças produtivas, a posicionamos cartograficamente e torna-se necessário compreendê-la. “Em primeiro lugar, a compreensão da cidade na perspectiva da geografia nos coloca diante de uma dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material – a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma” (CARLOS, 2007, p. 20).

As produções se apresentam aos olhos e materializam no espaço segundo forças políticas, econômicas e sociais, por outro lado, a vida ocupante dessas formas lhe dá movimento, profundidade, significado e também promovem transformações que nos permitem e nos convidam a uma releitura desses espaços.

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos talvez contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaços e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescritível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 2006, p. 217 – 218).

É justamente a mescla entre materialidade e relações que o espaço alcança sua totalidade, que a vida do homem se concretiza e ganha forma, estabelecendo seu cotidiano, sua relação com as coisas e com o outro. Carlos (2007, p.12) compreende a cidade como “o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana. Assim, o espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o”. Sendo, sobretudo, o local onde as relações humanas acontecem.

Dessa forma, direcionamos nossa análise para a reprodução da vida cotidiana dos cidadãos do bairro Exposição em Aquidauana-MS, focando nos moradores de habitações de interesse social, com destaque para os conjuntos habitacionais Arara Azul e Jardim Aeroporto. Temos por objetivo geral compreender a organização espacial dos sujeitos pesquisados, por

meio de suas práticas cotidianas, de modo a revelar as estratégias vivenciadas nas ações de interação com o espaço de moradia.

De modo específico, busca-se descrever a vivência dos moradores com o espaço de moradia e com o outro; apontar as ações cotidianas que incorreram em alterações espaciais; relatar sua interação com o entorno e assim os desafios enfrentados por este segmento populacional ao habitarem espaços de moradia periféricos e com baixo investimento em infraestrutura urbana e, ainda, verificar o grau de satisfação dos moradores com a residência e com o bairro.

Para o alcance do objetivo o trabalho foi sistematizado em partes. Iniciou-se com a metodologia, pautamo-nos no método fenomenológico que compreende o mundo por meio das experiências vividas. “Antes de tudo, a intenção é descrever, não explicar, fenômenos da experiência imediata e estes incluem literalmente qualquer coisa experimentada – lugar, silêncio, existência, contato interpessoal [...] (RELPH, 1979, p. 4).

Trazido por Struchiner (2007, p 249), como uma proposta de reaprender a ver o mundo, sendo o primeiro mandamento o desenvolvimento de atitude atenta e observadora. “Fenomenologia é, então, o estudo das coisas conforme ela se manifestam. Portanto, ver e observar atentamente o aspecto manifesto das coisas é o melhor modo de acessar a realidade das coisas mesmas”.

O arcabouço teórico desta pesquisa divide-se em dois momentos considerados de extrema importância para o desdobramento da reprodução da vida cotidiana dos moradores pesquisados, iniciando com a abordagem da produção sob o modo de produção capitalista, que explica a configuração existente, a realidade imposta e assim, a condição e o caminho trilhado por essas pessoas até chegarem a esses conjuntos habitacionais.

De acordo com Lisboa (2020, p. 26) “Dentre os conceitos da Geografia, o espaço geográfico é o mais abrangente, apresentando-se como “um todo” do qual derivam os demais conceitos e com o qual eles se relacionam”. Sendo assim, abordou-se brevemente sobre a evolução do pensamento quanto a centralidade do espaço geográfico como conceito-chave da Geografia, sendo esse uma construção social em que o modo de produção é de grande relevância para a compreensão da produção e organização que, promovidos por diferentes atores materializam as desigualdades sócio-espaciais.

Fez-se um breve histórico da produção do espaço de Aquidauana com enfoque para o bairro Exposição para entender seu processo de produção e organização, bem como sua estruturação, possibilitando assim uma análise sobre a população local, contribuindo para a reprodução do cotidiano que é o foco central da pesquisa.

Diante das inúmeras formas de uso da terra urbana, tratou-se nesta pesquisa da produção residencial, implementada via políticas públicas habitacionais, onde o Estado atua para diminuir o déficit habitacional e de forma imperativa decidir o assentamento dos cidadãos que não conseguem adquirir seus imóveis por meio do mercado imobiliário. Não obstante, o capítulo 4 foi dedicado a analisar a formulação de políticas públicas habitacionais e como o Estado planeja, até hoje, a implantação de habitações de interesse social em áreas periféricas resultando na segregação residencial, onde a infraestrutura e prestações de serviços não acompanham a construção das unidades refletindo nos desafios, estratégias, adequação e renúncias por parte dos moradores.

Após abordar a condição da localização dos cidadãos obedecendo a uma lógica espacial, a pesquisa se volta a um segundo momento, na ressignificação desse espaço por parte dos moradores a partir da vivência, da experiência diária, dos desafios impostos por um planejamento frágil e deficitário, e por meio das atuações/idealizações a revelação das necessidades individuais e coletivas que resultam na reprodução do seu lugar no espaço.

Tuan (1983) defende que a ideia de espaço e lugar são interdependentes em suas definições, onde o espaço acaba por se transformar em lugar à medida que se conhece e atribui valor. Sendo que “é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas” (Carlos, 2020, p. 351.).

A possibilidade do entendimento de espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectiva para analisar as relações sociais a partir da materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializa-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar (CARLOS, 2007, p. 41).

Por fim, apresentou-se os resultados do trabalho de campo, com o levantamento do perfil socioeconômico dos moradores, destacando as trajetórias de vida para entender o processo que os conduziram até as moradias de interesse social. Realizou-se ainda o levantamento da relação com o espaço de moradia e com o outro, bem como a articulação com o entorno para compreender o seu cotidiano, finalizando com o processo de permanência e seus desafios.

2. METODOLOGIA

Qualquer pesquisa nasce da dúvida e deve ser profundamente analisada, para isso, alguns procedimentos são necessários para sustentação e credibilidade dos resultados obtidos. Buscando uma visão de totalidade sobre o espaço humano e superação da superficialidade da aparência, com a intenção de explanar sobre o cotidiano daqueles que se veem residindo em locais determinados, reconstruindo no dia a dia sua história, nos aproximamos do espaço vivido, das experiências cotidianas.

Se procurarmos o significado de cotidiano, encontraremos uma simplória explicação que está ligada a rotina, algo banal, “um significado bastante cristalizado em dicionários e teorizações: é aquilo que acontece diariamente; que é comum a todos os dias; é o dia-a-dia que passa despercebido em sua mesmice” (Spink, 2007, p. 7). Levando-se ao pé da letra parece quase robótico, superficial e até desinteressante, mas compreendemos a importância do aprofundamento para além da primeira impressão/visão. Pautamo-nos, para isso, no método fenomenológico que “tem a ver com os princípios, com as origens do significado e a experiência” (RELPH, 1979, p. 1).

Em resumo, os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; e apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. A dificuldade é como fazer isso sem destruir a riqueza e a complexidade dos significados. A descrição e a interpretação fenomenológicas oferecem métodos bem desenvolvidos para se realizar essa tarefa (Ibid, 1979, p. 4)

De acordo com Silva, Lopes e Diniz (2008, p. 255) “Esse método filosófico desvela a cotidianidade do mundo do ser onde a experiência se passa, transparece na descrição de suas vivências. [...] O termo fenomenologia significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, buscando explorá-lo”. A partir dessa aproximação apropria-se do lugar como categoria de análise, é nessa escala que se concentra esta pesquisa, na resignificação do espaço distante para o mais íntimo, a realidade vivenciada por esses sujeitos que reproduzem seu lugar no espaço.

O lugar é conceituado na dimensão da experiência, perpassando as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, e consubstanciando também as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários. O lugar é, portanto, centro da afetividade e da razão sensível, constituindo-se no foco da experiência humana (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009, p.167)

Após definição do tema da pesquisa, iniciou-se o levantamento bibliográfico que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 186) “servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto”. Realizou-se leituras envolvendo as temáticas associadas ao espaço geográfico como conceito chave da Geografia; sobre o espaço urbano e sua produção; a segregação residencial; as políticas públicas habitacionais, a concepção de lugar, bem como as práticas sócio-espaciais.

Partindo a campo realizamos algumas etapas exploratórias “Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamento de material documental bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teorias” (MINAYO, 2002, p. 26).

É preciso destacar a dificuldade em se obter informações dos órgãos públicos, por mais que, em certa medida, respondam as demandas, possuem dados incompletos, as informações são dos ocupantes das funções, não fazem parte de um banco de dados da repartição e a cada alteração no quadro de servidores responsáveis, essas são descontinuadas.

As observações *in loco* são de extrema importância, pois há um contato direto com o objeto de estudo, o que revelou em algumas situações a necessidade de reformular questionamentos sobre atuações pontuais desenvolvidas por alguns moradores nos ajudando a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS; MARCONI, 1996, p.79). Foram feitas anotações e descrições da área estudada, bem como registros fotográficos que contribuíram para captura da forma.

Do ponto de vista da forma, foi feito levantamento das transformações estruturais nas residências e no bairro, além de reivindicações e desejos, evidenciando não somente o poder de atuação desses sujeitos, mas também anseios, lutas e resistências dos moradores que materializam ou idealizam formas carregadas de sentidos e necessidades. “A produção material manifesta o fato de que se produzindo, a sociedade não reconstitui apenas suas condições materiais de existência, mas também suas relações sociais” (CARLOS, 2018, p. 76).

O recorte espacial deu-se sobre as habitações de interesse social do Conjunto Arara Azul e Jardim Aeroporto, produzidos no bairro Exposição que, iniciado por ocupação, é a mais recente e ampla área para instalação de moradias, é a direção para onde a cidade se expande, experimentando uma intensa produção espacial devido à construção de conjuntos habitacionais, sendo o mais distante da área central, deficiente tanto da atuação do poder público, quanto de investimentos privados o que contribui ainda mais para o desafio desse “morar às margens”.

Entendendo como necessária a descrição do local que foi escolhido para a implantação desses conjuntos, realizou-se o levantamento histórico de surgimento do bairro, sua composição estrutural, prestação de serviços, sendo entendido como indispensável para visualizar a atuação dos agentes que contribuem para a dinamização e o desenrolar do cotidiano. Para tanto, utilizamos de dados secundários produzidos pela Prefeitura municipal de Aquidauana e trabalhos acadêmicos.

Diante de tais informações produzimos mapas de localização do município de Aquidauana, do bairro Exposição e da área de pesquisa, além da espacialização dos espaços frequentados pelos moradores entrevistados a fim de ilustrar a dinâmica cotidiana, também a espacialização das áreas de domínio público, praças e áreas verdes dos conjuntos habitacionais, utilizando para isso o programa Qgis.

Procurando evidenciar além das concretudes, surgiu a necessidade de não se limitar apenas as formas, para não cairmos no que Corrêa (2000, p. 28) denomina “espacialismo estéril. Por outro lado, ao considerarmos isoladamente a forma espacial apreenderíamos apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre esta e a aparência”. Portanto, aprofundamos em suas visões, experiências e atuações.

Apoiamo-nos em Santos (1999), nas observações ao se descrever e analisar as especificidades deve-se ultrapassar as questões físicas, abarcando o vivido. “Poderíamos na investigação do espaço vivido alcançar a dimensão de produto social, pois ele contém relações sociais. A pesquisa de campo poderia ser realizada promovendo-se diálogos entre pesquisado e pesquisador” (SANTOS, 1999, p. 116).

Como nossa intenção foi de extrair informações detalhadas do cotidiano pelas perspectivas nos moradores, ou seja, com foco no sujeito, partimos da metodologia qualitativa, que de acordo com Millani (2016, p. 47) “nos possibilita apreender os significados do espaço, que não se apresentam por si mesmos, já que eles são produzidos a partir das práticas espaciais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles influenciadas”.

A entrevista qualitativa fornece dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e o fenômeno, tendo como objetivo a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos específicos (SILVA et. Al., 2006, p. 247).

Utilizamos a técnica de entrevistas semidirletiva ou semiestruturada “nela a formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada” (COLOGNESE E MÉLO, 1998, p. 144) e mesmo que haja um roteiro

previamente estabelecido, perguntas adicionais podem ser feitas para elucidar questões, ou para recompor a entrevista.

Procurou-se retratar ao máximo a realidade sem influenciar o entrevistado pela visão do pesquisador, permitindo assim que ao ser interrogado o entrevistado pudesse discorrer sobre a situação sob seu ponto de vista. De acordo Gil, (2008, p. 109) “a entrevista é, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

O roteiro foi desenvolvido em três blocos. No primeiro bloco iniciamos pela identificação dos moradores, apresentando o perfil dos entrevistados, pois assim conseguimos informações importantes para a correlação das análises futuras.

No segundo bloco averiguamos o histórico habitacional, sua condição de moradia anterior e como se deu o processo que os levaram a uma habitação de interesse social, bem como a luta travada junto à secretaria de habitação, levantando a satisfação ou não com as residências e as mudanças realizadas ou pretendidas.

No terceiro bloco buscou-se compreender as práticas cotidianas dos moradores entrevistados em seus momentos livres, suas interações com a vizinhança, também uso das estruturas e serviços locais e necessidade de procurá-los fora do bairro, observando a frequência, meios de locomoção utilizados, tempo médio de deslocamento e sua percepção quanto à distância, levantamos a satisfação ou insatisfação com o bairro, sobre as deficiências sentidas e vividas e possíveis ações para seu melhoramento, identificando o processo de adaptação, buscando retratar o cotidiano e as relações corriqueiras que se estabelece com o espaço e com o outro por meio das práticas sócio-espaciais.

Ainda, a respeito do questionário, inicialmente foi aplicado um pré-teste no dia 01 de maio de 2022, para verificar a eficácia dos questionamentos e possíveis mudanças no roteiro para o alcance dos objetivos. Retomamos as entrevistas nos dias 14, 15 e 19 de junho e 01, 02, 05 de julho 2022, foram realizadas um total de 16 entrevistas, sendo 11 no Jardim Aeroporto e 05 no Arara Azul.

Como critério, para abordagem das famílias, primeiramente pautava-se na presença de um adulto e a disponibilidade para responder a entrevista, na maioria das vezes, o entrevistado abordado estava sentado em frente a sua casa, desfrutando assim de seu momento de ócio¹, que é o ponto inicial do terceiro bloco, onde buscamos o levantamento das práticas desses

¹Sendo aqui trazido como o momento livre de quaisquer atividades obrigatórias.

moradores partindo da interação e convivência nesse espaço de moradia em seus momentos livres.

Com ênfase na fala dos moradores e a fim de captar todos os detalhes da entrevista que se baseou em conversa e alguns ajustes necessários para melhor compreensão de falas ao percebermos algo importante a se explorar para enriquecimento da pesquisa, onde alguns questionamentos não se aplicaram a todos, pois se tratava de particularidades encontradas no decorrer das narrativas e observações.

Utilizou-se o gravador, mas primeiramente era explicado os objetivos, falava da necessidade da gravação e pedia a permissão antes de começar para que não fossem pegos de surpresa e não se sentissem pressionados, mas repetia a pergunta para registrar a autorização do morador, deixando clara a preservação dos nomes que seriam substituídos por números ou nomes fictícios. As falas foram transcritas em documento do Word respeitando na íntegra, inclusive as gírias utilizadas.

Por fim, realizamos a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, produzindo gráficos, quadros e mapas.

3. A ANÁLISE ESPACIAL COMO ELEMENTO DE ABSTRAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIO-ESPACIAIS

3.1 O espaço geográfico como conceito chave da Geografia

Para compreender o espaço urbano, é preciso primeiramente e, mesmo que rapidamente, tratar da evolução do pensamento geográfico, trazendo luz para os paradigmas da geografia e para centralidade que o espaço geográfico tomou no processo de sua construção enquanto objeto de estudo da geografia.

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, por outro lado, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior(CORRÊA, 2000,p. 15).

O conceito de espaço geográfico muitas vezes é (re)definido por meio das várias vertentes da geografia, pois tal conceito é acompanhado pelas inovações no campo das abordagens ditas geográficas, essa tendência de redefinição ou de renovação do conceito já é observada desde a fundação da disciplina como ciência moderna.

Para Corrêa (2000), a geografia moderna foi fundada pelos desdobramentos teóricos entre a escola determinista alemã e a escola possibilista francesa. De acordo com a escola determinista de geografia, o espaço geográfico era entendido como uma categoria que se fundamentava por meio de um absolutismo geográfico e ambiental, onde os recursos naturais e o próprio espaço determinavam a história das nações ou dos povos, e assim a ideia de ampliação do território era entendido como motor histórico das sociedades humanas, o termo “espaço vital” (*Lebensraum* em alemão) foi designado para dar entendimento a este tipo de abordagem.

Por outro lado, a escola francesa de geografia se opunha ao enfoque determinista da escola alemã, nesse sentido, de acordo com Gomes (1997), o possibilismo geográfico da escola francesa afirmava que a relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente resultava em ações e fenômenos relativos entre si, portanto, para os possibilistas, a condição do meio material não determina de forma totalizante o comportamento e as ações humanas, pois a sociedade também é uma variante de mudança sobre o espaço e o meio ambiente, o enfoque da geografia possibilista sob a ideia das relações recíprocas entre ser humano e o espaço fica evidente quando

era dada a importância da ideia de região como um método de recorte espacial e descrição das variantes humanas e ambientais.

A partir do início da segunda metade do século XX, a revolução da geografia teórico-quantitativa ou neopositivista assume papel de relevância no meio acadêmico, foi a partir desta abordagem que pela primeira vez o conceito de espaço geográfico passa a ser alçado como conceito chave da Geografia, onde o foco é a dimensão espacial da sociedade.

A geografia teórico-quantitativa se destaca pela sua compreensão analítica da linguagem matemática sobre os dados espaciais, adotando assim modelos matemáticos e cálculos estatísticos para determinar resultados mais apurados e exatos dos fenômenos da superfície terrestre, pois quanto maior o nível de acurácia obtido sobre tais modelos, melhor é o resultado e desempenho da pesquisa acerca dos dados espaciais, contribuindo tanto para a análise, quanto a intervenção a qual é inerente da Geografia pragmática.

A quantitativa permite a elaboração de “diagnósticos” sobre um determinado espaço, apresentando uma descrição numérica exaustiva sobre suas características, e ainda as tendências da evolução dos fenômenos ali existentes. Este diagnóstico ou survey permite um conhecimento da área enfocada e a escolha de estratégias de intervenção, acelerando ou obstaculizando as tendências presentes (MORAES, 1985, p. 107).

De acordo com Costa (2010) mesmo que em uma visão muitas vezes abstrata, idealista e pautada em modelos matemáticos, o espaço dos neopositivistas já incorporava a ideia de movimento, relação e processo e, nessa configuração um espaço relativo “pautado não no caráter absoluto de referências locacionais padronizadas, por exemplo, mas na relação entre objetos que, móveis, “relativizam” a própria noção absoluta de distância e de movimento” (COSTA, 2010, p. 160).

Particularmente como um modelo de oposição a geografia teórico-quantitativa surgiu em 1970 o movimento da Geografia crítica, o espaço geográfico nesta abordagem era entendido a partir de uma análise marxista, onde o materialismo histórico e dialético apontava o antagonismo e o dualismo entre as sociedades humanas e o meio material, desse modo, a relação entre estas duas esferas resultava na síntese que é o espaço geográfico, portanto, o meio onde se manifesta a reprodução e organização das sociedades por meio da mudança constante do ambiente pelas ações humanas, é por esta razão, que esta relação dialética não só demonstra que o ser humano é um sujeito histórico como também um indivíduo geográfico capaz de se projetar na realidade espaço-temporal do círculo dialético-histórico e materialista.

Nesse sentido, Rodrigues e Soares (2009, p. 11) afirmam que:

Marx e Engels se apropriam de tais ideias de forma crítica, passando a conceber o homem como possuidor de um caráter social, que mantém relação

ativa com a natureza, através do processo histórico de mediação com a mesma, via trabalho. Daí a afirmação de que o homem é um ser ativo e ao modificar a natureza fora de si modifica ao mesmo tempo sua própria natureza, estando nestas afirmações explícito o movimento histórico e dialético proposto por Marx e Engels.

O espaço geográfico é assim o processo dinâmico entre o homem e o meio material, definidas na ordem espaço-tempo de forma ininterrupta que “oferece condições para a vida, transformando o homem e suas relações sociais, e os homens, por meio de suas relações sociais, (re)configuram continuamente o espaço” (ROMA, 2008, p. 5).

Para Santos o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações e, por meio da análise desse híbrido é que se compreende a dinâmica espacial. Nessa perspectiva

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que o preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 1991, p. 26-27).

Há a superação quanto ao espaço visto apenas como palco da ação humana, ele conduz a reprodução. Carlos (1994, p 34), indica que o espaço geográfico não é base da história mundial, e sim produto das relações pautadas na divisão do trabalho que ocorrem entre homem e natureza em um dado momento histórico, sendo processo de produção e reprodução, que implica na continuidade do desenvolvimento da própria sociedade.

De acordo com Souza (2021), a interpretação naturalizante do que se entende por espaço geográfico vem gerando desconforto nos geógrafos “humanos” que, sob influência principalmente do filósofo neomarxista Henri Lefebvre passaram a considerar o espaço social, não aquele conceituado de maneira abstrata como pelos matemáticos, físicos e vários filósofos, mas sim “o espaço social como sendo aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade” (SOUZA, 2021, p. 22).

Sendo esse espaço geográfico uma construção social traremos a seguir sua produção seguindo a ordem do modo de produção vigente, os agentes concretos responsáveis pela dinâmica da sua configuração, resultando em formas e condições distintas a cada indivíduo a depender de sua localização nesse espaço construído.

3.2 A produção do espaço urbano na sociedade capitalista

Diante de tais concepções geográficas e espaciais descritas e frente à dinâmica das cidades que se tornaram o local em potencial das atividades humanas que influenciam todo um contexto a nível político, econômico, ideológico e cultural, e que desse modo, desempenham uma capacidade de transformação das sociedades ditas industriais, influenciando assim comportamentos e, sobretudo, modos de vida é que trataremos aqui desse espaço geográfico urbano que, imbricado às relações sociais resultam arranjos espaciais que implicam em constantes transformações no ambiente geográfico/social e, nesse misto, se faz e se refaz de forma heterogênea e repleta de desigualdades.

A partir do capitalismo industrial que testemunhamos o processo acelerado da urbanização e conseqüentemente o protagonismo das cidades, segundo Sposito (2000, p. 30) “A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”. Esse movimento promoveu uma mudança de enredo quanto à importância e significado das cidades pré e pós-industriais. Houve, assim, uma ressignificação, exigindo acentuada produção e organização geográfica/social para viabilizar e impulsionar novas funcionalidades.

Tratado pelo capitalismo sob uma nova ótica e prática, Lefebvre (1970) traz a importância da produção não apenas no, mas do espaço que, paralelo a produção industrial atuando como segundo setor, se sobrepõe a esse.

O imobiliário, como se diz desempenha o papel de segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o mercado de bens não duráveis ou menos duráveis que os imóveis. Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão para ele afluem os capitais (...) Enquanto uma parte da mais valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte da mais valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. O segundo setor suplanta o principal (LEFEBVRE, 1999, p. 146-147)

Não se trata, portanto, apenas do local onde se produz mercadorias, mas também tornar-se uma. “O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial” (LEFEBVRE, 1999, p. 143). A terra urbana cooptada pelo capitalismo privatizada e edificada possibilita reter e acumular riquezas criando estrategicamente condições para sua continuidade.

Como cidades nascidas e ainda viventes sob a égide desse sistema, submetemos a suas regras e vivenciamos as práticas da produção e organização espacial promovidas por forças

distintas que ora duelam, ora se unem e materializam as desigualdades sócio-espaciais, isso porque resultam de um planejamento pautado em interesses pontuais de agentes específicos. “É um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS,1978, p.122).

A produção do espaço é social, o modo de produzir da sociedade pautada em uma lógica, que no caso do capitalismo tem a necessidade de aglomerar e também ocultar contradições sociais. “Isso fez com que essa produção resultasse em diferentes lugares, lugares de diferentes classes e diferentes grupos, lugares contraditórios” (CAVALCANTI, 2001, p. 17).

Corrêa (2017, p. 43), argumenta que a produção do espaço urbano “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. O autor traz em sua clássica obra “O espaço urbano” (1989, p. 12) como agentes concretos que fazem e refazem a cidade “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) os grupos sociais excluídos”. E mesmo que por vezes haja divergências estratégicas entre esses agentes, a apropriação da renda da terra torna-se um dos fatores que os unem.

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2017, p. 43).

O autor ainda salienta que graças à complexidade da ação desses agentes sociais é que se dão as práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que incorporam novas áreas para a expansão urbana, densifica o uso do solo, ora valoriza e ora deteriora áreas, renova áreas urbanas, reloca infraestrutura e muda de forma coercitiva, ou não, o conteúdo social e econômico. Sendo assim, há uma mudança na alocação dos investimentos, nas estruturas e por fim no assentamento das atividades e da população.

De todas as formas de uso do solo contempladas no espaço-tempo trataremos nesta pesquisa da condição primária do homem em suas relações: a moradia. O morar independe de qualquer situação ou condição, nos casos mais dramáticos, sem a mínima estrutura: nas ruas. De acordo com Carlos (2018, p. 42-43) “o homem necessita de um espaço para viver, mesmo que seja debaixo de alguma ponte. Ele necessita de um lugar para comer, dormir, descansar,

enfim, um lugar usado para reposição de energia, da reprodução da força de trabalho e da espécie”.

A produção de espaços residenciais é uma transação antes de tudo capitalista e, portanto, visa o lucro. Rodrigues (2016) argumenta que nas últimas décadas a distribuição de padrões urbanos tornou-se ainda mais discrepantes com a aplicação dos excedentes, seja o capital privado ou pela atuação do estado capitalista que é desigual no espaço urbano.

Essas atuações pontuais promovem diferenciações físicas e conseqüentemente de valores e assim se faz a distribuição da sociedade em classes, seguindo uma ordem econômica, isso porque a escolha do local para moradia só se faz por quem pode pagar, sua concentração se dá segundo segmentos sociais de renda diferenciada, tendo em vista que a valoração do solo altera de acordo com a localização e benesses impostas por certos agentes, sendo adquirido conforme o poder de compra, contribuindo para o acesso desigual e determinado do espaço por parte da população. E, dessa forma, “A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo, independente, portanto, da vontade dos indivíduos” (SANTOS, 2007, p. 112).

Carlos (2018, p. 47) defende que “a discussão do valor do espaço nos remete à ideia do espaço-mercadoria, é a forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém”. E assim, podemos dizer que:

[...]o espaço urbano produzido sob a égide do valor de troca se impõe ao uso social da cidade. Este processo realiza a desigualdade na qual se assenta a sociedade de classes, apoiada na existência da propriedade privada da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole, em sua totalidade, a partir da aquisição da moradia (CARLOS, 2013, p. 96).

A autora se refere à metrópole, mas isso é vivenciado também em cidades pequenas. Nesse sentido, Santos (1978) argumenta que é segundo o poder de compra que a sociedade se redistribui sobre as formas geográficas se transformando em espaço, beneficiando alguns em detrimento da maioria.

Nesta perspectiva, Gomes (2002, p. 172) traz que:

[...] o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem social é concebida como uma condição para que essas ações se reproduzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. [...] De forma resumida, o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido. [...] Ele passa então a ser visto como o conjunto indissociável das formas com as práticas sociais.

As condições variam, a apropriação implica em vantagens ou deficiências. Santos aprofundando ainda mais essa questão traz a interferência na condição de cidadão, declarando que “a igualdade dos cidadãos supõe para todos uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe [...]” (SANTOS, p. 144,2007).

[...] Cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – homens, firmas, instituições, meio – entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar [...] (SANTOS, p. 10, 1997).

Entendemos como uma real cidadania aquela em que se alinha teoria e prática e partindo do produto espacial como condicionante a realização de direitos e deveres compreendemos as distintas condições a partir da localização dos indivíduos. Saravi (2008, p. 96) levanta que a distribuição da população nesses moldes não se trata apenas de diferenciação.

Cuando hablamos entonces de La distribución de La población em el espacio, Del nivel de concentración de determinados grupos em ciertas áreas de laciudad, y/o del grado de homogeneidad social que presentan áreas específicas; hablamos no solo de diferenciación sino también de desigualdad, e incluso talvez de exclusión (SARAVÍ, 2008, p. 96).

Diante dos desdobramentos que o localizar e as condições locais são capazes de desencadear, enveredamos mais especificamente na produção dos espaços de moradia de interesse social, que geralmente se faz as margens, na “franja da franja”, apresentando-se de maneira mais gravosa uma vez que são planejados por quem tem poder e obrigação de resguardar o direito à moradia adequada. Para David Harvey (2008, p.73): “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direito”.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos consta no comentário número 4 do Comitê sobre os direitos Econômicos, Sociais e Culturais alguns critérios que são necessários para garantia de moradia adequada, sendo: Segurança da posse; Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; Economicidade; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e Adequação cultural (BRASIL, 2013, p. 13).

Pasternak (2016) defende que o conceito de habitação adequada deve no mínimo envolver a integração da unidade habitacional na trama urbana e o grau de atendimento a serviços de infraestrutura e equipamento social.

Rolnik (2009, s/p) traz o direito à moradia adequada como um direito humano fundamental que precisa ser reconhecido pelos Estados-membros, devendo ser abordado ao planejar o urbano e ao desenvolver políticas habitacionais. “Uma casa não é uma mercadoria - quatro paredes e um teto. É um lugar para viver com segurança, paz e dignidade, e um direito de todos os seres humanos”.

A atuação do Estado na produção habitacional de interesse social em Aquidauana iniciou-se por volta de 1970, nas regiões periféricas, contribuindo para o processo de expansão da cidade, apresentando problemas quanto a localização e qualidade dos imóveis. De acordo com Jóia (2005) o primeiro conjunto habitacional, Princesa do Sul, não estava equipado para atender os moradores, esses alegaram também problemas quanto ao tamanho e a má distribuição do espaço interno das residências o que provocou o abandono de algumas casas logo no início.

Abordar-se-á nesta pesquisa dois conjuntos habitacionais, Arara Azul e Jardim Aeroporto que, seguindo a lógica de produção de habitações para esse segmento, foram instaladas periféricamente e ainda não superou alguns problemas estruturais, denunciando a realidade vivida por cidadãos que não conseguem participar do mercado imobiliário.

3.3. A produção do espaço em Aquidauana-MS: um olhar para o bairro Exposição

Nesse breve histórico apresentado pretendemos evidenciar alguns pontos importantes de sua produção e organização, principalmente quanto a expansão urbana. O município de Aquidauana está situado no Estado de Mato Grosso do Sul (figura1), distante cerca de 130 km da capital do Estado, Campo Grande, conta com uma população de 45.614 habitantes (IBGE, 2010), com estimativa para 2021 de 48.184 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 17.087,021 Km² (IBGE, 2021). Faz parte de sua base territorial dez aldeias indígenas, sendo uma urbana, quatro distritos, uma comunidade quilombola e quatro assentamentos. É conhecida como “Portal do Pantanal” por localizar-se na principal passagem para região sul do bioma.

Figura1: Localização do município e área urbana de Aquidauana-MS



Fonte: SOUZA, 2022.

Aquidauana foi fundada “Para resolver o problema de isolamento e dificuldade de transações comerciais que as sucessivas enchentes do Pantanal provocavam” (JEUS; LIMA; HOFF, 2018, p. 16). Segundo Joia (2005) foi a característica física da região que influenciou as primeiras povoações, sendo o rio outro atrativo, pois era via comercial entre Aquidauana e Corumbá e posteriormente para outras localidades portuárias do Brasil.

Inicialmente obedecendo a uma lógica física natural que se fazia necessária para estabelecer conexões com outras áreas, o rio vai perdendo lentamente sua centralidade com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em 1914, promovendo mudanças na configuração urbana e sociocultural de Aquidauana, oferecendo emprego, atraindo pessoas das mais variadas partes, impulsionando assim seu desenvolvimento (OLIVEIRA NETO; MARTINS, 2020).

Aqui ele pediu para analisar, mas no contexto dá para entender o que quero dizer.

A estação ferroviária contribuiu para o crescimento da cidade, ganhando destaque, importância e provocando uma necessidade urgente da estruturação desse espaço, “seja através da construção de novas residências para os ferroviários e criação de serviços e assistência médico-hospitalar, assim como igrejas, áreas de lazer e os primeiros loteamentos” (JOIA, 2005, p. 37). A expansão urbana se limitava de forma ordenada entre os córregos Guanandi e João Dias e se estendia até o trilho e estação que atraíram também o comércio para suas proximidades. Em 1920 a Praça da Estação findava a cidade. Hoje, essa área corresponde ao centro.

Segundo o autor, data de 1930 o primeiro loteamento do núcleo urbano, localizado dentro da área ordenada da cidade, fato que se alterou quando a área urbana começou a crescer e novos loteamentos foram criados para além desses limites. Em trabalho anterior, Silva e Joia (2001) indicaram como os primeiros loteamentos: Nova Aquidauana, Vila Prado e Jardim São Francisco.

Em 1950 Aquidauana já era uma das principais cidades de Mato Grosso do Sul, e progredindo lentamente com a urbanização, recebeu investimentos em infraestrutura. Por volta dessa década inicia-se um planejamento para expansão da área urbana, porém, esse elaborado em 1956 ainda não contemplava as áreas periféricas, as ações objetivavam urbanizar a entrada da cidade (SILVA; JOIA, 2001).

Em 1970 houve um crescimento populacional que Joia (2005) atribuiu a construção da BR 262 que integrou efetivamente as cidades da região pantaneira a capital do Estado, foi nessa época que se presenciou a iniciativa de expansão da área urbana através da distribuição periférica da população. O autor ratifica que a expansão urbana cada vez mais difusa considerando os preços dos terrenos e a topografia plana, contribuiu para o surgimento de muitos espaços vazios no processo de urbanização. Ocorrendo um parcelamento sem preocupar em oferecer infraestrutura básica (JOIA; SILVA, 2003).

Data dessa década o papel primordial do Estado nessa configuração, pois começou a investir na produção de conjuntos habitacionais (quadro 1).

Quadro 1: Conjuntos habitacionais implementados em Aquidauana (1970-2022)

| CONJUNTO | U H | ENTREGA |
|-------------------------------|-----|------------|
| Princesa do Sul | 156 | 01/09/1970 |
| Ovídio Costa I | 300 | 01/04/1982 |
| Ovídio Costa II | 84 | 01/03/1983 |
| João de Barro (São Cristovão) | 86 | 01/03/1987 |
| Ovídio Costa III | 120 | 01/05/1988 |

| | | |
|---|------|------------|
| Nova Aquidauana (CRM) | 70 | 01/03/2002 |
| Elídio Teles de Oliveira | 48 | 12/03/2004 |
| Dr. Augusto Alves Corrêa Filho | 15 | 19/03/2005 |
| Arara Azul | 25 | 28/07/2006 |
| Aquidauana quadra 647 | 10 | 16/04/2009 |
| Aquidauana quadra 487 B | 13 | 16/04/2009 |
| C. H. José Rodrigues Soares | 35 | 16/04/2009 |
| C. H. Aquidauana remoção | 05 | 22/02/2010 |
| C. H. Nova Aquidauana II | 100 | 15/08/2010 |
| C. H. Nova Aquidauana – Cristovão A. Filho II | 40 | 14/02/2011 |
| C. H. Nova Aquidauana – Cristovão A. Filho III | 50 | 01/07/2011 |
| C. H. São José | 50 | 12/08/2014 |
| Jardim Aeroporto | 189 | 19/12/2015 |
| Lote Urbanizado 1ª etapa – Jardim Pantanal - Pref./AGEHAB | 50 | 15/09/2020 |
| Lote Urbanizado 2ª etapa – Jardim Pantanal | 58 | 21/06/2022 |
| TOTAL | 1504 | |

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo – Núcleo de habitação.

Org.: A autora (2022).

Em 52 anos foram construídas apenas 1504 unidades habitacionais, isso faz com que o processo de espera por uma casa seja longo e cansativo. Há uma concentração na produção de residências sempre as margens que é superada a cada novo conjunto implantado. Atualmente, a tendência é a expansão para a porção norte do município, bairro Exposição, que tem programas em execução e áreas já destinadas a implantação de novas moradias. Evidenciando como as camadas populares contribuem para a expansão urbana, enfrentando todos os desafios desse morar periféricamente que geralmente é marcada pela precariedade na infraestrutura e prestação de serviços. Rizek, et al (2015, p. 213) retrata a distinção “de um centro bem servido por equipamentos e infraestrutura, emprego e habitado pelas populações de mais alta renda e uma periferia desprovida, habitada pelos mais pobres”.

Se por um lado apresenta-se resultado em números para combater, ou melhor, minorar o déficit habitacional, por outro temos um localizar desconectado da busca qualitativa e “é fato que a maneira como cada grupo se apropria da habitação, do conjunto e do bairro representa a vivência desses indivíduos no espaço” (TEIXEIRA, 2004, p. 23).

Como nossa pesquisa é voltada para os moradores de habitações de interesse social do bairro da Exposição, fizemos um levantamento da formação histórica desse para entender seu processo de produção, organização e como esse está equipado para atender a população local, contribuindo para a reprodução do cotidiano que é o enfoque central da pesquisa.

De modo a compreender a formação do bairro a partir de uma sequência de eventos, organizamos o quadro 2.

Quadro 2: Periodização histórica da formação do bairro Exposição em Aquidauana-MS.

| DATAS | EVENTO HISTÓRICO |
|---------------------|--|
| 06/05/1968 | Sindicato Rural |
| 15/08/1977 | Asilo São Francisco de Assis |
| 2001 | Ocupação Jardim Aeroporto I |
| 19/01/2004 | Desapropriação amigável |
| 02/02/2004 | Desmembramento aprovado |
| 2005 | ESF Vila Pinheiro |
| 28/07/2006 | Conjunto habitacional Arara Azul |
| 08/2006 | Desativação do lixão |
| 16/04/2009 | Aquidauana quadra 647 |
| 12/08/2014 | Conjunto Habitacional São José |
| 19/12/2015 | Jardim Aeroporto |
| 15/08/2018 | Centro Municipal de Educação Infantil “Doutor Antônio de Arruda Sampaio” |
| 09/2021 | ESF Dra. Célia Vaz de Campos Trindade |
| Março/2022 | Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais – diversas ruas do loteamento Jardim Pantanal (Acesso ao empreendimento) |
| Previsão 05/05/2022 | Loteamento Jardim Pantanal I – Lote urbanizado 1º fase |
| | Loteamento Jardim Pantanal I – Lote urbanizado 2º fase |

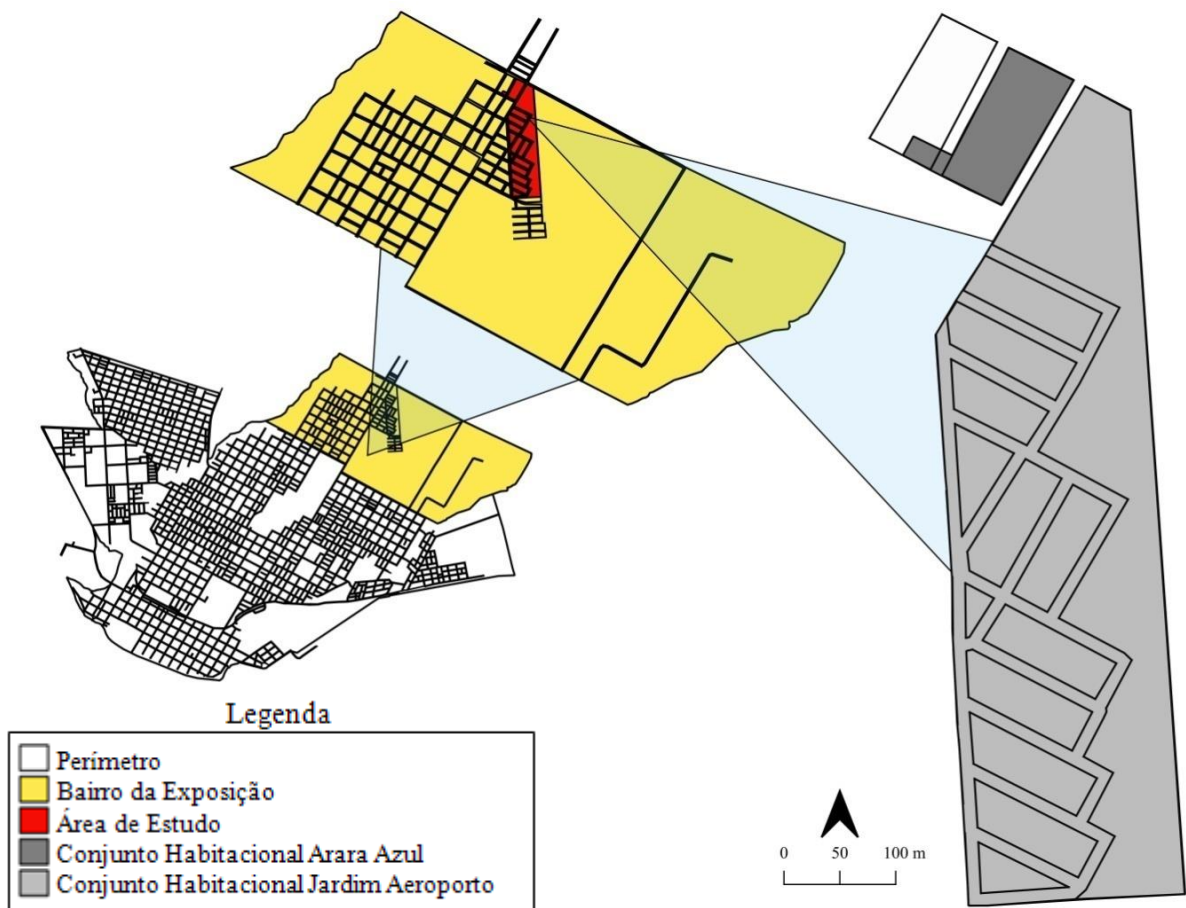
Fonte: Trabalho de campo

Org.: A própria autora (2022)

O bairro Exposição localiza-se no limite da área urbana, extremo oposto do centro, circundado por pequenas propriedades rurais e uma aldeia que embora esteja na área rural, intitula-se “Aldeia urbana Tico Lipú”, por sua proximidade aos limites urbanos da cidade.

Por meio da Lei ordinária nº. 2.610/2019 foi feito o abairramento da cidade de Aquidauana, dividindo-a em 12 bairros, ficando limitado ao norte – Rua Ofrazilio Nunes Lopes (Antiga Rua 26 Norte); ao Sul – Com as ruas Francisco Pereira Alves e Veriano Rodrigues Chagas; ao Leste – Córrego Guanandi e a Oeste – Córrego João Dias, sendo composto por várias vilas e jardins. Na figura 02, apresenta-se a localização da área de estudo no referido bairro.

Figura 2: Localização do Bairro Exposição e área de estudo



Fonte: A autora, 2022.

Elaboração: Souza, 2022.

Uma das primeiras estruturas urbanas erguidas que tivemos informação foi o sindicato rural (Parque da Exposição) que dá origem ao nome do bairro, em 6 maio de 1968, posteriormente o Asilo São Francisco de Assis, 15 de agosto de 1977, mas a implementação de moradias com base em loteamentos e conjuntos habitacionais se deu anos depois.

Joia (2005) dividiu a expansão de Aquidauana em cinco fases, onde na quarta fase (década de 90) se estendeu chegando até o referido bairro e na quinta, ocorrida na década de 2000, relatou a disponibilidade de faixas de terras para serem ocupadas. Em 2001 foi criado o Jardim Exposição I por meio de ocupação, contendo 11 quadras totalizando 156 lotes que foram desmembrados e doados em 2004. Ainda possui mais três ocupações nas quadras 575, 585 e 586 aguardando regulamentação nos dias de hoje.

Em Aquidauana, muitos loteamentos estão isentos da carga tributária. O poder público não tem noção da quantidade de lotes indevidos. Alguns lotes, além de estarem irregulares do ponto de vista jurídico, estão em áreas de risco.

Dentro do perímetro urbano existem problemas recentes de invasão de terra (Jardim São Francisco e Bairro da Exposição), com o intuito de forçar o poder público a parcelar a área tornando urbanizada (JOIA; SILVA, 2003, p. 33).

Mediante título de desapropriação amigável², em 2004, a prefeitura adquiriu uma área particular contendo 4 lotes de terrenos, ficando parte da quadra 647 destinada a instalação do primeiro conjunto habitacional (que é uma das áreas da nossa análise), e a outra com 10 unidades do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) que também tem por objetivo atender com moradia adequada cidadãos baixa renda. De acordo com Dornizot (2006) as outras quadras (603, 618 e 633) foram doadas para população baixa renda para que fizessem a autoconstrução.

Em 2005 o bairro recebeu a primeira unidade de saúde básica, localizada na Vila Pinheiro, antes o atendimento à população era realizado em uma sala na Escola Municipal Caic Antônio Pace que fica no bairro vizinho, Cidade Nova. A construção de mais uma unidade para o atendimento primário se deu devido à estratégia adotada para a cobertura no atendimento. A Política Nacional de Atenção Básica estabelece que a Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no país, onde a equipe fica responsável por no máximo 4.000 pessoas, podendo ser quantitativamente inferior, pois recomenda considerar o grau de vulnerabilidade das famílias para definir o número ideal de pessoas a serem atendidas (BRASIL, 2012).

Com a chegada de mais 189 famílias, no final de 2015, houve a necessidade da reorganização do atendimento que ocorreu somente em setembro de 2021 com a implantação da nova unidade ESF “Dra. Célia Vaz de Campos Trindade”. Essa unidade funciona na antiga sede da creche, que foi desativada em 2018 com a entrega do Centro Municipal de Educação Infantil “Doutor Antônio de Arruda Sampaio” localizado na vila Pinheiro, única unidade educacional nos limites do bairro.

Em 2006 foi entregue o primeiro conjunto habitacional (Arara Azul), neste mesmo ano, com o início das atividades do aterro sanitário, o lixão que ficava no bairro foi desativado, porém, logo ao lado, foi destinada uma área ao descarte de poda de árvore e resto de entulho e uma nova área de “lixão” está sendo formada (figura 3).

² É um acordo entre o proprietário e o poder público que pode ser formalizado em cartório.

Figura3: Área destinada ao descarte de poda e entulho.



Fonte: A autora, 2022

Elaboração: Cristaldo e Cunha, 2023

Essa área foi criada para descarte específico, mas como se pode observar vai além da destinação prevista, prática que se faz dentro da área e em suas margens, foi possível encontrar em toda extensão da Avenida General Canrobert Pereira da Costa vários pontos de descarte de lixo, além de um intenso tráfego de caminhões da prefeitura e carros particulares.

Há uma deterioração estética³, além da presença de animais mortos, odores e fumaça trazendo tantos problemas ambientais quanto interferindo na qualidade de vida dos moradores. Práticas lesivas ao meio ambiente, tipificadas e passíveis de sanções penais e administrativas por meio da Lei crimes ambientais nº 9.605 de 1998, que considera crime, “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora” (Art. 54).

A lei Estadual nº 4.719 de 2015 prevê a aplicação de multa por dano ambiental causado por depósito de lixo nas vias ou logradouros públicos. “Considera-se dano ambiental toda lesão causada ao meio ambiente, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam à saúde, a segurança, o bem-estar da população e a qualidade dos recursos naturais” (Art. 1º, §2º). Essas práticas ferem o direito constitucional trazido no Art. 225, onde “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]”

Em contato com a secretaria de planejamento de Aquidauana, foi informado que medidas estão sendo tomadas para solucionar o problema, dentre elas: dar continuidade ao cercamento da área, construção de guarita e guarda para orientação, aquisição já realizada, pela prefeitura, de um triturador de galhos e plano de qualificar os catadores. Não há, portanto, a intenção da retirada dessa área do bairro Exposição.

Levando-nos a considerar que essa área não é de interesse, pelo menos não no momento, para a especulação imobiliária, tendo em vista os transtornos e a desvalorização que esse tipo de atividade promove. Não obstante, percebe-se a implementação de vários conjuntos habitacionais voltados aos segmentos sociais de baixa renda.

Vale aqui salientar que o bairro Exposição é um dos maiores de Aquidauana e, por sua vez, apresenta dissimetrias em relação a estética e a ocupação, sendo possível identificar em áreas mais afastadas do local destinado ao depósito de lixo casas com padrão mais elevado, desmembramentos e loteamentos particulares. No entanto, o único terreno que consta informação no setor de Habite-se é da quadra 587 de propriedade de uma empresa de Campo

³ Neste caso refere-se ao aspecto visual da área analisada que se encontra comprometida pela perda das características naturais e presença de amontoado de resíduos sólidos.

Grande, FR Construções. Foi aprovado em julho de 2021, contando com 50 lotes, um sendo destinado à prefeitura como exige a legislação.

O bairro está tornando-se foco para instalação de moradias, isso se deve provavelmente pela grande concentração de espaços vazios, mas também pela prefeitura ser detentora de terras, além da limitação imposta ao crescimento intraurbano para outros bairros da cidade.

Alguns rumos têm norteado a ocupação do solo urbano. Percebe-se uma acentuada tendência em aumentar as densidades para além do córrego João Dias em relação à ocupação de áreas além do córrego Guanandi. Apresentam-se, portanto, como prováveis rumos de expansão urbana não planejada o norte e o oeste, porém este com áreas prejudicadas na porção sudoeste, devido às cheias periódicas do córrego João Dias. A expansão da cidade ao sul torna-se prejudicada pelo fato do perímetro urbano coincidir com o limite municipal – o rio Aquidauana e ao leste pela presença de extensa área pertencente à Fazenda Guanandi e ao Aeroclube. (MARCONDES, 1992 *apud* JOIA, 2005, p. 45)

O Conjunto Habitacional São José, com 50 unidades residenciais, viabilizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2014 é o único que fica um pouco mais distante dessa área de concentração de habitações de interesse social.

Em 2006, foram entregues as moradias do primeiro Conjunto habitacional do Bairro Exposição, Arara Azul, pelo Programa Novo Habitar. Programa este que foi instituído pelo decreto nº 11.312 de 24 de julho de 2003 e traz em seu artigo 1º “objetivo de diminuir o déficit habitacional do Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo preferencialmente à população com renda de até três salários mínimos”. De acordo com o Plano de Habitação (PHE-MS, 2015), este juntamente com outros programas nasceu para dar continuidade à política habitacional do Governo do Estado. No conjunto foram construídas 25 unidades, contendo dois quartos, sala acoplada à cozinha e banheiro. Essas casas foram entregues sem piso, reboco somente por fora e cobrança de uma taxa de 10% do valor do salário mínimo. Como infraestrutura básica conta com rede de água e energia e iluminação pública, seguindo um padrão da maior parte da cidade não possui rede coletora de esgoto e nem asfalto.

Localizado ao lado, temos o conjunto habitacional Jardim Aeroporto, com 189 moradias do programa “PAC 2 – Minha Casa Minha Vida”. Inicialmente o projeto tinha como estratégia a tentativa de retirar da área ribeirinha (Ilha do Pescador) os moradores que sofriam e sofrem com as constantes cheias do Rio Aquidauana. De acordo com a secretaria de habitação 22 famílias aceitaram se mudar, sob acordo de entrega das casas para demolição.

Esse conjunto foi o único a ser entregue com infraestrutura mais consolidada, possuindo centro comunitário com área de lazer, posto de saúde (que antes funcionava a creche), asfalto, moradia com aquecedor, piso, forrada e rebocada, mantendo a quantidade padrão de cômodos

dos outros conjuntos. Além das vantagens estruturais não há pagamento pelo imóvel, segundo a secretaria de habitação é devido ao projeto de financiamento Federal e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2019 foi feita a seleção para o Projeto Lote Urbanizado e em 2020 iniciou a construção. Esse projeto foi instituído pela Lei nº 4.888, de 20 de julho de 2016, destinado a pessoas de baixa renda (até 5 salários mínimos), objetivando atender o déficit habitacional e cumprir o direito à moradia. Nesse programa há uma ação conjunta, o município doa o terreno e se encarrega da infraestrutura básica, além de designar equipe técnica e providenciar o alvará e o habite-se; o Estado constrói a base da casa com contrapiso, instalação hidráulica e sanitária e a primeira fiada de tijolos e o morador se encarrega da compra dos materiais e gastos com a mão de obra. Nesse projeto, o candidato tem até dois anos para terminar a casa. A fase I conta com 50 unidades, sua finalização estava prevista para maio, porém, a maioria das casas está no respaldo. Para essa primeira fase foram selecionadas 200 famílias e já fizeram a seleção de mais 150. Iniciaram a fase II com alicerces de 58 unidades, mas ainda não havia cumprido, até o dia do contato, a cota de seis Pessoas com deficiências (PcDs).

Grande evolução foi a entrega da pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais antes mesmo das moradias, ainda que se limite a áreas de acesso não se estendendo pelas ruas internas, é um importante avanço se levarmos em consideração que até os dias atuais o conjunto mais antigo do bairro, Arara Azul, ainda não recebeu asfalto, a pavimentação de acesso a esse foi sendo construída aos poucos e finaliza exatamente onde inicia suas moradias. Nota-se a distinção entre antigos e os novos conjuntos a depender do programa e graças ao cumprimento das exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), porém, pouca ou nenhuma atuação para nivelamento dessas discrepâncias.

Há previsão do lançamento do Programa FGTS com 54 unidades que está em fase de seleção, uma parceria entre Caixa e ONG. Segundo o planejamento municipal, existe ainda área destinada para futuras moradias que fica após a pista do antigo aeroporto, no momento é uma densa mata cercada, contará com 39 quadras, 3 áreas institucionais e se denominará Jardim Pantanal II.

Uma importante obra está em andamento no bairro, mais especificamente na Vila Pinheiro, com um investimento de mais de 13 milhões, onde mais de 200 ruas serão asfaltadas com previsão de conclusão para 2024⁴.

⁴<https://www.opantaneiro.com.br/aquidauana/prevista-para-conclusao-em-2024-obras-para-asfalto-na-vila-pinheiro/196366/>

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A HABITAÇÃO

4.1 As políticas públicas habitacionais e as moradias de interesse social

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado para que direitos sejam garantidos, com atuação em diversas áreas para que desigualdades sejam amenizadas, trataremos aqui da habitacional.

A moradia foi e continua sendo uma das grandes necessidades ligadas ao processo de urbanização. Inicialmente dominado pelo mercado privado, via mercado de aluguéis, que restrito, resultou em multiplicação de cortiços como moradia (BORGES, 2013, s/p).

De acordo com Bonduki (1994) a partir de 1930 o Estado começou a intervir na problemática habitacional, apontando como medidas importantes o Decreto-Lei nº 58 que trata da regulamentação da venda de terrenos a prazo; o Decreto-Lei do inquilinato que congelou por dois anos os aluguéis; o Decreto nº 21.326, de 27 de abril de 1932 que permitiu a utilização dos Fundos das Caixas e Aposentadoria e Pensões para a construção ou aquisição de casas para seus associados, marcando o início da produção de conjuntos habitacionais em larga escala e a Fundação da Casa Popular (FCP), abandonando sua postura praticamente nula até então.

Para Azevedo e Andrade (1982) a atuação por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) era fragmentada, pois atendiam apenas aos seus associados, sendo a Fundação Casa Popular (FCP) o primeiro órgão voltado para as populações de baixo poder aquisitivo.

A Classe trabalhadora viria a ser contemplada com empréstimos para a aquisição da casa própria, conquista idealizada através do Decreto-Lei nº 9.218, de 1 de maio de 1946 com a instituição da “Fundação da Casa Popular”. Destinada a brasileiros ou estrangeiros para aquisição ou construção de moradia tanto em zona urbana, quanto rural. Como medida para favorecimento dos setores de baixa renda estipularia através de estatutos uma fixação dos valores máximos das moradias e vedaria obras não populares. Com a instituição no Art. 9º do desconto em folha para a amortização de débitos, determinava-se o direcionamento à classe que, em teoria, pudesse subsidiar a aquisição.

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão em escala nacional criado com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação

não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p.25).

Para Bonduki (1994) a maneira que foi criada a FCP, como resposta estatal à crise de moradia, seria um exemplo da ausência de política, não sendo formulada de forma coerente e articulada, sem efetiva estratégia para enfrentar o problema e a não delegação a um órgão que coordenasse a implementação de uma política em todos os aspectos, muito menos a articulação com outros órgãos e ministérios, além de amplos objetivos, abarcando variados ramos, e em decorrência das suas limitações, evidenciavam que a ação governamental estava longe de constituir uma política, porém, apesar de seu fracasso era preciso reconhecer o início desse olhar para a questão habitacional para os extratos mais baixos da sociedade.

O fracasso da Fundação da Casa Popular como órgão central e coordenador de uma emergente política habitacional, no entanto, não obscurece o fato de que sua criação, como primeiro órgão nacional destinado exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda, representou o reconhecimento de que o Estado brasileiro tinha obrigação de enfrentar, através de uma intervenção direta, o grave problema da falta de moradias (BONDUKI, 1994, p. 718).

Houve uma baixa prioridade na questão habitacional, com desempenho não muito expressivo contribuindo com pouco menos de 10% das moradias construídas pelos Institutos no período populista, uma média de 900 moradias por ano. Cerca de 68% das construções localizavam-se nos grandes centros urbanos e o restante, 32%, contemplaram pequenos e médios núcleos, com a não contemplação da região Norte, mesmo admitindo baixo nível de urbanização propõe a questão política como central nessa exclusão, ao indagar: “Não seria isso resultante da pouca expressão política do Norte, perante outras regiões?” (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p. 16). Houve, portanto, uma distinção a nível nacional.

O Ministério das Cidades (2004) aponta que a FCP foi ineficaz devido à escassez de recursos e as regras de financiamento, comprometendo o desempenho no atendimento da demanda que se restringiu a alguns Estados e a produção de poucas unidades.

Segundo Soares (1988, p. 52) “A Fundação Casa Popular não solucionou o problema da moradia para as classes trabalhadoras, mas criou condições para angariar votos na eleição, além de ampliar e modificar os subúrbios da cidade”.

Diante das limitações do modelo da FCP e amargando resultados ínfimos, surge a necessidade de mudanças na política habitacional, tentativas frustradas que só ganhariam novos rumos com a implantação do Banco Nacional de Habitação (BNH), viabilizado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Substituindo a fracassada iniciativa, a Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, trazendo em seu artigo 1º a incumbência de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”. Sendo o BNH seu principal órgão e sucessor da FCP.

Teoricamente tanto a FCP quanto o BNH partiram do mesmo objetivo: proporcionar aos mais pobres o acesso a casa própria, porém, antes de tudo, houve uma pretensão política. Andrade e Azevedo (1982, p. 1), fizeram analogia das motivações do BNH e da FCP “Ambas foram iniciativas de governos que sucederam a administrações populistas e que acenavam com a casa própria como um meio de angariar legitimidade e alcançar penetração junto aos trabalhadores urbanos”. E mesmo distinguindo em atuações e trajetórias, diante dos desafios, o resultado foi sem êxito para ambos.

Oliveira (2014) aponta que a criação do BNH objetivava diminuir o déficit habitacional, fomentar a economia que estava em crise e controlar possíveis inquietações populares.

Sua criação está inserida em um contexto de crise política e econômica, com a qual se defrontava o “novo regime” instaurado com o golpe militar de 1964. Além da crise no setor imobiliário, o período é marcado pela contenção das massas, que eram visualizadas como possíveis focos de tensão (OLIVEIRA, 2014, p. 37).

Nesta perspectiva, Borges (2013), defende que o BNH teve peso importante pelo momento de crise enfrentado durante o regime militar e a viabilização da construção de habitação popular como uma tática para abrandar a questão social que se agravava.

Assim, a política de habitação foi utilizada como estratégia para amenizar o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Ao lado das funções econômicas da indústria da construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações é pensada como uma resposta à crise política, tendo em vista o significado da casa própria para o trabalhador brasileiro, como mercadoria que representa: segurança, status, renda (BORGES, 2013, s/n).

De acordo com Corrêa, 1989, a instituição do BNH e das Cooperativas de Habitação (COHABs), como também alguns mecanismos jurídicos e financeiros foram estratégias de acumulação capitalista mediante produção de habitações, que ampliou o acesso a uma parcela da população.

Segundo o autor a produção de habitações populares não interessava ao capitalismo, estrategicamente a atuação dos promotores imobiliários direcionavam seus esforços e investimentos primeiramente a produção de imóveis de alto padrão, “produzida capitalisticamente” (culminando na realidade discrepante entre a saturação desse tipo de produção com o déficit de habitação popular) e, em segundo plano, envolvia o Estado para

garantir a produção de habitações populares, intermediando a aquisição para aqueles que sozinhos não poderiam comprar cumprindo “um papel fundamental, que é o de amortecer as crises cíclicas da economia através do investimento do capital e da criação de numerosos empregos [...]” (CORRÊA, 1989, p. 23).

A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: crédito para os promotores imobiliários, facilidade para a desapropriação de terras, e crédito para os futuros moradores (CORRÊA, 1989, p. 22).

Assim, uma parte que antes não interessava ao capitalismo por não deter poder de compra, passa a integrar seus interesses, encontraram no governo uma parceria para expandir seus negócios (um comprador garantido), atendendo esses novos consumidores agora subsidiados pelo Estado.

Para Maricato (1987), o Estado não interferiu apenas na política do Sistema Financeiro de Habitação, mas também no surgimento de habitações informais como a autoconstrução, favelas, loteamento clandestino entre outros. Colocando como fracassadas as experiências pontuais entre 1965 e 1968 e a partir de 1976, sendo quantitativamente pouco expressiva face às necessidades sociais. Tratando a habitação como uma mercadoria, produzida e comercializada capilisticamente, ignorando os setores de menores rendimentos.

A autora defende que o sistema foi eficaz na ampliação do acesso à habitação no Brasil, seja pela criação e fortalecimento das empresas capitalistas que financiavam, produziam e vendiam moradias, seja quando regularizou a utilização de recursos de poupança voluntária, de recursos compulsórios e o Fundo de Garantia. “O SFH possibilitou a capitalização das empresas ligadas à provisão de habitações, permitiu a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, permitiu a realização do financiamento à produção e também o financiamento do consumo” (MARICATO, 1987, p. 30).

Financiamentos esses que, segundo Castro e Shimbo (2011), a partir de meados da década de 80, já não sustentava os estratos médio e médio baixo da população que eram atendidos pelo BNH, pois não havia mais recursos públicos. A dependência por esses recursos a instabilidade econômica e política, os altos custos tanto do solo quanto da produção geraram uma inacessibilidade a unidades do mercado. A produção foi desestimulada devido a falta de liquidez e a desvalorização dos imóveis, somados a isso, a falta de confiança nas Cadernetas de Poupança após o golpe do governo Collor.

O Ministério das Cidades elencou algumas críticas ao modelo de atuação do BNH.

Dentre as críticas feitas ao modelo a primeira, e central quanto à atuação do BNH, foi a incapacidade em atender à população de mais baixa renda, objetivo principal que havia justificado a sua criação. Outro ponto importante era o modelo institucional adotado, com forte grau de centralização e uniformização das soluções no território nacional. A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada, bem como a construção de grandes conjuntos como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infra-estrutura e, por último, o seu modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário (BRASIL, 2004, p. 9).

De acordo com Monteiro e Veras (2017), por mais que as Companhias Habitacionais (COHABs) tenham financiado e promovido melhorias no setor habitacional não podem ser consideradas uma política de inclusão social, pois apesar de terem priorizado inicialmente famílias com até três salários mínimos, desvirtuou sua meta inicial quando começou a atender faixas superiores, decorrente principalmente pela taxa de inadimplência gerada pela incapacidade de arcar com o financiamento da população de baixo poder aquisitivo.

Devido ao vultoso capital, o BNH tornou-se uma das principais instituições financeiras do país e a maior do mundo voltada para questões habitacionais, atingindo em 1974 um ativo superior a 30 bilhões de cruzeiros, tendo condições de superar o déficit habitacional, mas não conseguiu tal feito, onde sua lógica de operação com as funções voltadas à iniciativa privada responde essa questão contraditória. “Assim, o SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização da economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal” (BOTEGA, 2007, p. 68).

Entre 1964 a 1986 apenas 33% dos 4,5 milhões de moradias construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foram destinadas à população de baixa renda, em conjuntos localizados nas periferias, com valores baixos que refletiam em sua precariedade “em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestrutura de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade” (ROLNIK; NAKANO, 2009, p. 1)

Diante de problemas constatados quanto a sua atuação, em 21 de novembro de 1986 através do Decreto nº 2.291 extingue-se o BNH, incorporando-o a Caixa Econômica Federal. Medida que não foi capaz de solucionar e se quer mitigar a situação já vivenciada.

A maneira como o governo incorporou o antigo BNH à Caixa Econômica Federal tornou explícita a falta de proposta clara para o setor. Em outras palavras, nenhuma solução foi encaminhada para os temas controversos que permeavam o debate anterior. Nesse sentido, a pura desarticulação institucional do Banco, sem o enfrentamento de questões substantivas, somente agravou os problemas existentes (AZEVEDO, 1995, p.297-298 apud MACHADO, 2008, p. 56).

Durante a vigência do BNH, segundo Maricato (1987), o poder de decisão e recursos estavam centrados nas mãos do governo federal, onde raras realizações eram independentes por parte dos municípios e Estados. Cenário que sofreu mudanças após a crise e extinção do SFH.

Borges (2013), afirma que, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) surge uma lacuna quanto às políticas públicas habitacionais, mantém-se a manutenção da estrutura fundiária urbana e permanência da moradia como privilégio. Em decorrência de seu desmantelamento ocorre também crescimento de favelas, ocupações de terras nas cidades e loteamentos clandestinos, agravando a questão social e “exacerbando as contradições sociais e o descontentamento de camadas da população, corroborando para a perda de legitimidade da ditadura e o surgimento de novos projetos políticos e econômicos na disputa da redemocratização” (BORGES, 2013, s/n). Segundo a autora os movimentos sociais e as reivindicações urbanas ganharam força nesse período.

Com uma atuação mais tímida por parte do governo federal e constantes reformulações, entre mudanças estruturais, fusões, extinções, criação de ministérios e secretarias, as medidas voltadas para a questão habitacional, apesar da resistência, acumularam ao longo dos anos sucessões de iniciativa e fracassos. “Desde 1986 a política urbana seguiu um caminho errático no âmbito do governo federal. Não faltaram formulações e tentativas de implementação, mas todas elas tiveram vida muito curta” (MARICATO, 2006, p. 214). Diante do cenário de descontentamento e com a participação de vários atores, foi possível acumular vitórias e a retomada da política urbana.

Em contraste com a pouca importância dada pelo executivo federal à questão urbana, nesse mesmo período consolidou-se um forte movimento social que, sob a bandeira da reforma urbana, reuniu profissionais, lideranças sociais, sindicalistas, ONGs, integrantes da Igreja Católica, parlamento e servidores públicos. Os primeiros passos desse movimento foram dados ainda nos estreitos espaços da participação política existente na vigência do regime militar. Nos anos de 1980 esse movimento cresceu, acompanhando a existência generalizada na sociedade por liberdades políticas. Uma de suas vitórias mais expressivas foi a apresentação de uma emenda de iniciativa popular à Constituição Federal de 1988 e a conquista de inclusão na Carta Magna da função social da propriedade e da função social da cidade. Outra vitória expressiva veio 13 anos depois, com a Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade. Este forneceu uma nova base jurídica para a política urbana no Brasil, regulamentando os artigos 182 e 183, referentes ao tema urbano da Constituição Federal (MARICATO, 2006, p. 214).

A Constituição de 88 tornou-se um divisor de águas, onde a descentralização que era uma proposta da reforma do Estado pode se efetivar, ocorreu o fortalecimento das políticas habitacionais e mudanças na configuração da operacionalização da produção habitacional, “se

estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, dentre eles o de habitação” (BRASIL, 2004, p. 10).

De acordo com Cardoso e Aragão (2013, p. 23), os municípios se destacaram na produção de habitação social.

Essa tendência foi reforçada pela centralidade dos municípios na reforma institucional e política promovida pela Constituição de 1988 e também pelo fato de que a crise do sistema de financiamento e a instabilidade institucional das políticas federais pós-BNH levaram vários municípios e alguns dos estados assumirem, por conta própria, iniciativas no campo da habitação social.

Inicia-se um processo para a consolidação das atuações descentralizadas, porém, de um lado existia a dependência pelos recursos federais e na contramão a isenção do governo que não proporcionava condições de enfrentamento e controle da crise habitacional, como resultado, estados e municípios mesmo que detentores de maior autonomia amargaram frustradas iniciativas.

O governo federal manteve um sistema centralizado, com linhas de crédito sob seu controle, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos Estados e Municípios no setor de habitação. O que se observa nesse período é a desarticulação institucional ou até mesmo a extinção de várias Companhia de Habitação (COHAB) estaduais e a dependência quase completa dos recursos federais pelos governos para o enfrentamento dos problemas habitacionais, verificando-se, inclusive, quase ou nenhuma priorização por parte de muitos Estados à questão habitacional. (BRASIL, 2004, p. 12)

Nos anos 90 o Governo Federal sofrendo limitações com a contenção dos aportes dos recursos de Orçamento Geral da União (OGU) e a restrição da utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), restringiram o acesso aos empréstimos habitacionais, contribuindo para o surgimento de novas linhas de financiamentos, contemplando o setor privado para a provisão de novas unidades habitacionais.

Em 1995, início do governo Fernando Henrique Cardoso, surge a proposta que introduziu um novo “paradigma da política habitacional brasileira” (SHIMBO, 2010, p. 66), objetivando a ampliação da atuação do setor privado nas demandas habitacionais, descentralizando a destinação de verbas federais e política de crédito para o mutuário final.

A Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 dispôs sobre o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) com a finalidade de promover o financiamento imobiliário para além da moradia, operacionalizando através de várias entidades e mediante condições estabelecidas pelo mercado.

O SFI quer aumentar a oferta de moradia, não necessariamente casa própria. Deve servir para financiar indústrias, hotéis, hospitais, shopping centers,

desenvolvimento urbano e empreendimentos imobiliários em geral, inclusive para locação. Vai propiciar o emprego e o investimento. Fará operações de mercado sem subsídios, sem garantia oficial e sem criar déficit público. No SFI, os objetivos são compartilhados pelos agentes privados, pelo Executivo e pela sociedade (ABECIP, 1995, p. 59).

O primeiro passo em direção a retomada mais ativa e sistemática da questão habitacional pelo setor público federal se deu no dia 1º de janeiro de 2003, no Governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades que, “veio ocupar um vazio institucional que retirava completamente o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades” (MARICATO, 2006, p. 214). O órgão ficou responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano, englobando a Política Setorial de Habitação.

Inicia-se uma era de processo participativo e democrático por meio de Conferências realizadas pelo Ministério que resultou na Política Nacional de Habitação (PNH) aprovada em 2004. Como seu principal instrumento cria-se o Sistema Nacional de Habitação (SNH), apresentando dois subsistemas: o Sistema de Habitação de interesse social (SHIS) objetivando atender a população de mais baixa renda garantindo acesso aos recursos públicos e, o de mercado (SHM), ampliando sua captação de recursos e estimulando a inclusão de novos agentes, reorganizando assim, o mercado privado.

Segundo Maricato (2018) a formulação pra estruturar a PNH foi uma das mais importantes conquistas do governo Lula, construção que se inspirou em uma antiga tese elaborada no ano 2000 que era o “Projeto Moradia” que indicava mecanismos para baratear a produção e atender as camadas médias e baixas através do crédito habitacional facilitado, ampliando o mercado privado que se restringia ao segmento de luxo para atender a classe média e a gestão federal concentrar nas faixas abaixo de 5 salários mínimos onde se concentrava maior parte da população e o déficit habitacional (92%).

Em 16 de junho de 2005 foi instituída a Lei nº 11.124, dispondo sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. A referida Lei em seu art. 3 apresenta a iniciativa de centralizar “todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social”, integrando as políticas em todos os seus âmbitos, federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambiental e de inclusão social, tendo como objetivos, promover o acesso a terra urbanizada e habitação digna e sustentável para a população de menor renda, implementando políticas e programas de investimentos e subsídios. Sua regulamentação se deu por meio do Decreto 5.796, de 6 de junho de 2006.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) centraliza e gerencia todos os recursos orçamentários utilizados pelos programas do SNHIS que são provenientes de várias fontes e sua aplicação resguardada legalmente no Art. 11, que não se limita apenas a aquisição, mas inclui a construção, conclusão, melhoria, reforma e ampliação, possibilitando a compra de materiais de construção, locação social e arrendamento de unidades habitacionais; também a produção de lotes urbanizados, a regularização fundiária e urbanística das áreas de interesse social; a estruturação coletiva através da implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos; recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas e deterioradas, tanto em centros quanto em periferias e também a aquisição de terrenos para implantação de projetos habitacionais.

Para que os entes federados possam fazer parte do SNHIS e assim receberem seus recursos, é necessário assegurar série de medidas previstas no Art. 12 da referida lei, tais como: constituir um fundo com dotação orçamentária própria; organizar um conselho com participação de entidades públicas, privadas e segmentos da sociedade ligados à área habitacional; apresentar Plano Habitacional de Interesse Social; firmar termo de adesão e elaboração de relatórios de gestão.

O Estado de Mato Grosso de Sul cumprindo exigência para fazer parte do SNHIS e assim receber recursos, realizou a elaboração do Plano de Habitação Estadual (PHE) e criação do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) a partir da Lei nº 3.482, de 20/12/2007.

Para Emiliano (2017, p. 3) o SNHIS/FNHIS não visava atender apenas ao déficit habitacional, deliberava também sobre a precariedade dos assentamentos. “Esse novo sistema predizia, sobretudo a relação dessa política com as questões que a permeavam, como as questões sociais, econômicas e urbanísticas, condicionantes necessárias para o alcance da moradia digna”.

Outro instrumento para a implantação da nova PNH é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) que representa a retomada do planejamento habitacional, com uma estratégia a longo prazo, buscando enfrentar as necessidades presentes e futuras, objetivando universalizar a moradia digna. De acordo com o Ministério das cidades (2009) prova de que apresenta resultados positivos são os dois programas vigentes: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

O PAC foi criado pelo Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro de 2007, com medidas para estimular o investimento privado, ampliar investimento público em infraestrutura objetivando acelerar o crescimento do país.

Shimbo (2010) argumenta que a lentidão na execução do PAC influenciou de forma direta a criação de um programa específico para a habitação: o pacote “Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O PMCMV foi criado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com a finalidade de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificar imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. O Programa foi segmentado por renda, se desdobrou inicialmente em três faixas, com criação de uma nova em 2016.

Quadro 3 – Faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida

| Faixas | Fase 1 (2009) | Fase 2 (2011) | Fase 3 (2016) | 2019 |
|--------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| 1 | Até 1.395,00 | Até 1.600,00 | Até 1.800,00 | Até 1.800,00 |
| 1,5 | - | - | Até 2.350,00 | Até 2.350,00 |
| 2 | Até 2.790,00 | Até 3.100,00 | Até 3.600,00 | Até 4.000,00 |
| 3 | Até 4.650,00 | Até 5.000,00 | Até 6.500,00 | Até 9.000,00 |

Fonte: Ministério da economia, 2020.

O caráter social se revela na faixa um, onde pode ser subsidiado até 90% do valor do imóvel, pago em até 120 prestações e sem juros. De acordo com Brasil (2011), houve um aumento na meta de atendimento à baixa renda de 40% para 60%.

Arantes e Fix (2009) refletem que o lançamento do pacote habitacional foi uma das principais ações do governo em relação à crise econômica internacional, estimulando a criação de emprego e investimentos no setor da construção, provendo uma política social em grande escala, mobilizando 34 bilhões de reais em subsídio para atender população de 0 a 10 salários mínimos, sendo fato inédito para essa faixa salarial em uma única operação, no entanto, revelou uma preferência pelo segmento que apresentava menor déficit, porém, maior poder de compra, com uma clara intenção de lucro, as construtoras só atenderiam as faixas abaixo de 3 salários mínimos se conseguissem torná-la também lucrativa “por uma simples regra de mercado. Para tanto, estão fazendo pleitos junto ao governo para que amplie os valores de produção “por oferta”, até alcançar o ponto ótimo da viabilização do negócio, pois é disso que estamos falando” (ARANTES; FIX, 2009, p. 6).

Ronik e Nakano (2009), argumentaram que se por um lado vultosos recursos estavam sendo destinados para financiamento, produção e comercialização de moradias populares, era preciso fortalecer a capacidade de planejamento e gestão municipal para que a produção habitacional destinada à população de menor renda fosse inserida nas cidades com urbanidade

e condições para o desenvolvimento social e não se pautasse apenas em quantificação e criação de trabalho.

A oferta de financiamentos imobiliários com recursos públicos não pode se restringir à produção e comercialização de um número “x” de unidades habitacionais e à criação de um número “y” de postos de trabalho no setor da construção civil. Em que pese a importância desses postos para a classe trabalhadora e para a economia do país, os cálculos não devem ser meramente econômicos e quantitativos. Construir moradias é produzir cidades. É essencial discutir os impactos dos empreendimentos imobiliários nas condições de vida, na instituição ou destituição de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades (RONIK; NAKANO, 2009, p. 3).

Em 2021 o MCMV foi reformulado, passando a ser denominado por meio da Lei 14.118, de 12 de janeiro de 2021, Programa Casa Verde e Amarela, com público alvo tanto da área urbana com subvenções econômicas para famílias com a renda mensal de até R\$ 4.000 (quatro mil reais), quanto rural com renda anual de até 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional a segmentação também se dá por renda, com três faixas salariais (quadro 4), com variação de juros a depender da renda e da localização do imóvel, beneficiando as regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2022?).

Quadro 4 – Faixas de renda do Programa Casa Verde e Amarela.

| | |
|----------|--------------------------------------|
| Urbano 1 | Renda até R\$ 2.400 mil |
| Urbano 2 | Renda entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400 |
| Urbano 3 | Renda entre R\$ 4.400,01 e R\$ 8 mil |

Fonte: BRASIL, Ministério do desenvolvimento regional (2022).
Org.: A autora, 2022.

A Portaria nº 959, de 18 de maio de 2021 institui que a aquisição de novos imóveis nas áreas urbanas abarcadas pelo Programa Casa Verde e Amarela tem que cumprir uma série de requisitos obrigatórios (todos devem ser respeitados) ou adicionais (os itens são exigidos em determinadas situações) com a finalidade de atender o padrão de qualidade para empreendimentos habitacionais, abrangendo o padrão de inserção urbana, concepção dos projetos, execução das obras e realização de ações na etapa pós-ocupação, objetivando o fomento ao desenvolvimento sustentável sob aspectos social e territorial.

De acordo com o Boletim 649⁵, a reformulação do Programa até então vigente discursava sobre o rompimento com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com intuito de superar as políticas dos governos adversários marcando a atuação da nova gestão. Sendo assim, mais uma ação eleitoreira do que exatamente inovação para aprimoramento das políticas públicas.

Não só a mudança do programa ocorreu com a gestão Bolsonaro, mas também uma reestruturação das pastas ministeriais, segundo a Câmara Legislativa, por meio da Medida Provisória 870/19 o governo reduziu os Ministérios, de 29 para 22, extinguindo ou acoplando a outras pastas. O Ministério das cidades, criado em 2003 no governo Lula, fundiu-se com a Integração Nacional, criando o Ministério do Desenvolvimento Regional. Segundo Ponte (2019) essa redução traria uma economia em torno de 20 a 30 milhões, representando 0,006% nas despesas e com extinção de cargos e funções, o que chama de medida cosmética e não administrativa, geraria uma economia de 0,06%, o que parece não ter acontecido⁶.

Como retratado, a problemática habitacional é histórica, por meio das políticas públicas o Estado atua na produção e organização espacial, travestido em um discurso assistencialista teorizam a busca da solução para o déficit habitacional e a moradia digna, apresentando-se na realidade apoio/parceria a produção capitalista do espaço entrelaçado a interesses eleitoreiros e de controle de massa, isso se pode constatar desde as primeiras intervenções governamentais para solucionar problemas habitacionais gerado pelo abarrotamento das cidades marcado por um mercado habitacional privado e inalcançável para maioria.

4.2 A legislação urbana, o planejamento habitacional e o direito à cidade

Ao tratar da problemática habitacional que é amplamente vislumbrada pelo déficit, encontrou-se também como parte importante dessa, as condições espaciais onde são inseridas tais unidades.

Como medidas para ordenar a distribuição das múltiplas atividades o planejamento do espaço tornou-se indispensável e alguns dispositivos legais imprescindíveis para essa organização. Com isso, tratou-se nesta pesquisa da questão habitacional e, portanto, relevante, as medidas que, em teoria, buscaram inserção qualitativa dos espaços de moradia.

⁵Boletim nº 649 de 03 de setembro de 2020 emitido pelo GT Habitação e Cidades do Observatório das Metrôpoles.
⁶Governo economizará menos de 0,01% com corte em ministérios. **Terra**, Seção Política, Porto Alegre, 15 mar. 2019. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governo-economizara-menos-de-001-com-corte-em-ministerios,140eab32fb755e88cc3a94f9f23429a6aszg5rri.html>.

A Lei 6766/79 dispõe sobre o parcelamento do solo, onde para que se tenha aprovação de loteamentos exige implantação de infraestrutura básica, uma maneira de, legalmente prover, condições dignas para os novos moradores, prevendo como medida para que se cumpram as exigências de urbanização adequada dos loteamentos, a suspensão dos pagamentos das parcelas dos terrenos e até mesmo prisão.

Rodrigues (2014) evidencia o outro lado dessa realidade, o que denomina de loteamento clandestino, que é quando não há cumprimento das exigências legais, e mesmo as cidades sendo tomadas por esse tipo de loteamento e haver previsão de sanção, nada é feito contra os loteadores, o ônus recai sobre os moradores que acabam por não legalizar a documentação, ou então, para conseguir tal benefício precisam lutar para oficializarem os loteamentos, conseqüentemente os loteadores conseguem maiores rendas e lucros. E assim:

Novamente se coloca a questão: os moradores que menos podem pagar, vão comprar lotes mais distantes, em lugares que atendem às exigências de lei; vão ter que percorrer longas distâncias, gastar mais em transporte-tempo e dinheiro; vão ter que organizar-se, lutar pelo reconhecimento de sua propriedade e com seu trabalho conquistar um direito de morar pelo menos mais dignamente. Os loteadores, no entanto, são premiados com a regularização do loteamento e não são punidos por produzirem estas verdadeiras cidades ditas clandestinas (RODRIGUES, 2014, p. 27).

Outro importante avanço foi a inserção do capítulo II na Constituição Federal de 1988 tratando da política urbana, que por meio de seu artigo 182, objetiva o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar dos habitantes, constando em seu § 2º que se cumpre essa função social “quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

De acordo com Rodrigues (2012, p. 20) para o alcance da função social da cidade “[...] os municípios devem elaborar Planos Diretores para estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos”. Sendo essa a base do planejamento, passa a ser obrigatório para cidades acima de vinte mil habitantes.

A criação do Estatuto das cidades (Lei 10.257/2001) veio a regulamentar esse artigo, e evidencia a importância do Plano Diretor ao tratá-lo em um capítulo aparte, esse ganha corpo e a incumbência de ser o instrumento norteador da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das

redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Aquidauana possui plano diretor desde 2008, no que tange a política de desenvolvimento municipal criou como instrumento de planejamento vários planos, trazendo em seu inciso XV o Plano de Urbanização e uso do solo, com os seguintes objetivos:

- I – evitar a segregação de usos promovendo a diversificação e mesclagem de uso compatíveis de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrada a distribuição da oferta de emprego e trabalho na cidade;
- II – estimular o crescimento na área já urbanizada, dotada de serviços, infraestrutura e equipamentos, de forma a otimizar o aproveitamento da capacidade instalada e reduzir os seus custos;
- III – promover a distribuição de usos e a intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação à infra-estrutura, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos;
- IV – coibir o surgimento de assentamentos irregulares, implantando sistema eficaz de fiscalização e definir as condições e parâmetros para regularizar os assentamentos consolidados, incorporando-os à estrutura urbana, respeitando o interesse público e o meio ambiente;
- V – coibir e rever a prática de construção e uso irregular das edificações, e implantar sistema eficaz de fiscalização;
- VI – estimular o crescimento da Cidade, com lei específica para implantação de condomínios.

No art. 26 reforça que a propriedade urbana cumpre sua função social ao cumprir as exigências do plano diretor, trazendo em seu art. 27 uma série de requisitos que a propriedade imobiliária urbana deve atender para que se considere atendidos os interesses sociais.

- I – tiver aproveitamento para atividades urbanas compatíveis com os equipamentos urbanos, comunitários e serviços públicos existentes;
- II – preservar a qualidade do meio ambiente;
- III – não prejudicar a saúde e a segurança de seus usuários e da vizinhança;
- IV – não se encontrar subutilizada ou utilizada de maneira especulativa e irracional

Em teoria pretende-se a regulamentação do uso da propriedade urbana, buscando o bem coletivo, onde claramente preza pela utilização ordenada, controlada e planejada do espaço a fim de otimizar seu uso, evitando inconvenientes como a subutilização ou não utilização que alimentam a função especulativa da propriedade. Trazendo para o debate a existência de vazios urbanos que visa justamente essa prática, que acaba por ir de encontro a esse instrumento.

A terra não utilizada é improdutiva, não assume suas funções sociais, adquire um caráter de parasitismo, na medida em que é possível e usual ao proprietário de terras se apropriar de uma renda, gerada pelos investimentos do poder público e dos agentes privados nas circunvizinhanças do imóvel (RODRIGUES, 2014, p. 25).

Segundo a autora os proprietários desses espaços ociosos se apropriam de uma renda produzida socialmente, sendo o Estado um dos grandes agentes que se destaca nessa produção por meio da distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos. Há uma tendência inclusive de a terra pública ser gerida segundo uma lógica mercadológica.

Ou seja, os governos federal, estaduais e municipais não destinam seus terrenos de melhor localização, considerados “nobres”, para moradia ou outra utilização social. A lógica do mercado fundiário é a da valorização imobiliária (“especulação”): o foco é a renda, não o lucro industrial. A propriedade privada da terra confere poderes infindáveis a quem a possui, com isso determinando uma utilização pulverizada no espaço e no tempo, com muitos vazios urbanos. O controle do uso do solo, quando há, é feito de forma pouco eficiente. Por estes e outros motivos, a questão fundiária é considerada o “nó” da política urbana nacional (VALENÇA, 2014, p. 346).

Trata-se, portanto, não da produção e organização do espaço para que efetivamente atendam igualmente a sociedade, mas sim que agregue preço a essa mercadoria que é vendida em partes. Carlos (1994), propõe que o valor das parcelas apreende desde processos econômicos mundiais até mesmo específicos de uma localidade, fatores que vinculado ao processo de desenvolvimento urbano, redefine a divisão espacial, e assim, o valor das parcelas. “O preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização na cidade” (CARLOS, 2018, p. 54).

Rodrigues (2014) também levanta a questão da valorização diferencial a partir da localização, onde terrenos apesar de possuírem as mesmas dimensões e características topográficas distinguem-se nos preços. Considerando a produção social da cidade traz o Estado que atua de forma não homogênea na produção e distribuição de atributos espaciais. “A heterogeneidade de atuação no espaço urbano acentua uma “valorização” diferencial de uma área para outra” (RODRIGUES, 2014, p. 20).

O Estado atua como um agente responsável por essa configuração a partir do momento em que cria condições para que haja a determinação da localização da população conforme sua atuação diferencial no espaço.

De acordo com Corrêa (1989) mecanismos criados pelo Estado capitalista levam a segregação residencial por meio dos diferentes impostos territoriais e prediais que afetam o preço da terra e imóveis “os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado. Através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial” (CORRÊA, 1989, p. 26). A localização da população se dá, sob influência de um espaço distintamente construído e valorado.

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria, não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço do imóvel depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infra-estrutura existente próximo a casa (RODRIGUES, 2014, p. 14).

A produção de conjuntos habitacionais como uma saída quantitativa também é um desdobramento que evidencia claramente o resultado de articulações que posicionam os sujeitos sociais nas cidades, exercendo controle direto no localizar das classes, ratificando a segregação residencial, isso porque são destinados a pessoas com baixo poder aquisitivo, logicamente construídos em locais mais distantes e com pouca infraestrutura que reflete no valor final do imóvel, adequando às condições de compra dos moradores.

O critério econômico tem se constituído o parâmetro determinante, mesmo quando se trata de programas de habitação popular, nos quais a preocupação com a inadimplência condiciona os financiamentos à presumível capacidade de pagamento das famílias a serem atendidas. Para garantir esse critério, os custos da habitação popular têm sido atenuados com a utilização de terrenos distantes e precários em todos os sentidos (SILVA, 1989, p. 170).

De modo similar, acrescenta Carlos (1994):

O modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra na cidade enquanto condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e o conflito entre parcelas da população. Assim, o tipo, local, tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade (CARLOS, 2018, p. 54).

Corrêa (2013, p. 43), argumenta que residir sem escolha locacional e tipo de habitação é uma segregação imposta, resultante também de uma política de classe, “gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção”. “Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes [...]” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Há uma segregação velada ditada pela disputa capitalista pelo solo, mas envolta em um discurso de ação estatal que somada à precariedade existencial da população de baixa renda que combina ideologia, incerteza, espera e sonho, submete o homem a se fixar onde lhe é ofertado. E assim, refletindo “o acesso diferenciado aos recursos da vida” (CORRÊA, 2013, p. 42).

Trabalho, moradia, cidade: trama de relações e mediações que ganham configurações diferentes conforme as regiões da cidade. Não se trata de diferenças internas à geografia física da cidade e seus espaços. Tempos, histórias e condição dos assentamentos nos vários pontos da cidade são questões certamente importantes, e disso vai depender grandemente a maior ou menor densidade, enraizamento e extensão das redes sociais que estruturam o mundo popular. As diferenças são sobretudo construídas pelas desigualdades das malhas de conexões e acesso que articulam esses pontos com a cidade, e é isso que vai definir diferentes escalas de proximidade e distância: medidas sociais, não físicas ou geográficas. Acessos desiguais e

diferenciados a serviços sociais, aos equipamentos de consumo, aos centros e subcentros da cidade. É claro, acessos desiguais e diferenciados aos polos de emprego. Em uma palavra, é da segregação urbana que se trata (TELLES, 2010, p. 100).

Trata-se do acesso diferenciado aos recursos da cidade, ou então, do comprometimento do direito a essa, onde “o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana de negação dos direitos; em especial, aos “invisíveis” ao processo de planejamento e produção do espaço urbano” (AMANAJAS; KLUG, 2018, p. 30).

O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos (AMANAJAS; KLUG, p. 29, 2018)

Para Carlos (2007), o “direito à cidade” tem como marco inicial a criação do Ministério das Cidades e as conferências sobre essas, mas houve um esvaziamento do debate em torno desse direito ao associá-lo a “qualidade de vida”.

Esse direito é uma ideia formulada por Lefebvre que traz a renovação e transformação da vida urbana, o sobressair do valor de uso na busca de atender a realização humana. Para Lefebvre, 1991, o direito precisa ser reescrito sobre um novo modelo de cidade, o antigo não serve mais, sendo necessária uma reflexão teórica que redefina formas, funções, estruturas da cidade e inclua as necessidades da sociedade urbana.

Segundo o autor, deve-se direcionar para uma nova práxis e para um novo homem, cabendo ao que ele denomina “interessados” a criação de uma nova cidade e uma vida nessa, sendo esses que criam as relações sociais e isso não engloba arquiteto, urbanista, sociólogo, economista, filósofo ou político, pois não podem tirar do nada, novas formas e relações, podendo no máximo auxiliar, limpar o caminho, propor e tentar preparar formas, inventariando as experiências, tirando lições das atuações fracassadas.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno as cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade de valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prática sensível. O que pressupõe uma teoria integral de cidade e da sociedade urbana que utilize recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização (LEFEBVRE, 1991, p. 117-118).

Harvey (2009, p. 269) defende que as cidades foram mais regidas pelo capital do que pelas pessoas e que para se ter de fato direito a ela é preciso que as necessidades humanas sejam satisfeitas e para isso todos devem ter o direito de criá-las “(...) o direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente”.

Sendo assim, o direito à cidade refere-se às condições sociais igualitárias de acesso e de uso e isso remete a uma produção e distribuição igualmente justa possível por meio da ativa participação por parte de seus integrantes que de fato sabem o que necessitam.

O planejamento e produção a serviço do capital promovem as desigualdades de acessos a pontos estratégicos e necessários, são condições ditadas pelo localizar e sabemos que os mais prejudicados, seja pelas condições locais, seja pelas distâncias associadas aos meios precários de locomoção ou pelo sucateamento das vias de acesso são os mais pobres, que moram às margens, sendo estrategicamente ali alocados.

Dessa forma, não há o aproveitamento das áreas já consolidadas estruturalmente e nem a atuação para produzirem benfeitorias necessárias para que ocorra de fato o bem-estar de todos os cidadãos. Rolnik (2012) levanta, inclusive, que o déficit não é de casas e sim de cidade. Não é incomum pessoas que moram mais distantes usar o termo “lá na cidade” para áreas centrais, mesmo que não estejam cientes dessa condição, ainda assim, sentem essa ausência.

Situação encontrada na área de pesquisa, pois se trata de uma área afastada, cerca de 6 km do centro tradicional, precário em infraestrutura e prestação de serviços, o município não conta com transporte público e refletindo uma vagarosa atuação do Estado, recém concluiu melhorias em uma das vias de comunicação com o entorno.

Figura 4 – Principais vias de acesso aos Conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022. Na figura A – Ilustramos a Rua José Duarte que até então possuía trechos descontínuos de asfalto, a última obra foi entregue em agosto de 2022. A figura B – é a Avenida General Canrobert Pereira da Costa, outra via de conexão que fica ao fundo do Jardim Aeroporto, encurta o acesso a alguns pontos do bairro Santa Terezinha, mas nem sempre seu uso é viável, pois é cercada por densa mata, não possui asfalto e tampouco iluminação pública.

Elaboração: Cristaldo e Cunha, 2023.

São condições inerentes a essas áreas afastadas que não possuem todos os elementos necessários para atendimento das demandas diárias somada a mobilidade reduzida que reforça os entraves objetivos e subjetivos dessa segregação, encontradas mesmo em cidades pequenas como Aquidauana-MS, pois“(…) as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas (ENDLICH, 2006, p. 391)”. E é sobre essa relação e interação que trataremos a seguir, entendendo o quão necessário é esse olhar mais próximo da realidade desses moradores.

5. PRÁTICAS SOCIO-ESPACIAIS DOS MORADORES DO BAIRRO EXPOSIÇÃO

5.1 Perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados

Para uma análise mais abrangente dos aspectos gerais da população pesquisada nos conjuntos habitacionais “Arara Azul” e “Jardim Aeroporto”, iniciamos com a apresentação do perfil dos moradores entrevistados, dando destaque aos relatos de suas trajetórias para entendermos o processo que os conduziram até as moradias de interesse social.

De modo a facilitar a compreensão dos dados obtidos, apresentamos o quadro 5 que traz informações sobre a composição familiar, idade, sexo, escolaridade, profissão, renda, vulnerabilidade social a respeito dos moradores.

Quadro 5 – Perfil socioeconômico dos moradores entrevistados

| JARDIM AEROPORTO | | | | | | |
|---------------------|-------|---------------------|--------------------------|--|-----------------------|------------------|
| Composição familiar | Idade | Escolaridade | Ocupação/Fonte de renda | Programa | Renda | Renda per capita |
| Moradora 01 | 32 | Cursando superior | Bicos | Energia social | 2 salários e meio | 757,50 |
| Filha | 09 | Cursando 5º ano | - | | | |
| Avó | 70 | Fund. Incompleto | Pensionista | | | |
| Bisavó | 96 | Não sabe | LOAS | | | |
| Moradora 02 | 48 | Fund. Incompleto | Faxineira | - | 2 mil e pouco por mês | ~ 666,00 |
| Filho | 23 | Fund. Incompleto | Pintor | | | |
| Filho | 19 | E. Médio Incompleto | Entregador | | | |
| Moradora 03 | 34 | Superior Incompleto | Do lar | Auxílio Brasil e Energia Social | 1.500,00 a 2.000,00 | 375,00 a 500,00 |
| Esposo | 39 | Médio Completo | Autônomo | | | |
| Filho | 11 | 7º ano | - | | | |
| Filho | 07 | 1º ano | - | | | |
| Moradora 04 | 40 | E. Médio Incompleto | Serviços gerais (formal) | Auxílio Brasil, Mais Social e Energia Social | 1.506,00 | 251,00 |
| Filha | 18 | 1º E. Médio | - | | | |
| Filha | 13 | 7º ano | - | | | |
| Filho | 10 | 4º ano | - | | | |
| Filha | 08 | 2º ano | - | | | |
| Filho | 05 | Creche | - | | | |

| | | | | | | |
|--------------------|----|---------------------|------------------------------------|---------------------------------|---------------------|-----------------|
| Morador 05 | 49 | E. Médio Completo | Aposentado e bicos | Energia Social | 1.500,00 a 1.600,00 | 500,00 a 533,33 |
| Esposa | 45 | E. Médio Completo | Diarista | | | |
| Filha | 16 | 2º E. Médio | - | | | |
| Morador 06 | 52 | E. Médio Completo | Telefonista | Energia Social | 1.200,00 | 600,00 |
| Filha | 22 | E. Médio Incompleto | - | | | |
| Moradora 07 | 39 | Fund. Incompleto | Bicos (faxina) | Auxílio Brasil | 1900,00 | 380,00 |
| Esposo | 49 | Analfabeto | Serviços gerais em fazenda | | | |
| Filho | 15 | 6º ano | - | | | |
| Filha | 14 | 4º ano | - | | | |
| Filha | 07 | 1º ano | - | | | |
| Moradora 08 | 33 | E. Médio Completo | Vendas (Informal) | Auxílio Brasil e Energia Social | 1600,00 | 320,00 |
| Esposo | 45 | E. Médio Completo | Pedreiro | | | |
| Filha | 10 | 4º ano | - | | | |
| Filha | 05 | Pré-escola | - | | | |
| Filha | 02 | Maternal | - | | | |
| Moradora 09 | 32 | Fund. Incompleto | Faz salgado | Auxílio Brasil e Energia Social | 1.900,00 | 316,66 |
| Esposo | 31 | E. Médio Incompleto | Pedreiro | | | |
| Filho | 13 | 6º | - | | | |
| Filho | 12 | 7º | - | | | |
| Filho | 11 | 4º | - | | | |
| Filho | 09 | 2º | - | | | |
| Morador 10 | 53 | Superior Completo | Funcionário público | - | 2.200,00 | 1100,00 |
| Filha | 30 | E. Médio Completo | - | | | |
| Moradora 11 | 33 | Fund. Completo | Babá (Informal) | Auxílio Brasil | 2.700,00 | 300,00 |
| Esposo | 40 | Fund. Incompleto | Instalador de placa solar (formal) | | | |
| Filha | 15 | Encceja (8º e 9º) | - | | | |
| Filha | 13 | 7º ano | - | | | |
| Filha | 06 | 1º ano | - | | | |
| Filha | 06 | 1º ano | - | | | |
| Irmã | 27 | Fund. Incompleto | Diarista | | | |

| | | | | | | |
|----------------------------|--------------|---------------------|------------------------|--|--|----------|
| Sobrinho | 05 | Creche | - | | | |
| Tio | 39 | Analfabeto | Pedreiro | | | |
| ARARA AZUL | | | | | | |
| Composição familiar | Idade | Escolaridade | Ocupação | Programa | Renda | |
| Moradora 01 | 45 | Fund. Incompleto | Do lar | Vale Mais | 2.724,00 | 544,80 |
| Esposo | 41 | Fund. Incompleto | Auxiliar de padaria | | | |
| Filho | 21 | E. Médio Incompleto | Descarga de carvão | | | |
| Filho | 17 | 2º ano E. Médio | - | | | |
| Filho | 12 | 7º ano E. Fund. | - | | | |
| Moradora 02 | 67 | Fund. Incompleto | Aposentada/pensionista | | 2 salários mínimos 200,00 ajuda do filho | 656,00 |
| Filho | 37 | Fund. Incompleto | Diarista | | | |
| Neta | 07 | 1º ano | - | | | |
| Neta | 04 | Creche | - | | | |
| Moradora 03 | 33 | Fund. Incompleto | Do lar | Auxílio Brasil e Energia social | 2.000,00 e pouquinho | ~ 400,00 |
| Esposo | 37 | Fund. Incompleto | Pedreiro | | | |
| Filha | 12 | 4º ano | - | | | |
| Filha | 09 | 4º ano | - | | | |
| Irmão | 22 | Fund. Incompleto | Diarista | | | |
| Moradora 04 | 21 | Cursando Superior | Bolsista/Bico | Auxílio Brasil, Energia social e Bolsa | 2.750,00 | 687,50 |
| Mãe | 48 | E. Médio Completo | Bico | | | |
| Avó | 81 | Magistério | Aposentada | | | |
| Irmão | 18 | 9º ano | - | | | |
| Moradora 05 | 47 | Analfabeta | - | Auxílio Brasil e Energia social | Não sabe precisar | - |
| Esposo | 59 | Fund. Incompleto | Diarista em fazenda | | | |
| Mãe | 61 | Fund. Incompleto | - | | | |

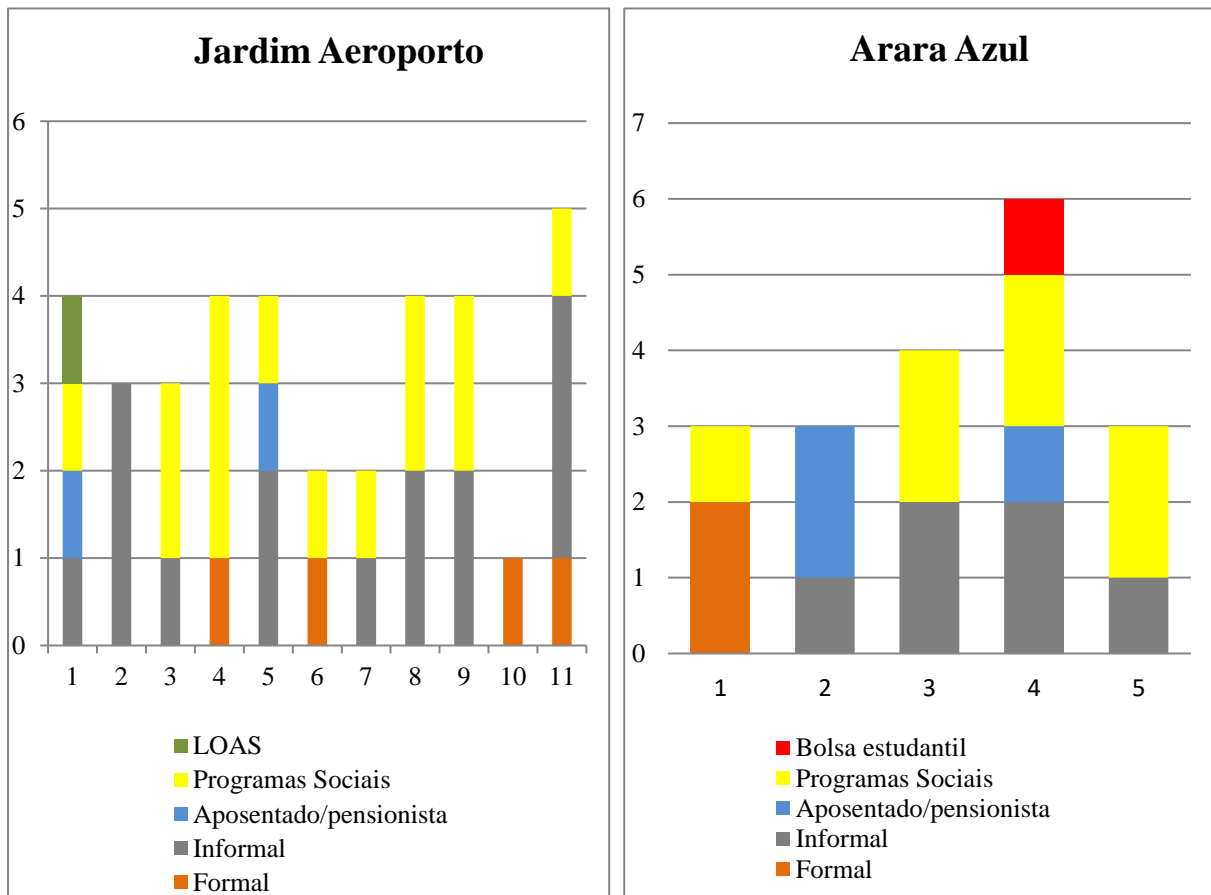
Fonte: A autora, 2022.

Foram realizadas 16 entrevistas, sendo 11 no conjunto habitacional “Jardim Aeroporto” e cinco no conjunto habitacional “Arara Azul”. A composição da renda familiar se faz por meio

de programas governamentais, aposentadoria, pensão, BPC-LOAS⁷, bolsa estudantil e remuneração em torno de salário mínimo, nem sempre regular.

Como é possível constatar no quadro 5, em alguns casos, a renda foi imprecisa e como a intenção não é valorar, mas ilustrar como é composta a renda familiar dos sujeitos pesquisados, utilizamos o eixo “y” para quantificar fontes de renda (formal, informal, aposentadorias e benefícios), e o eixo “x” para indicar o morador entrevistado. Foi possível evidenciar o predomínio da informalidade e o alcance dos programas sociais, onde apenas três famílias não são contempladas.

Gráfico 1: Composição da renda familiar do Conjunto “Jardim Aeroporto” e “Arara Azul”.



Fonte: A autora, 2022.

Como podemos observar no gráfico à esquerda (Jardim Aeroporto), apenas quatro famílias (04,0 6, 10 e 11) possuem algum membro da família trabalhando formalmente, porém,

⁷O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade (BRASIL, 2019).

apenas um morador com tal vínculo. Nas famílias (02, 03, 05, 07, 08 e 09) as rendas são provenientes de trabalho informal ou algum programa social, encontrando na família 02 a situação mais alarmante, pois não contam com nenhum benefício, em igual situação temos a família 10, porém, em condição minimizada pela segurança do trabalho formal, em contrapartida, na família 04 a renda é composta majoritariamente por programas sociais (descritos no quadro 5). A menor renda apresenta a família 6 que recebe um salário mínimo e nenhum tipo de benefício em dinheiro, e a maior é da família 1, que é composta por uma renda informal, uma aposentadoria, um benefício do BPC-LOAS e um Programa Social.

Realidade similar ilustrada no gráfico à direita (Arara Azul), onde somente na família 01 há componentes trabalhando na formalidade, a família 02 é a única que não recebe nenhum benefício. A maior renda fica com a família 04, onde há um número maior de pessoas que participam dessa composição, sendo que duas delas trabalham informalmente, uma recebe aposentadoria, além de benefício estudantil e programas sociais.

Para fins de esclarecimento, consideramos trabalhador formal aquele que possui vínculo, seja celetista ou estatutário e os informais os que trabalham por diária ou por conta própria, sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou qualquer outro vínculo contratual de trabalho.

Vale aqui ressaltar as discrepâncias em relação à renda per capita. Se por um lado temos a família 10, Jardim Aeroporto, onde cada integrante vive com quase 1 salário, por outro temos a família 04, com 251,00 por pessoa. É possível visualizar que, mesmo em espaços ditos homogêneos e, neste caso, em relação à renda, alguns fatores, como por exemplo: composição familiar, número de pessoas inseridas no mercado de trabalho e tipo de vínculo empregatício contribuem para que as condições se difiram.

No gráfico 1 é possível visualizar a necessidade do esforço coletivo com a junção de várias fontes para melhorar minimamente a renda familiar, bem como a importância dos programas sociais.

Os programas recebidos pelos entrevistados são: Auxílio Brasil, Vale Mais e Energia Social: Conta de luz zero. O Programa Federal Auxílio Brasil foi instituído pela Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021 que veio a substituir o Bolsa Família, em uma etapa do processo que visa implementar a universalização da renda básica, atendendo famílias em situação de extrema pobreza (Renda familiar per capita de até 105,00 reais) e pobreza (Renda familiar entre 105,01 e 210,00 reais). O valor médio inicial era 217,00 (duzentos e dezessete reais) chegando a 400,00 (quatrocentos reais) por meio de um benefício extraordinário que seria por tempo determinado,

mas aprovado no senado, esse valor agora é de caráter permanente. De agosto a dezembro os beneficiados receberão uma complementação de mais R\$ 200,00.

O Mais Social é um programa Estadual criado pela lei 5.639, de 5 de abril de 2021, que em seu art. 1º traz por objetivo “prestar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, bem como promover a inclusão social e acesso às demais políticas públicas” Os beneficiados recebem um cartão com valor de trezentos reais creditados mensalmente.

O programa energia social também é uma ação estadual (Lei 5.808 de 16/12/2021), de caráter temporário, que beneficia famílias de baixa renda, cujo imóvel seja utilizado exclusivamente como residência, zerando o valor da conta com o consumo de até 220 KWh/mês.

Os programas governamentais além de contribuírem para o aumento do rendimento final ou economia familiar (no caso do programa energia social), muitas vezes são as únicas rendas fixas dos moradores que, em sua grande maioria, são trabalhadores informais, o que gera insegurança e baixos rendimentos, baseados sempre em estimativa de valores, tal como podemos evidenciar nos trechos das entrevistas abaixo:

[Qual a renda mensal?] *“Ai Jesus, uma média assim dele, quando ele pega serviço sai de 1200,00 e o meu não passa muito de 300,00”*. Como os dois são trabalhadores informais, a única renda fixa é o “Renda Brasil” (Moradora 09, 32 anos, autônoma – Jardim Aeroporto).

Instabilidade ainda maior vivida pela família onde todos são informais e não recebem nenhum benefício. *“Depende, tem semana que é boa, tem semana que não é, tem semana que vale por um mês, tem semana que não. Entre a minha e as deles deve gerar uns 2mil e pouco por mês”* (Moradora 02, 48 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

Situação alarmante que chamou atenção, além do histórico de incertezas revelado pela moradora, que faz faxinas esporadicamente e que só tem como certo o auxílio Brasil, foi o desconhecimento do valor da força de trabalho do esposo.

Ele... que ele entrou agora, né!? Tem um mês, aí ele não sabe ainda o valor se vai ser um salário, que eles tão em negociação ainda, se vão pagar por dia, vamos supor se ele trabalhar 15 dias aí paga pra ele, aí eles vão ver ainda, então, posso dizer um salário, né!?” Ao ser questionada sobre onde trabalhava anteriormente e quanto ganhava, mais uma vez a resposta foi incerta: *“Ele tava trabalhando em outra fazenda pro lado de Miranda, mas também... aí ele... tipo... com esse negócio da gente ficar aqui, aí tem que ficar pegando, né!? Dinheiro, então, geralmente não via o dinheiro bruto, daí pegava R\$100,00, 200,00, 300,00”*. (Moradora 07, 39 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

Pela naturalidade em não saber o valor a receber, seja por ter recém começado a trabalhar, seja pelo não controle do recebimento em partes, podemos presumir que isso é algo corriqueiro, evidenciando a fragilidade dessas pessoas que se sujeitam a trabalhar sem um acordo prévio, às cegas, o que dá ao patrão o poder em estabelecer o valor que bem lhe convier podendo agravar ainda mais a condição de exploração e pobreza dessas famílias que já não contam com a segurança e vantagens trabalhistas. Há a manutenção e expansão do capitalismo por meio da exploração do trabalhador rural.

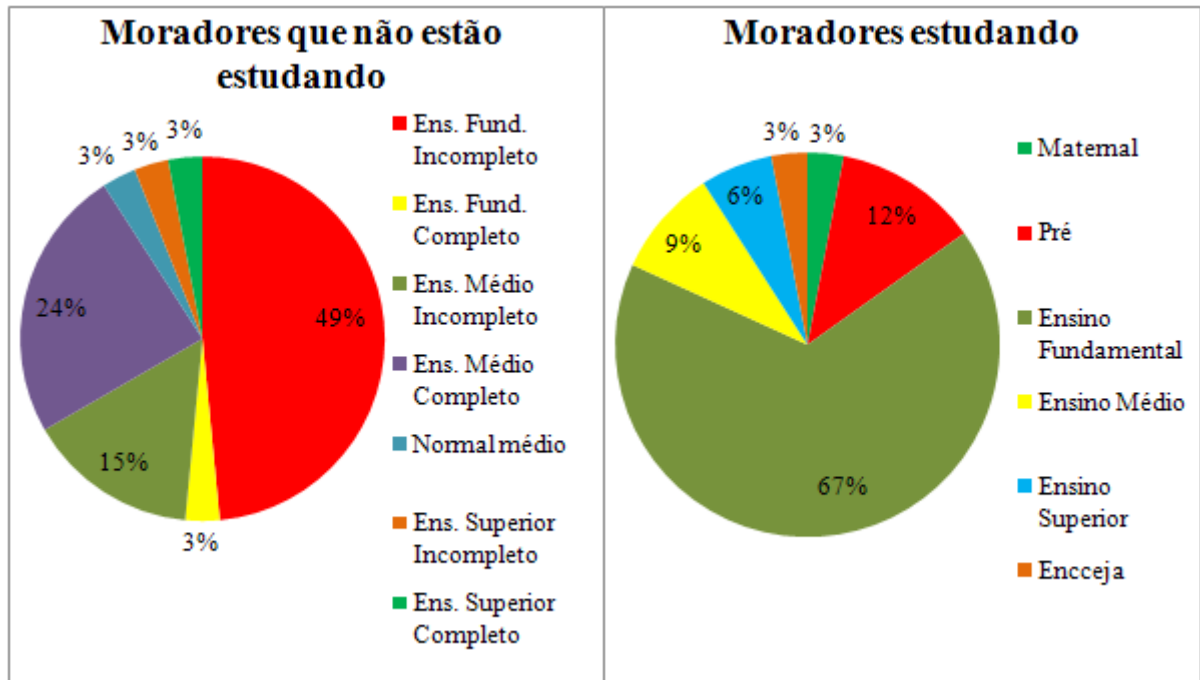
A incidência de tais relações, o uso predatório da força de trabalho, a violação da legislação trabalhista e o trabalho degradante estão presentes em todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar, soja, algodão, fruticultura, pecuária, entre outros ramos produtivos. E envolvem setores de ponta, empresas nacionais e transnacionais. Longe de significar resquícios de modos de produção arcaicos, que sobrevivem temporariamente à introdução do capitalismo, a utilização dessas formas de trabalho constitui um instrumento que o próprio capital vem lançando mão para facilitar a acumulação em seu processo de expansão (ARAÚJO, 2010, p. 255).

De acordo com a PNAD 2017 o rendimento médio mais baixo (R\$ 1.158,00) refere-se aos trabalhadores sem carteira assinada, ficando com a agropecuária a maior desigualdade entre os trabalhadores com e sem carteira assinada. Além da desvalorização e da insegurança, os informais que não conseguem comprovar renda perdem seu poder de crédito o que os tira, por exemplo, a possibilidade de financiamento habitacional, mas não é um ônus apenas ao trabalhador, esta situação também gera desequilíbrio quanto a receita da previdência social.

Com o levantamento dos rendimentos foi possível constatar o cumprimento do papel das habitações de interesse social que visa beneficiar as famílias baixa renda, as quais, estão todos, até hoje, dentro da faixa e se enquadram nessa classe que segundo a secretaria de desenvolvimento social são aquelas que possuem renda mensal de até meio salário por pessoa ou familiar total de até três salários mínimos (3.636,00 – segundo o valor vigente no ano de 2022). Quando foram contemplados estavam ou deveriam estar dentro da faixa e continuam

Quanto à escolaridade constatamos o abandono ainda nas séries iniciais por parte dos adultos e 100% de crianças e adolescentes matriculados.

Gráfico 2 – Escolaridade dos moradores dos conjuntos habitacionais - Arara Azul e Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022

Quase metade dos adultos, entre entrevistados e componentes da família sequer concluíram o ensino fundamental, para além da educação básica, apenas um fez o normal médio e um terminou o ensino superior. Todas as crianças e adolescentes frequentam escola, cumprindo a lei que estabelece a obrigatoriedade dos quatro aos 17 anos, outro ponto que pode contribuir para essa abrangência é a exigência de assiduidade para participação de programas governamentais. Dos que não são obrigados a estudar, apenas duas pessoas estão cursando ensino superior, e duas, ambas com 18 anos, ainda na escola, uma cursando o 9º ano do ensino fundamental e outra o 1º ano do ensino médio retratando, nesses e em outros casos, a distorção idade-série que é o atraso escolar de dois anos ou mais.

O IBGE em uma análise da estrutura do mercado de trabalho evidenciou que, mesmo nem sempre estando associada ao nível de qualificação, a escolaridade pode ser uma condição necessária para o exercício de uma ocupação. “Pressupõe-se que o nível de instrução é um atributo capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e das remunerações” (IBGE, 2018, s/p.). Por meio da PNAD (2017) pode-se verificar a relação proporcional entre progressiva participação nos trabalhos formais e aumento do grau de escolaridade, onde os índices de informalidade são maiores para pessoas sem instrução ou ensino fundamental incompleto, 60,8% contra 19,9% com ensino superior completo.

As condições financeiras precárias explicam as trajetórias dos residentes até a chegada aos conjuntos habitacionais, são histórias que se repetem, refletindo suas múltiplas formas de morar. Uma primeira situação pode ser observada em resposta a pergunta: Qual a sua situação de moradia anterior? *“Eu morei já em barraco de lona, de aluguel, cedida a casa, morei mais de 12 anos no meu sogro numa casa de três pecinhas pequenininhas, daí foi crescendo a família, né!? A gente conseguimos aqui”*. (Morador 1, 41 anos, do lar - Arara Azul).

Outra situação foi marcada por mudanças decorrentes de residências alugadas ou cedidas

Quando nós viemos da fazenda, nós viemos e moremos em casa alugada, ali no bairro Alto, ali no bairro da Serraria aí que mudamos ali no São Cristóvão, no São Cristóvão a casa não era minha, nem do meu pai, né!? Era minha irmã que foi contemplada e a gente morava com ela e daí depois que eu tive meus filhos, eu morava na casa do meu irmão, que meu irmão faleceu, minha cunhada foi embora, né!? Eu separei do pai das crianças, morando sozinha na casa que era do meu irmão, morei 13 anos lá com as crianças, só eu e eles, daí que eu fui contemplada com essa casa aqui” (Moradora02, 65 anos, aposentada/pensionista – Arara Azul).

Uma terceira fala revelou condições precárias de moradia, resultando em perdas materiais, sendo retratada como:

Uma casa que quando chovia era melhor ficar fora, molhava tudo, inclusive quando... porque a gente morava na casa, a casa era da prima do meu ex-marido. No começo ela cedeu pra gente, aí quando ela cobrou o aluguel, eu falei pra ela, inclusive ela veio com preço alto na época pra gente, né!? Aí eu falei assim: mas como que a gente vai pagar por uma casa que quando chove molha tudo, eu botava lona, essas lonas pretas assim, quando chovia, pra não molhar minhas coisas, as minhas coisas de casa acabou tudo, meu guarda-roupa partiu assim no meio, oh! Hora que saiu essa casa aqui eu agradei muito a Deus”. (Moradora 6, 52 anos, telefonista – Jardim Aeroporto).

Houve até quem nem soubesse precisar sua longa jornada de moradia, pois alternava entre cidade e fazenda e a cada mudança, um local diferente, entre casa alugada, cedida por parentes e até mesmo “tapera abandonada”, retratando péssimas condições das habitações, algumas de tábuas, chão batido e poucas peças para abrigar uma família com cinco crianças. Essa moradora trouxe a importância que o poder público teve para mudar sua condição.

Essa casa foi através da prefeitura que me ajudou muito. Eles foram lá nessa serraria atrás de mim, eu tinha cinco filhos e eles viam como eu morava lá, era brejo, né!? Eles me ajudaram a fazer todos os meus documentos, não tinha, aí eles deram... ajudaram a fazer o bolsa família, antigamente, né!? me ajudaram também, me ajudaram nessa casa (Moradora 5, 47 anos, do lar – Arara Azul).

A realidade vivenciada pela moradora 05 é a de muitos brasileiros que na maioria das vezes, infelizmente, não contam com uma atuação eficaz por parte do poder público, esse espera ser provocado, porém, nem sempre o cidadão tem noção de seus direitos, quanto menos iniciativa de procurá-los, o que reforça a importância da proximidade da esfera pública com os mais necessitados, tanto no papel de disseminar informações, quanto de uma atuação em campo mais efetiva.

No geral, são condições pautadas no nomadismo residencial, nas péssimas qualidades habitacionais, moradia de favor, insegurança e preço impraticáveis dos aluguéis que marcam a trajetória dos moradores, permitindo visualizar o porquê do aceite e esclarecer a satisfação com a casa que é unânime e por variados motivos evidenciados ao responderem à pergunta: [Você está satisfeito com essa casa?].

*Eu to, muito! É toda forrada, é com piso é com... olha só, é com... aquele aquecedor solar, a água sai pelando, agora não sai porque o pessoal estragou o negócio lá, tá... tenho que mexer lá, tenho que trocar, mas sai a água, sai água quente e água fria, e no tempo do frio a água sai pra tomar o banho ela sai... puxa vida, dá pra fazer café. **Pra mim é um palácio, não tinha.** (Morador 05, 49 anos – Jardim Aeroporto, grifo nosso).*

Pôde-se observar que a casa descrita como um palácio pelo morador nada tem a ver com o tamanho, pois se quer comportava a organização funcional dos móveis da sala, com acúmulo de vários objetos, mas o fato de anteriormente não possuir casa própria relatando experiências em vários imóveis (o último além de pequeno tinha problemas estruturais) tanto de aluguel quanto dividindo com familiares, contribui para sua satisfação.

A quem esteja realizada com a casa, mas a localização impõe seus desafios. *Eu to! Eu só **estranho a lonjura das coisas, né? Do mercado dessas coisas, muito longe*** (Moradora 02, 48 nos – Jardim Aeroporto).

Para outra moradora a vivência de aluguel possibilitou visualizar a importância da casa própria. *Ah, eu to! Porque hoje em dia acho que o aluguel tá muito caro, né!? Tem muitas pessoas que estão precisando, que a casa **é um bem, né!?** Muito bom pra todo mundo, o aluguel tá muito caro, as coisas tão muito cara".* (Moradora 08, 33 anos, autônoma – Jardim Aeroporto).

As respostas apresentadas indicaram que a composição familiar também contribuiu para o conforto, praticidade e satisfação com o imóvel.

*Tô, pra mim tô, porque é só eu e minha filha, uma casa pequena, tranquilo, fácil de limpar, fácil de tudo, tem um quintal, não é grande, mas dá pra ampliar **então pra mim é o ideal**, se tivesse morando na outra casa lá maior, mais grande, ia dar mais trabalho, então **aqui pra mim que sou só eu e ela, nota 10**".* (Morador 10, 53 anos – Jardim Aeroporto).

Percebemos que a praticidade de cuidar de uma casa pequena é um ponto importante e o quantitativo de moradores ratifica esse “ideal”, no entanto, não é o perfil das famílias contempladas como apresentado no quadro 5 que retrata casas, em sua maioria, com vários moradores.

As moradias em ambos os conjuntos seguem o mesmo padrão tipológico e com a mesma quantidade de cômodos, possuindo a metragem total de área construída de 40 m² (Arara Azul) e 41,59 m² (Jardim Aeroporto). Em entrevista, pode-se perceber que a grande maioria vê a necessidade de ampliação de cômodos. Em resposta à pergunta: Você fez ou pretende fazer alguma mudança na casa? Obtivemos respostas como:

Eu não fiz ainda, mas pretendo, pretendo fazer sim. Eu queria fazer dois quartos lá no fundo com lavanderia. Tipo edícula no fundo, é porque meus meninos tá virando... já são adolescentes, né!? Daqui a pouco começa a namorar, aí a casa é muito pequena, precisa de privacidade” (Moradora 07, 39 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

Percebe-se a intenção das alterações nos imóveis, que nem sempre acomoda confortavelmente os membros da família, tal como demonstrou a moradora 07, onde pode acomodá-los momentaneamente, mas já explicita preocupação com a aproximação da adolescência.

Essa relação desproporcional entre tamanho da residência, quantidade de cômodos e número de moradores também é um problema na família 01, resultando na falta de conforto e dificuldade na organização da casa, o que levou a iniciar a ampliação, mas precisou priorizar, como trazido em sua fala.

A gente colocou muro em volta, fizemos essa varanda aqui, fizemos uma cozinha porque a cozinha era acoplada junto e uma varanda no fundo. Pretendo colocar piso na casa, acabar de rebocar né!? Os quartos são tudo pequenininho, são três rapazes que fica dentro de um quarto, não tem um guarda-roupa, não tem nada, as roupas dele é tudo na caixa, porque a gente não pode comprar um guarda roupa, por aonde aí? Meu filho pensa de ir embora daqui, mas fala: como que eu vou? Se for pra alugar quarto prefiro ficar aqui, então eles compra roupa e é tudo na caixinha, eu tenho um guarda roupa lá, divido um pouco que posso, o resto fica aí no quarto” (Moradora 01, 41 anos, do lar, – Arara Azul).

Outra moradora foi construindo aos poucos, conseguindo finalizar uma varanda com a ajuda de parentes, não terminou a construção de uma cozinha que iniciou há quatro anos e com a chegada de mais integrantes tem outros planos para a área, além de melhorias estruturais procurando conforto e adequação a essa nova composição familiar.

Se Deus quiser quero rebocar por dentro, colocar os pisos, né!? Ali onde eu falei que quero fazer cozinha tô querendo mudar e fazer um quarto pro meu

filho, aí eu quebro a parede ali, né!? Aí eu faço a cozinha aqui, faço a cozinha do pedaço que quebrar dali pra cá faço a cozinha, aí o quarto dele fica pra lá porque aí fica um quarto pras meninas e o meu". (Moradora 02, aposentada/pensionista, 65 anos – Arara Azul).

É importante frisar que as condições estruturais das moradias dos conjuntos são diferentes, o Arara Azul foi entregue sem acabamento, por isso, além da ampliação, anseiam melhorias.

Para além da ampliação da metragem da casa há também uma preocupação com a privacidade e a segurança, com construção de muros, outra alteração alegada pelos moradores é a construção de espaços de lazer como uma varanda e área de churrasqueira.

*Ainda não. Pretendo terminar meu muro, aqui já tinha feito esse lado, mas aquela vez o temporal que deu caiu, agora tem que refazer tudo. Pretendo fazer um quarto pro outro menino e cozinha. Na frente quero fazer uma varanda. Assim, **apesar que para nós ali tá um tamanho razoável, mas a cozinha eu tenho um sonho. Lá no fundo fazer uma churrasqueira assim com um fogão de lenha**" (Moradora 02, 48 anos, diarista – Jardim Aeroporto, grifo nosso).*

Houve também a fala da moradora que reside com a filha, construiu uma varanda, além da pretensão de terminar de murar, mas não vê a necessidade de ampliação da área construída do imóvel. "*Não! Só eu e minha filha, né!? Só nós duas*" (Moradora 06, 52 anos, telefonista - Jardim Aeroporto)

Situação semelhante narrada pelo morador que descreveu a casa como ideal por morar só ele e a filha, mas sinalizou a pretensão na ampliação para receber confortavelmente visita da família.

Praticamente todos os moradores entrevistados mudaram-se para os conjuntos assim que as unidades foram entregues, então, são praticamente 16 anos de residência no Arara Azul e 07 no Jardim Aeroporto, apesar desse considerável tempo decorrido, apenas pequenas mudanças foram materializadas, basicamente construção de calçadas, muros, varandas e cozinhas, algumas dessas alterações ainda por terminar, muitas mudanças estão no plano dos desejos, isso porque reformas são caras e como visto, a renda familiar dessas famílias é bem modesta.

Em campo foi possível constatar que, em situação similar aos entrevistados, encontram-se vários moradores que realizaram pouca ou nenhuma modificação, contrastando, no entanto, com outras que de tão transformadas em nada lembram as casas padronizadas (figura5).

Figura 5: Alterações no padrão construtivo das residências nos conjuntos habitacionais estudados.



Fonte: A autora, 2022. As figuras “A” e “B” retratam as casas no conjunto habitacional Arara Azul, cuja primeira mantém o padrão construtivo original e a segunda, apresenta transformações. Já as figuras “C” e “D”, mostram as casas do conjunto habitacional José da Portuguesa e assim como as anteriores, mostram o padrão construtivo inicial e a outra com alterações promovidas pelo proprietário.

As significativas mudanças realizadas nas residências podem remeter a melhoria das condições financeiras desses proprietários ou instalação de um público novo, cujas características socioeconômicas não satisfazem os critérios para participarem do programa, tendo em vista que algumas unidades já foram vendidas⁸.

Outra possibilidade é o falseamento ou ocultação das informações econômicas no momento do cadastro para o enquadramento na renda do público alvo, o que nos leva a considerar, inclusive, a mesma conduta durante a entrevista.

Um aspecto de grande relevância somado a já tão precária condição dos moradores é a peregrinação junto à Secretaria de Habitação que é o principal meio para participar da seleção

⁸Segundo a Secretaria de Habitação até o momento, no Jardim Aeroporto, 14 residências estão sob investigação por venda ou abandono, não possuindo maiores informações, pois cabe à Prefeitura apenas fazer o relatório que enviado a Caixa Econômica Federal dão prosseguimento ao processo.

habitacional. Histórico de anos de espera e idas anuais para recadastramento, alguns com tempo de espera relativamente curto em relação a outros (em torno de 2 a 15 anos), mas considerando a fragilidade das famílias, um fator de grande peso.

5.2 Do espaço ao lugar: a vida cotidiana dos moradores pesquisados

Iniciamos a estrutura do nosso trabalho a partir do espaço que é produzido e valorado seguindo uma lógica espacial. No caso desta pesquisa, trabalhou-se com habitações viabilizadas por políticas públicas que promovem a instalação dos conjuntos em áreas periféricas e deficientes, diante disso, buscou-se revelar toda a carga prática no desenrolar da vida desses cidadãos a partir dessa localização determinada e planejada, que só foi possível mediante mergulho do cotidiano, do espaço vivido, sendo assim, do lugar desses moradores. “É no plano do vivido e a partir do lugar do vivido que são estabelecidas as práticas socioespaciais do cotidiano, a rua, o bairro e a cidade são dimensões materiais para o desenvolvimento das relações subjetivas da vida” (SOUZA, 2019, p. 12).

Afinal, “Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade e fora dela. Este espaço social seria definido pelos espaços que lhe são familiares e as parcelas do território que ele deve percorrer entre esses diferentes lugares” (Souza, 2002, p. 187). Sendo que, “os espaços com os quais somos estreitamente familiares, são diferenciados daqueles com os quais temos apenas uma familiaridade passageira” (RELPH, 1979, p. 7).

De acordo com Lisboa (2020), o espaço passa a existir a partir da interação homem-meio, numa busca de saciar suas necessidades, alterando características originais e dessa relação abrangente alcança uma escala global, bastando a inserção dessa área nos projetos humanos. Em contrapartida, há uma proximidade quando se trata do lugar, pois é parte desse espaço geográfico apropriado para a vida, onde o cotidiano se desenvolve, não sendo uma simples localização, mas relacionado às experiências e envolvimento com o mundo, associando-se também ao sentimento de pertencer, uma identificação pessoal, uma parcela do espaço relacional e de interação que compõe seu lugar.

Esse conceito ressignificado pelos humanistas tornou-se conceito chave, sendo “o espaço vivido, dotado de valor pelo sujeito que nele vive. [...] é onde a vida se realiza, é familiar, carregado de afetividade, o que o torna subjetivo em extensão e conteúdo, bem como em forma e significado” (PARANÁ, 2008, p. 60).

Ainda para os humanistas a essência do lugar mediatizado pelo espaço através das experiências é a essência, é o centro onde são experimentados os eventos

mais expressivos de nossa seleta vida, ou seja, o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o entretenimento, o lazer, o prazer e etc. Para isso se fazer, o fundamento onde se desenrola tudo isso é o lugar, que assume, além da ação e da percepção em sua experiência concreta ou simbólica, outros estamentos: o lar (a casa, ou qualquer lugar considerado como lar), o vilarejo ou o bairro, a cidade, o país e o mundo (LOPES, 2012, p. 26)

Para Souza (2021, p. 115) o lugar é perceptível imediatamente a partir da dimensão cultural-simbólica, “envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás das construções das imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado”.

Para o autor esse espaço dotado de significado e vivido é apenas uma primeira aproximação conceitual do lugar, não devendo ser assimilado diretamente à materialidade, sendo que sua existência está condicionada a duração das relações sociais, existindo somente pela topofilia ou topofobia. Não há um desprezo do material como parte do lugar, mas salienta que, se perde as relações que o animam, descaracteriza-se. “Sem os sentimentos e as imagens que se produzem na comunicação e nos discursos, o que há é o substrato material, não o lugar” (Ibid, p. 118).

E assim: “À medida que o homem interage com o ambiente, percebendo e apropriando-se dos espaços, tais espaços vão se transformando em lugares que são dotados de valores e sentimentos, surgindo assim os bairros, onde os moradores estabelecem relações familiares e sociais” (Gomes, 2008, p. 21-22,).

Buscando sequenciar logicamente a pesquisa, antes de aprofundar nesse lugar apropriado e ressignificado, trabalhou-se com as sensações e sentimentos desses moradores ao se deparar com essa nova realidade. Estamos diante de um público que foi alijado de qualquer tipo de escolha ou consulta relacionada à habitação e a localidade, guiados fortemente pela necessidade do alcance da casa própria.

Variados fatores contribuíram para o desafio de construir a vida nesse novo espaço, houve quem sentiu falta da localização privilegiada em que morava que possibilitava, por exemplo, fazer trajetos a pé até a praça da área central; as distâncias dos mercados e “da cidade” - referindo-se ao centro - que por vezes, acarretavam/acarretam em gastos ou exaustivo deslocamento, dos templos religiosos em que congregavam, da escola que estudava desde o ensino fundamental, mas também da convivência diária com os amigos de infância, com familiares queridos, enfim, de uma vida construída ao longo dos anos até se assentarem no novo local de moradia.

Além desses, as entrevistas apontaram fatores locais que também interferiram nesse processo: a presença de “maloqueiros”, vandalização das áreas públicas e, por vezes, até dos imóveis, furtos, roubos, pontos destinados a venda de drogas, de prostituição e alguns casos de homicídios retrataram negativamente esse local de moradia, somados a isso, a insatisfação quanto ao serviço de iluminação pública e a proximidade com uma grande área de mata contribuíam para a sensação de insegurança e conseqüentemente para a difícil adaptação desses moradores logo após a mudança para os conjuntos.

Experiências narradas como parte do passado, mesmo permanecendo alguns relatos de desentendimento entre vizinhos causado por uso de bebidas alcoólicas ou som alto, depredação dos espaços públicos e ainda problemas quanto à iluminação e o receio de usar, em determinados horários, o trajeto cercado pela mata, nada que se compare a situações que geravam a insegurança “do começo”, ou que os façam querer sair, alterações ocorridas com o decorrer do tempo, resultante tanto da interação entre os vizinhos, quando da mudança de alguns moradores que foram apontados como os causadores dos maiores problemas.

O desejo em permanecer e o gostar está intimamente ligado a posição que agora essas pessoas ocupam: do ser proprietário. Lindón (2005) tratando de área de ocupação traz o significado que se cria em torno da própria casa, onde de todos os objetos que se pode possuir, a casa se particulariza pelo seu elevado conteúdo simbólico. Adquirem o status de “possuidores”, uma posse emocional, pois estão incluídos na sociedade e cidade, mesmo que periféricamente, conferindo a esses habitantes existência, visibilidade social a também reconhecimento em termos políticos. Sendo a casa própria ainda mais valorizada, pois é uma compensação de todas as perdas ocorridas pelo processo de exclusão em tantas outras esferas da vida.

Em analogia, trazemos esse mesmo significado para os moradores que adquiriram vias políticas públicas, esses sujeitos têm realidades tão próximas que são abordados em um mesmo contexto por Corrêa (1989) como sendo os grupos sociais excluídos, que para o autor são moradores de cortiço, de conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e moradores de áreas de favela, este último considerado como os verdadeiros agentes modeladores do espaço.

As entrevistas possibilitaram perceber o relevante papel que a casa própria desempenha. Alguns moradores deixaram explícito o vínculo exclusivamente com o imóvel ao declarar, sem hesitar, a intenção em mudar-se, não o fazendo, pois a condição atual impede a aquisição de uma nova unidade habitacional.

Mesmo os que deixaram claro a satisfação com a casa, bairro e vizinhança, reforçando o sentimento de pertencimento, afetividade e o desejo em permanecer, ao supor condições

econômicas favoráveis e possibilidade de escolha, as respostas foram alteradas, alegando que mudariam para outros bairros.

A moradora 01 exemplifica de forma abrangente e retrata o sentimento de muitos moradores que giram em torno da segurança da propriedade e de laços de amizade criados.

Ah, eu falo assim porque a gente conquistou a vizinhança, conquistou a amizade, a confiança das pessoas, tanto como a gente passa como eles também tem com a gente e eu não me vejo longe daqui porque se eu sair daqui vou ter que fazer tudo de novo, eu já tenho aqui, tá certo que onde eu morava também foi a mesma coisa, né!? O que me faz gostar de morar aqui na verdade mesmo, vou te falar, não é o lugar[referindo-se à localização], mas é a tranquilidade na mente da gente, porque lá no centro da cidade é tudo corrido, você não tem sossego, você tem que tá ali é uma coisa que você não tem paz, pessoas que moram aqui não quer, você pode perguntar pra quem for, pra morar lá no centro não quer, só se arrumar um emprego mesmo e falar eu preciso tá lá, mas por mim eu não ia não, porque o que faz gostar daqui é a tranquilidade, é o carinho das pessoas e outra é o que você já conquistou, como falei pro meu esposo, conquistei aqui e quero viver o máximo dessa conquista. O que eu mais conquistei aqui, pra mim o que eu mais conquistei assim aqui é de chamar meu, minha casa, de chegar assim e final do mês você ter que pagar água e luz, não aluguel, em 6 meses tá vencendo seu contrato e você tem que desocupar o que não é seu. Então esse é meu maior orgulho, assim realizou o meu sonho, minha casa, um lar, de eu levantar de manhã sem preocupar se eu vou ter que arrumar a casa porque vai chegar o dono e vai encontrar assim, assim (Moradora 01, 41 anos, do lar – Arara Azul).

A narrativa nos possibilita visualizar o que a faz gostar de morar em um conjunto habitacional popular periférico, além da segurança da casa própria, conta com o acolhimento dos vizinhos, mas apesar desse relato de satisfação e de bons sentimentos e, mesmo afirmando não desejar morar no centro, gostaria de se aproximar dessa área e de outros serviços que facilitariam o seu dia a dia.

O lugar que eu queria morar mesmo assim se fosse pra sair daqui pra voltar a morar ali na vila Eliane. Fica mais perto das coisas, né!? Da escola, do mercado até do serviço do meu esposo e mais perto assim de recursos, porque aqui por mais que temos aqui os mercadinhos aqui por perto não se iguala lá da cidade, mais pra lá pro lado do centro.

Outros reafirmaram a permanência independente de qualquer situação, contribuindo tanto as relações entre vizinhos, quanto satisfação com o lugar, seja pelo sossego, pela segurança e sempre lembrado: “por ser a minha casa”, criou-se um elo forte de pertencimento, de apego ao lugar, que “pode ser definido como o vínculo emocional firmado com cenários físicos, envolvendo sentimentos derivados da experiência espacial real ou esperada (FELIPPE; KUHLEN, 2012, p. 610).

As experiências e vivências desses moradores possibilitaram a consolidação dos laços de apego, ou nas palavras de Tuan (1980, p. 5) esse amor do homem pelo lugar ou topofilia que “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”.

O autor traz a questão da familiaridade e afeição onde, com o decorrer do tempo, se investe parte da vida emocional no lar e no bairro, tornando-se um invólucro de proteção da perplexidade do mundo exterior devido essa familiaridade, e assim, algumas pessoas, principalmente idosos, relutam em abandonar o velho bairro.

O tempo, com a série de reflexões que sustenta em seus poderosos meios de expressão, faz com que o homem admita e aceite mudanças e situações, e se adapte a elas, mas sem alcançar – salvo exceções – a compreensão exata de tais fatos. Daí a diferença entre os que se adaptam por obrigação e os que buscam a adaptação natural, com plena noção do que isto significa para seu processo evolutivo (PECOTCHE, 2011, p. 161).

Situação que ratificou o poder da casa própria foi encontrada ao entrevistar duas moradoras que estão adaptadas e satisfeitas, mas mudariam e ainda nem escolheriam para onde, pois não são as proprietárias das residências. Isso fica claro nas expressões: “*desde que fosse minha, eu não me importaria com o lugar*” (Moradora 01, 33 anos, estudante – Jardim Aeroporto). “*Tendo uma casinha em qualquer lugar pra mim tava bom*” (Moradora, 03, 33 anos, do lar – Arara Azul).

O sentimento de gratidão por ter alcançado a própria casa, minimiza o direito de reclamar de qualquer situação. A fala da moradora é esclarecedora: “*Quem ganhou a casa aqui é porque precisava mesmo, né!? então, eu fiquei muito feliz quando fui contemplada, então, eu não posso nem reclamar do meu bairro nem de nada porque foi uma bênção na minha vida*” (Moradora 07, 39 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

O gostar está intimamente ligado ao ser proprietário. “A casa própria é, mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal para o trabalhador” (MARICATO, 1987, p. 26). O relato abaixo evidencia esse sentimento:

O que faz eu gostar de morar aqui é que eu tenho minha casa, minhas filhas perto de mim, tenho minha família, tenho prazer de falar pros outros que eu tenho uma casa, de falar: vai na minha casa. Minha mãe, as minhas irmãs sempre vêm também pra cá, que é longe, mas vem, mas todo mundo gosta de vim, né!? É bom você falar pra pessoa: Ah, vai na minha casa. (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto).

Em última análise, porém, não menos importante buscou-se dar profundidade nas experiências e na contínua reprodução física e social desse espaço após o assentamento e permanência, iniciando o ciclo de construção da vida em todas as suas dimensões e sentidos que não se encerra na aquisição da casa, mas a partir dela e das condições estruturais de onde foram instaladas. Adentrou-se assim, nesse desenvolver cotidianamente a vida, nas possibilidades de usos, interações e dinâmicas, suas relações interpessoais com o lugar e com a cidade, revelando os desafios no cumprimento de tarefas básicas e corriqueiras.

5.3 Práticas sócio-espaciais e a (re)produção do lugar no bairro Exposição

Para Souza (2021, p. 16), não basta compreender e elucidar o espaço, é necessário o aprofundamento nas relações sociais, trazendo assim, o conceito sócio-espacial (adotado nesta pesquisa), “no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais”. Descarta-se aqui a discussão em torno das regras gramaticais, mas sim a busca por alinhar a carga conceitual trazida pelo autor, tendo em vista que o conceito sócio-espacial é mais abrangente uma vez que nele está incorporado a análise da estrutura socioespacial (que quando escrito tudo junto refere-se apenas a estrutura física) e os “processos vivos”.

Retomando as contribuições de Carlos (1994, p. 30) vimos que “a reprodução do espaço (urbano) recria as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo”. Sabe-se que sua configuração é resultante do modo de produção vigente, que no caso, preza pelo lucro e influência de maneira direta todas as esferas. Não obstante, as análises aqui pretendidas serão fortemente envidadas à esfera do vivido, sem, no entanto, nos afastar da compreensão da produção capitalista do espaço urbano.

[...] A reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto forma e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana. Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito a superação da idéia da cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revê-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, - de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada da realização da vida (CARLOS, 2007, p. 12).

Partimos do ponto em comum que é a realidade material desse espaço de moradia sobre o qual os cidadãos reproduzem seu cotidiano, mediante a dinâmica de uso das estruturas locais

e do entorno. Assim buscou-se evidenciar como os espaços residenciais destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo, planejado pelo Estado, atendem, ou não, a demanda habitacional das famílias bem como suas necessidades diárias, trazendo à tona os possíveis desafios práticos dessa reprodução.

Procurando compreender as práticas do dia a dia nos limites dos conjuntos, onde “a relação casa/rua/bairro pode ser entendida como o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana” (CARLOS, 2007, p. 94). Inicia-se nossa investigação com o questionamento sobre o que os moradores entrevistados faziam em seus momentos livres, fora das obrigações domésticas ou de trabalho visando uma compreensão dos usos dos espaços habitacionais populares, tendo em vista o anseio dos moradores a partir da escolha, em suas horas destinadas ao lazer, apoiamo-nos em Dumazedier (1973, p.34), que conceitua o lazer como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembarcar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A maioria das entrevistas foi respondida por mulheres, cujos diálogos nos conduziram a monótonas rotinas geralmente em suas casas, no seio familiar ou com vizinhos próximos, entre televisão, celular (jogos e redes sociais) e *tereré*. Outra forma de ocupar o tempo livre é a procura por serviços domésticos. Iniciamos com a seguinte pergunta: Em seu momento livre o que costuma fazer? Onde?

*Nos meus momentos livre? Eu caço o que fazer. Mexo com coisas das crianças, vê se tá organizado pra organizar, essas coisas, aí quando não tem nada mesmo, não tem jeito e todo mundo briga pra mim sentar eu sento, assisto televisão, às vezes assisto uma série ou, senão, sento aqui na frente aqui, todo mundo sentado aqui, a gente toma um tereré, a gente fica aqui conversa um pouco, faz alguma coisa, a gente sempre faz alguma coisa, aqui a gente nunca fica... **Que não paro o dia inteiro** (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto, grifo nosso).*

Esse “não parar o dia inteiro” está intimamente ligado aos afazeres domésticos. Percebeu-se que essa rotina se estende a outros entrevistados, pois viu-se que a moradora 05 além de ocupar o tempo livre procurando o que fazer dentro de casa, o trabalhar fora, que é impedido por não ter meio de locomoção, é também apontado como distração.

Ah, **eu caço qualquer coisa pra mim fazer**, qualquer coisa mesmo, que nem essa árvore, essa árvore eu quero cortar ela, mas to sem dinheiro, que tem que ficar varrendo, você vê de folha que cai. [E para o seu lazer?] Não faço nada

fico aqui, dia inteiro aqui, **tem hora que quero trabalhar**, mas não tenho bicicleta também, **nem bicicleta eu tenho pra fazer diária, distrair por aí, trabalhando** (Moradora 05, 47 anos, do lar – Arara Azul, grifo nosso).

O não fazer nada, ócio, folga e descanso, também são considerados formas de lazer, seria o bônus após realização das obrigações, mas estamos diante de sujeitos que associam o lazer e o aproveitamento de horas livres com trabalho doméstico, sendo assim, o preenchimento dessas horas vagas é realizado, muitas vezes, pelo fazer e refazer essas tarefas, somados a isso a falta de oferta de atividades e espaços apropriados, além da própria ideia que fazem sobre o que é o lazer contribuem para o *status quo*.

A dona de casa tem um papel específico, pautado no cuidado com a casa e a família caracterizando seus momentos de lazer. [Em seu momento livre o que costuma fazer? E onde?] Risos... *“Eu faço, várias coisas, né!? Cuido uma criança aqui, lavo uma louça, limpo uma casa. [Mas e o lazer?] De lazer? Ah! A gente vai no parquinho, tem um parquinho aqui perto, né!? levo as crianças no parque. [Quantas vezes a senhora costuma ir?] Aí depende, tem dia que demora, igual agora, faz dias que eu não vou, né!? Faz umas 4 ou 5 semanas que eu não vou. [E para a senhora?] Bom, aqui pra gente que é adulto não tem nada na verdade, igual eu falei pra você a gente tem carência de muita coisa, então não tem”* (Moradora 08, 33 anos, autônoma – Jardim Aeroporto).

Seu esposo estava presente no momento da entrevista e igualmente narrou a situação, sendo assim, dividem o tempo entre televisão ou quando está muito calor sentam fora da casa (no quintal), conversam e tomam *tereré*. Diante das falas, foi questionado sobre a procura por espaços de lazer em outros locais e prontamente a questão financeira se fez obstáculo: *“Falta isso aqui, né!? [sinalizou dinheiro] se a gente for a gente tem que levar as crianças e tem que comer alguma coisa, gastar... aí a gente acaba ficando em casa, ou assistindo ou aqui fora, não tem como a gente sair”* (Morador 08, 45 anos, Trabalhador da construção civil – Jardim Aeroporto). Impossibilitado de gastar, opta por ficar em casa e desfrutar daquilo que é possível.

Os espaços públicos, mesmo que reflitam a gratuidade das atividades, é um ponto de aglomeração e, nessa condição, um campo estratégico para instalação de comércios ou atuação de vendedores ambulantes que veem a oportunidade de garantir uma renda extra, impelindo, dessa forma, o consumo que é fortemente vinculado ao que se entende por lazer.

E, nessa sequência de atividades monótonas e limitadas encontram-se outras famílias, onde o não ter o que fazer se faz presente.

Aqui a gente (risos) tem que inventar porque aqui não tem nada, não tem uma praça pras crianças, não tem nada, tinha um projeto da AVIVAD e um outro projeto no centro comunitário que era do “Adote um atleta”, mas por causa

da pandemia os dois projetos ficaram parados, então a gente quase não tem nada aqui pra fazer” (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

Os moradores que possuem veículos automotores conseguem expandir o seu espaço de convívio, podendo frequentar áreas de lazer em bairros mais distantes. A moradora 01, por exemplo, citou a Lagoa Comprida (Santa Terezinha), Praça dos Estudantes (Centro) e Avenida Pantaneta (Bairro Alto), o uso de moto viabiliza e facilita seu deslocamento, no entanto, a frequência esbarra na questão financeira. *“Umás 4 ou 5 vezes no mês, um pouco menos, depende muito do mês, da minha disposição tanto monetária, quanto física”* (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

O acesso a áreas de lazer viabilizadas pelo uso de veículo automotor também é evidenciado na fala de outra moradora entrevistada que tem o privilégio de poder escolher o local que melhor se adéque as suas preferências, mesmo que fique mais distante.

Ah, tem a Lagoa [Santa Terezinha], e vez em quando a gente vai lá, mas eu gosto mais lá do centro porque tem onde a gente sentar, né!? A da Lagoa fica meio longe, assim, ali, é o que falei pra ele sempre que a gente vai lá falta uns banco próximo ali do parque, né!? Que agente que é pai quer ficar olhando eles brincando, né!? Tem que ficar de pé embaixo da sombra ali, porque não tem o próprio banco, tem, mas é lá perto da lagoa, onde as vezes a pessoa não tem nem onde... não necessita sentar, né!? Se eles colocassem... por isso que às vezes eu prefiro lá [referindo-se à praça Nossa Senhora Imaculada Conceição no centro] porque tem onde sentar e pode conversar e eles brincar (Moradora 03, 34 anos, do lar – Jardim Aeroporto).

Porém, essa não é a realidade de tantas outras famílias. A moradora 01 (Arara Azul), por exemplo, gostaria de frequentar a Lagoa Comprida que é um parque natural com segurança, infraestrutura e instrutor para a prática de atividade física, a qual participava por exigência médica, mas a distância e a falta de companhia comprometeram a continuidade, mesmo sendo um dos locais de lazer mais próximos do conjunto (aproximadamente três quilômetros) seu problema de saúde e a precariedade do meio de transporte dificultam o deslocamento, então, na maioria das vezes, fica e assume papel de expectadora dos jogos realizados no campo do bairro.

A falta de locais adequados para o lazer impulsiona a construção de áreas improvisadas voltadas a um público específico, *“Aqui não tem nada, não tem nada pra fazer, menina. As crianças brincam aqui, a gente limpa aqui, a gente faz um golzinho aí pra eles brincarem, brinca ali, no golzinho, aí pessoal vem pra limpar aí, eles passam, derruba a gente arruma de novo.* (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto).

Os campos produzidos pelos moradores estão espalhados nos locais onde deveriam estar cristalizadas as atuações do Estado, uns ainda são tão rudimentares que galhos de árvores fincados no chão são usados como traves, outros, pouco mais característicos, servindo de base

para treinamentos de crianças e adultos e realização e torneios (figura 6), mas ainda assim mantém a precariedade, com banco feito de tronco de árvore.

Figura 6: Campo improvisado para treinos e torneios do Conjunto Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022. Na figura A – Área Institucional I presenciamos treino dos adultos. Figura B – banco improvisado de madeira e de tronco de árvore.

Essas áreas improvisadas se fazem lazer ativo para alguns homens e crianças, mas não favorecem o público feminino e idoso. Fato este presente na fala de um morador entrevistado, afirmando que:

O lazer mesmo, então é o que falei pra você, aqui dentro do bairro, por exemplo, é difícil, viu!? Eu fico imaginando assim, por exemplo, as crianças, aqui tem uma escolinha de futebol, ao lado de um campo quem tem ali na outra esquina, então o pessoal vai pra lá, mas o bairro assim, as crianças no caso, né!? Participam, mas o adulto, pessoal da terceira idade não tem uma prática de lazer, assim, ou fica em casa ou vai caminhar, né!? (Morador 10, 53 anos, servidor público, Jardim Aeroporto).

A maioria entrevistados não frequenta a única área produzida pelo poder público, alguns sequer lembraram-se de sua existência, pelos relatos o não uso está relacionado a má conservação dos equipamentos, a presença de crianças maiores, o uso de linguagem imprópria e a falta de um preparador físico para instruir nas atividades.

A fala de uma moradora retrata o cuidado ao permitir que apenas um de seus filhos faça uso do referido espaço [E seus filhos utilizam ou utilizavam a área de lazer?] *Vai agora na quadra. Agora que eu deixo ele sair porque já tem idade, né!? porque não deixava sair antes sozinho. Só o meu guri.* [E as meninas o que costumam fazer?] *A diversão delas é o celular, ficam assistindo. Elas ficam pra cá, vai lá, sentam ali. É só aqui dentro de casa* (Moradora 07, 39 anos, diarista – Jardim Aeroporto).

Na etapa de observação da pesquisa, foi possível presenciar que crianças de idades distintas fazem uso desse espaço (predomínio de crianças do sexo masculino). Mas, evidenciamos que independente das percepções quanto a qualidade e conveniência, o fato é que por ser uma área pequena com poucas atividades disponíveis (Figura 7), não comporta quantitativamente e nem favorece a recreação em família, sendo observada a ausência dessas.

Figura 7– Áreas de lazer do Conjunto Habitacional Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022. Figura A – vê-se uso da quadra para treinamento de crianças do projeto ADITA. Figura B – uso dos brinquedos por algumas crianças, podemos observar inclusive o uso indevido do balanço. Figura C – Destruição de parte dos brinquedos. Figura D – Academia ao ar livre, de uso prioritário dos idosos sendo utilizada por crianças e adolescentes.

Cabe aqui ressaltar a ineficiência do poder público no trato de espaços de lazer, seja ao reservar áreas para tal fim, sem uso específico, seja quando implementam equipamentos, porém, sem contemplar todos os perfis (mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc.).

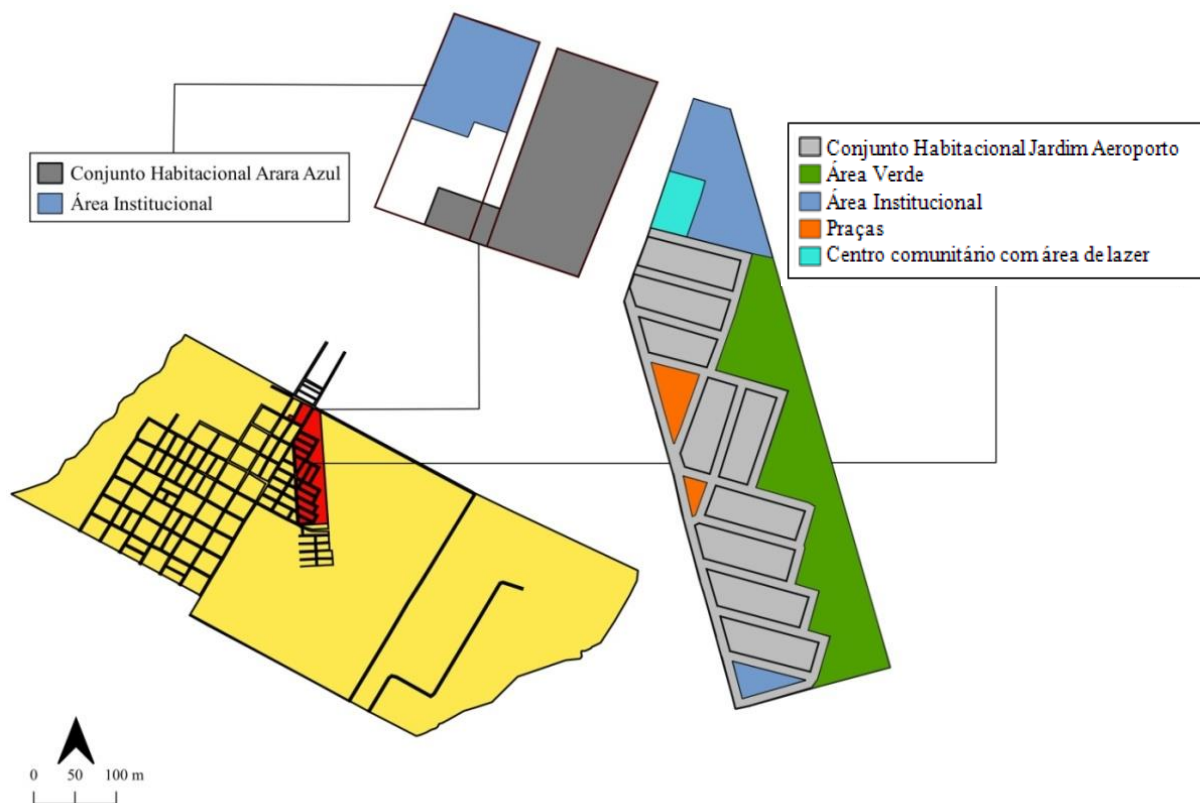
Lazer é um tema muito amplo que é influenciado por variados fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, status social, habilidades físicas, entre muitos outros aspectos e circunstâncias que definem e determinam a realidade de cada um de nós. Não é possível tentar definir lazer sem considerar ‘lazer para quem’ (BARBOSA; LIECHTY; PEDERCINI, 2013, p. 16).

Por vezes, trata-se apenas de um número lançado retratando a sua atuação, afinal, de fato, há uma praça que foi entregue pelo poder público e é o que conta em uma análise superficial.

De acordo com a Lei 6766/79, quando é feito um loteamento, é obrigatório que se reserve uma área para a instalação de equipamentos urbanos e comunitários, trazendo em seu

art. 4º, § 2º como “comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares”. As áreas públicas passam a ser de domínio do município no registro do loteamento. No conjunto Arara Azul há uma área de domínio público e no Jardim Aeroporto existem três áreas de domínio público, duas destinadas a praças e uma extensa faixa destinada a área verde que margeia todo o conjunto (figura 8), nenhuma até agora recebeu investimento.

Figura 8 – Espacialização das áreas de domínio público, praças e área verde dos conjuntos Arara Azul e Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022.
Elaboração: Souza, 2022.

Nota-se o cumprimento da lei Federal 6766/79, ao reservar tais áreas, no entanto, há uma tendência ao tardio desenvolvimento dessas, isso provavelmente ocorre pela não determinação de um prazo para que as autoridades competentes efetivamente as produzam. Segundo relatos dos moradores, as praças são usadas como propostas nas campanhas políticas, e que não passaram de promessas. Nesta pesquisa, identificou-se ainda em 2022, ano político, uma faixa (figura 9) propagandeando a instalação de uma praça, bem próxima aos conjuntos

habitacionais estudados, trazendo inclusive, o nome do deputado federal envolvido, mas ao que tudo indica, foi apenas mais uma promessa⁹.

Figura 9: Futura instalação de praça de lazer e esporte do bairro Exposição.



Fonte: A autora, 2022

Pôde-se constatar, nesta pesquisa, que o lazer é um dos direitos severamente precarizado, contribuindo para que se produza uma das maiores transformações nesses espaços, refletindo a insuficiente atuação do Estado e as estratégias dos moradores locais.

O tempo de permanência nos conjuntos em momentos livres é significativo, isso provavelmente contribui tanto para a visualização mais abrangente do que falta nos locais de moradia, quanto para a atuação direta, materializadas por meio do cuidado e improvisação (dentro de seus limites) de áreas de lazer. Se por um lado remanesce tempo, para uma população basicamente sem trabalho, por outro, falta estrutura, isso porque há priorização de investimentos em certas áreas em detrimento de outras.

[...] Os reclamos de ordem social são atendidos com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas (SANTOS, 2007, p. 158).

⁹Em contato com a secretaria de planejamento, foi informado que houve um pedido, mas não existe projeto e tampouco manifestação da prefeitura para essa área, somente para uma praça no Jardim Aeroporto, onde já foi feito o levantamento topográfico, previsão de construção de quadra de areia e parquinho padrão, já instalado em outras áreas, no entanto, não há previsão de início da obra, pois dependem de recursos orçamentários.

Desde 2016 está aprovada a Lei Ordinária nº 2.483/2016 que “Institui o programa de adoção de praça pública e de esportes e áreas verdes no município de Aquidauana”, objetivando uma participação conjunta “A praça poderá ser adotada por empresas privadas, instituições ou entidades não governamentais, pessoas físicas ou jurídicas, que cuidarão de sua manutenção, podendo proceder a reformas e melhorias para melhor uso de seus frequentadores” (ART. 1º, § 1.º), devendo também promover elaboração e execução de arborização.

De um lado existe um dispositivo legal e do outro a necessidade, vontade e atuação dos residentes locais, descrita minuciosamente pelo morador.

Sabe o que eu queria? Se alguém da prefeitura, do estado viesse e falasse assim, o senhor tá plantando aí, você tem interesse? eu assinaria qualquer documento, eu não quero nada, mas se eles chegassem e falassem assim, você pode plantar aí, ia procurar um senhor lá no Nova Aquidauana por nome de Cido Barbudo, ele tem um trator que ele tem um negócio que faz buraco, ia fazer uma plantação, eu penso assim em colocar árvores frutíferas, mas pra lá assim ia colocar mais uns pé de manga, abacate, pé de jaca, pé de laranja, mas... você já foi lá no São Julião em Campo Grande? Lá tem uns pinheiros daqueles pinheiros que parece de filme do Canadá, aqueles pinheiros coisa mais linda, quando você entra lá no São Julião parece que você está em outro lugar, é uma fazenda lá que fizeram o hospital, ia colocar uns pé de pinheiro, eucalipto não, pinheiro aqui, colocar tudinho assim, medir certinho assim colocar uma distância do outro e aí ir até lá, só que aí eu precisaria de ajuda do pessoal da vila porque vai ter que molhar, plantar até lá, pegar muda de sucupira, de Favero, de cedro, de loro, de aroeira, de jatobá, de cambaru, sete tipo de árvores falei aqui pra você, ypê e colocar tudo aqui, ia ficar a coisa mais linda, só que... (Morador 05, 49 anos – Jardim Aeroporto).

Outros também iniciaram o plantio e o cuidado, fizeram de forma autônoma, sem nenhum planejamento e nem anuência do poder público, tanto que ao promoverem a limpeza, algumas mudas foram arrancadas, pela prefeitura, como narrado pela moradora: *Eu plantei umas árvores aí, crescer né!? Eu plantei já um monte ali, mas a patrola levou, agora vou lá na Lagoa de novo e vou pegar, a gente planta aí pras crianças brincar, porque não tem o que fazer aqui, não tem (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto).* Como estratégia, alguns moradores cercaram com pneus a área de plantio e se responsabilizaram pelo cuidado próximo as árvores.

Devido a essas atuações questionamentos adicionais sobre a criação e manutenção se fizeram pertinentes, pois é embutido todo um trabalho e zelo, essas adaptações materializadas pelos moradores tem um porquê. “Ao longo do tempo, ao produzir e reproduzir espaços, o homem cria condições a sua própria existência, pois, o espaço de vida e de trabalho vai

adquirindo formas dotadas de conteúdo que, somados, condicionam as práticas sociais [...]” (ARAÚJO, 2007, s/p).

O que te motivou a fazer isso? A pergunta feita ao senhor que limpa, planta e molha as árvores em tempo de seca, acarretando em aumento no valor da sua conta de água.

Qualidade de vida, hein! Não é não? Qualidade de vida porque a vegetação fica fresquinho dá pra sentar lá de baixo, tomar um tereré, armar uma rede, né!? Ajuda nós muito, né!? Porque ela faz o processo da, como fala da carbonização, ela pega o carbono e solta oxigênio pra nós e os animais que iam vim pra cá” (Morador 05, 49 anos, aposentado – Jardim Aeroporto).

De acordo com o morador, a referida área já é utilizada por algumas crianças que brincam embaixo da sombra e pela vizinha que colocou “tocos de árvores”, fazendo uso ao entardecer.

Também foi possível constatar uma aproximação pautada na memória afetiva das condições da moradia anterior, De acordo com Tuan (1980, p. 114) “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Observando o plantio e o cuidado, foi perguntado à moradora que relatou que seu avô foi quem plantou as árvores. O que o motivou? Obteve-se a seguinte resposta:

Porque nós estávamos acostumados lá no Guanandi, né!? Lá perto do rio, e lá sempre foi bem cheio de árvore nosso quintal, então ele sentava em uma cadeira de balanço, armava uma rede, entendeu? Era fresquinho por conta disso, aí quando nós mudamos pra cá, naturalmente já estranhamos, né!? Porque era mais calor e a gente demorou um pouco pra fazer essa varanda e a casa pequena, né!? E precisava de um ar de um fôlego de um negócio fresco, quando a gente ficou sabendo que a gente já tinha sido contemplado nessa casa, ele já foi fazendo muda, ele fez muda a gente ganhou (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

Outra área que recebeu atenção foi a destinada ao domínio público, do Conjunto “Jardim Aeroporto”, os moradores que residem em seu entorno plantaram algumas árvores e quando está muito calor serve de refúgio e local para as crianças brincarem. [Porque vocês plantaram árvores nesta área?]

Ah, pra dar uma sombra, né!? Um lazer mais pras crianças brincarem também. Sofremos muito porque não tinha sombra, não tinha nada, era só a casa mesmo, era aquele sol de rachar, lavava roupa naquele, sabe... não tinha sombra nenhuma, aí resolvemos ir plantando, meu marido plantou essas “arvrinhas” aí, aí logo entrei no Paulista [Loja de material de construção] daí mandei fazer a varanda foi o que nos salvou, porque as árvores ainda estavam pequenas [área interna do terreno] não davam sombra, faz falta uma árvore (Moradora 04, 40 anos, serviços gerais – Jardim Aeroporto).

Levando-se em consideração a pouca metragem das residências, que na maioria das vezes são habitadas por um grande número de moradores, as ondas de calor que são corriqueiras em Aquidauana, o vigor das crianças e a dificuldade orçamentária das famílias em arcar com o custo da climatização de seus imóveis, fica muito aparente a centralidade que as áreas verdes assumem no cotidiano destas famílias.

Deveria ter alguma forma de lazer, porque aqui tem muita criança, tem muito jovem, muito adolescente, então se houvesse esse presidente, né!? que no caso não tem presidente de bairro, representante e tivesse mais alguém disposto, eu acho que melhoraria sim, 100%, porque no momento que as crianças não estão na escola, tipo naqueles feriados, férias e tal, tu não passa nessa vila, de tanto de criança que tem aqui, e cada criança que tem aqui tem um gato e um cachorro. Se tivesse área de lazer eu acho que dava uma melhorada (Moradora 01, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

Não obstante, as ações envolvendo o plantio de árvores no conjunto habitacional “Jardim Aeroporto” foram comentadas com bastante frequência e até com certo orgulho de produzirem um local para a socialização.

Aqui foi minha vizinha... aqui foi nós [apontando para as mudas de árvores], logo que nós mudamos pra cá meu filho plantou, aí eu plantei essa daqui, porque aqui não tinha sombra nenhuma, nós sofremos muito quando nós entramos aqui, hein! Não tinha sombra, aí melhorou, tem essa baita sombrona aqui, né!? O pessoal vem pra cá, nós senta aqui. Tomando tereré, tomando gelada. (Moradora 02, 48 anos, faxineira – Jardim Aeroporto).

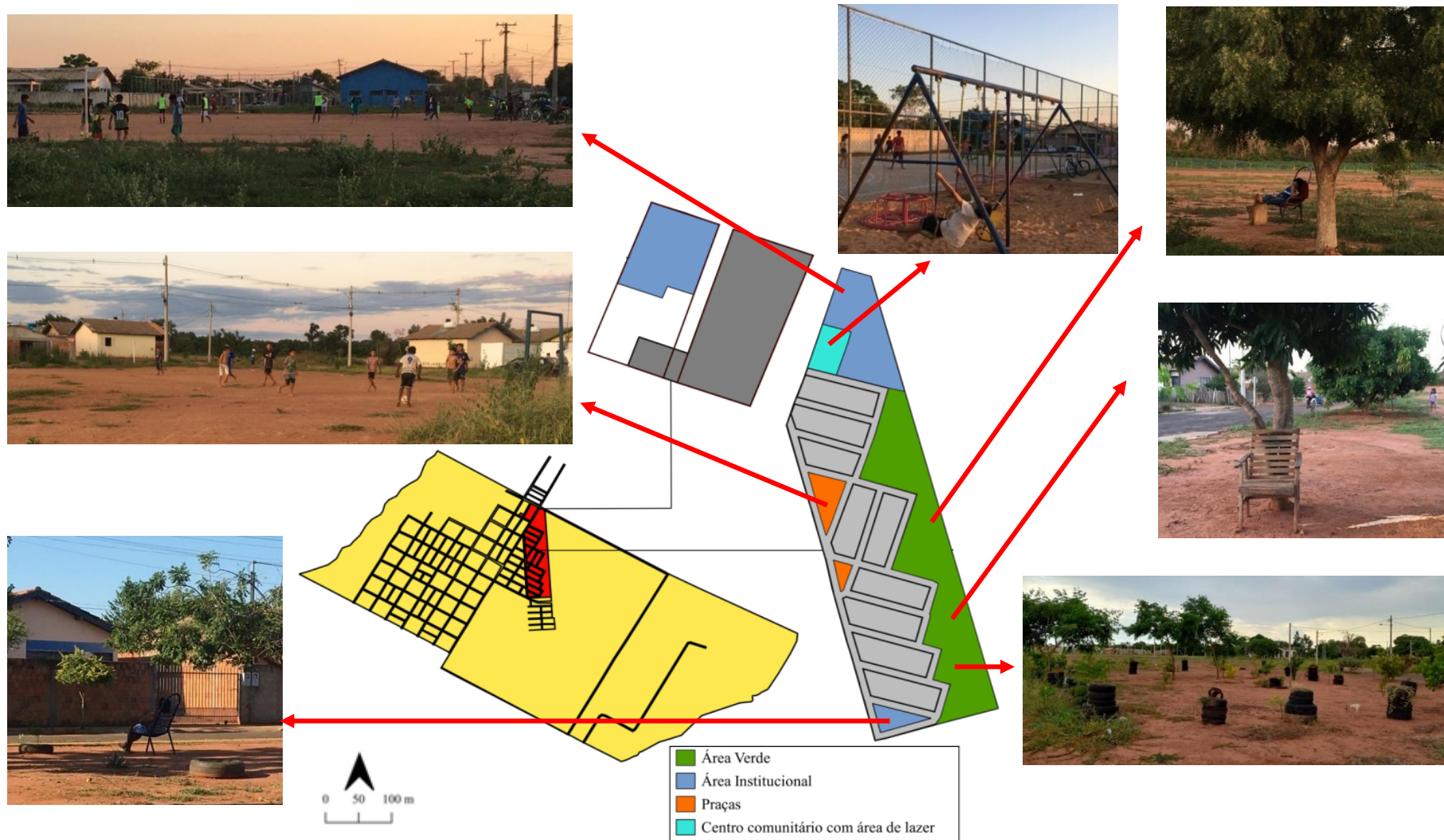
A questão da arborização justifica-se pelas características locais, tanto pelas altas temperaturas, quanto pela cultura do tereré, fatores que contribuem para a interação e também a utilização de áreas que proporcionem maior conforto térmico, sendo assim, além de ser importantíssima em termos estéticos e ambientais, também desempenha o importante papel de promover a socialização ou ainda, qualificar o dia a dia desses moradores.

A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que se vai desenvolvendo e criando à medida que se aprofundam as relações da sociedade com a natureza. Esta, aos poucos, deixa de ser natural, primitiva e desconhecida para se transformar em algo humano. A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos e é reproduzida de acordo com as necessidades humanas (CARLOS, 1994, p. 38-39).

As entrevistas apontaram ações que poderíamos chamar de antecipação espacial, não no sentido apresentado por Corrêa (2000) que traz como agente da antecipação as grandes corporações, mas no caso por nós analisados, vimos uma ação na escala do indivíduo, cujas ações se deram na microescala do espaço de moradia.

Trouxemos imagens para ilustrar as atuações, zelo dos moradores e alguns usos que conseguimos captar no momento dos registros.

Figura 10: Transformações e usos das áreas destinadas a praça, domínio público e área verde do conjunto habitacional Jardim Aeroporto.



Fonte: A autora, 2022.

Percebe-se que a forma como se apresenta reflete as limitações da ação desses moradores, não representam todos os desejos que vão além do campo de futebol e espaços arborizados, inclui também a instalação de playground, de bancos, de quadra de areia para jogo de vôlei, área para caminhada e prática de atividade física, de preferência com acompanhamento de um profissional que direcione os idosos e pessoas com problemas de saúde, citando a estrutura da Lagoa Comprida como modelo ideal a ser implantado e isso, claramente, vai além das condições de atuação desses moradores, exigindo a intervenção do poder público para esse incremento e assim, maior atração do público.

Em termos gerais, a procura por lazer fora do bairro é ínfima e esporádica, alegações como distância, dificuldade de locomoção e falta de dinheiro justificam seu descarte. Muitas pessoas acabam por ficar “presas” ao local de moradia tendo que usufruir apenas do que lhe é oferecido localmente convivendo com as deficiências e precariedade “Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram tem condições de consumi-los [...]” (SANTOS, 2007, p. 116).

De acordo com Schwartz (2003) outra tendência é o lazer que se faz cada vez mais recluso, nos lares, sustentado progressivamente pelo meio tecnológico que remodela as vivências e as interações. Sendo o ambiente virtual apontado como um novo conteúdo cultural no lazer.

As características desse novo conteúdo cultural, que está sendo assimilado pelo contexto do lazer, promovem impactos internacionais de diferentes ordens, uma vez que estes meios facilitam a relação têmporo-espacial, modificam a forma de ação das pessoas numa dimensão própria (valores e atitudes pessoais), também numa dimensão social, em relação ao outro e em uma dimensão receptiva, ampliando a “geopolítica” do que seja intimidade e padrão cultural, isto é conceito e comprometimento na relação com o mundo (SCHWARTZ, 2003, p. 26-27)

Estamos diante de situações que se completam e contribuem para essa realidade cada vez mais particularizada, invadida pela tecnologia e reforçada pela precariedade das áreas e atividades coletivas, atraindo as pessoas para o mundo virtual, cerceando as relações sociais com quem se está próximo.

Mas a proximidade que interessa ao geógrafo, não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem a ver com a contiguidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de sua inter-relação. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade, diz J. -L. Guigöü (1995, p. 56) “pode criar laços de solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade” (SANTOS, 2001, p. 215-216)

Relação que procuramos levantar nesta pesquisa com o intuito de aprofundar a compreensão da relação com o outro a partir do espaço de moradia, fazendo o seguinte questionamento aos moradores entrevistados: “Você desenvolve alguma atividade com a vizinhança”

Encontrou-se, nesses conjuntos, relações pautadas na amizade e solidariedade, onde os vizinhos se conhecem, tem a preocupação em saber como o outro está e se ajudam, seja com empréstimos de meio de locomoção, cuidado em estado de doença, refeição compartilhada em certas ocasiões ou por meio de doações. Trouxemos alguns relatos que exemplificam essa relação.

*Com a vizinhança a gente tem mais aquele contato de vizinho, é... de conversar, de tomar um... quando podia tomar tereré, tomava tereré, né!? aquela interação, ah, preciso de uma coisa, preciso de alguma coisa, às vezes eu... pelo fato de trabalhar no poder público, muitas vezes consegue encaminhar pra alguns atendimentos, tem muitas pessoas que... pelo fato de trabalhar lá, né!? às vezes precisam de um apoio pra saúde, pra questão social e a gente consegue encaminhar essas pessoas e orientar para que ela vá, mas isso é comum mesmo de vizinho. A gente tem essa interatividade, né!? principalmente é... às vezes as pessoas precisam de alguma coisa ou a gente vai pra bater papo mesmo, interagir, né!? a gente tem essa harmonia, **pelo menos nesse pedaço aqui** tem essa harmonia bem legal, então há um certo entrosamento entre um vizinho e outro, pessoas conversam e por aí vai. (Morador 10, 53 anos – Jardim Aeroporto).*

A solidariedade se torna evidente no compartilhamento entre vizinhos.

Eu sempre faço... arrecado roupa, eu ajunto roupa, eu ganho roupa, minha filha também ganha muita roupa, aí os que não serve aí o que eu faço, eu ponho tudo aqui, tenho uma mesona ali ou a gente amarra um arame ali assim, uma corda aqui e eu ponho aqui empendurado, aí eu falo pras pessoas vim só pegar o que elas precisam, sabe? Aí eu doo roupa (Moradora 11, 33 anos, babá – Jardim Aeroporto).

Nota-se ainda que a interação é mais explícita quando vínculos religiosos foram apontados. “Com a irmã Mirela aqui do canto, é... irmã Jéssica aqui no fundo, a Deca no mercado João de Barro aqui que nós vamos lá, a gente gosta de ir lá na casa dela, no mercadinho lá, na irmã Solange na igreja, no mercado Arara Azul (Morador 05, 49 anos, aposentado- Jardim Aeroporto).

Relato semelhante trazido pela moradora que faz encontros religiosos em sua moradia.

Culto no lar, aqui é ponto de pregação, tem, eles vêm, inclusive graças a Deus ganhei minha vizinha pra Jesus, é batizada já, né!? E tem a vizinha aqui do lado aqui também que são gente bacana pra caramba, do fundo eu não conheço porque ele faz faculdade, né!? a gente vê lá uma vez. Igual os vizinhos tudo conhece a gente aqui, mas nunca tivemos assim, confusão um com o outro, um ajuda o outro, não tem como você falar: ah, eu não vou pedir

pro vizinho, porque o vizinho não vai me ajudar, não, tanto eu aqui se precisar tô aqui, mesma coisa eu lá. (Moradora 01, 41 anos, do lar – Arara Azul).

Percebemos, no entanto, uma ínfima interação no sentido de se agruparem, por mais que haja contato, é de passagem, do cumprimento, poucos tem o hábito de frequentar a casa do outro, a moradora que recebe pessoas em sua residência por ser ponto de pregação, não o faz fora das atividades religiosas e raramente vai à casa de vizinhos, mas ainda assim, mantêm laços de solidariedade e cuidado.

Eu tenho contato com os vizinhos, mas não sou de sentar com eles, só quando precisam tô lá, vê se precisam de uma... Às vezes pra conversar, mas é assunto deles, porque aqui a gente lida muito com o povo, então as pessoas vêm, às vezes vem, quer um conselho, às vezes quer uma palavra amiga, às vezes só vem pra perguntar se serve alguma coisa, se quero alguma coisa também, um ajudando o outro quando precisa. Agora pra sair daqui e sentar ali, não, é mentira. Tanto que já acostumei comigo, com o meu jeito, às vezes eu paro ali, bom dia! A gente pergunta, como a vizinha tá grávida, né!? e a gente se preocupa, perdeu a mãe a pouco tempo, então a gente fica preocupado, né? Vou ali, tá precisando de alguma coisa, se precisar estamos aqui, assim.

Neste sentido, a fala de outra moradora sobre a relação com a vizinhança é esclarecedora.

Não. Nada, aqui com as minhas vizinhas é bom dia, bom dia, boa tarde, boa tarde. Raramente uma aparece aqui de vez em quando, porque eu gosto do vizinho, vizinho na casa dele e eu na minha, porque uma hora que você precisa, né!? Porque esse negócio de vizinho muito na sua casa não dá certo” (Moradora 02, 65 anos, aposentada/pensionista – Arara Azul).

A interação entre os vizinhos, em alguns casos, não passa de cumprimento, onde o contato maior fica por conta das crianças, como se observa na seguinte fala: *Não, só bom dia e boa tarde. Cada um na sua casa, aqui o pessoal se vê, aí oh só as crianças mesmo que... por causa das outras crianças, né!? (Morador 08, 45 anos, trabalhador na construção civil – Jardim Aeroporto).*

Nesta pesquisa, pode-se constatar que o encontro entre as crianças se dá nas ruas e nos espaços vazios remanescentes, uma vez que o reduzido tamanho das residências impõe limitações às atividades em seu interior.

O estar com o outro compartilhando o mesmo ambiente é dispensável. *Não, não tem nada não. É aqui mesmo sozinha, tranquila no meu canto, não sou muito de juntamento, essas coisas não gosto muito não. Mas nem por isso deixa de haver cumplicidade entre vizinhos, situação de ajuda mútua narrada quanto a manutenção dos locais próximos a suas casas. A gente vai mantendo, né!? É mais ele que gosta de carpir ali [mostrou o vizinho ao lado], que ele gosta*

de ver limpinho e quando eu vejo, eu dou uma ajudada na rastilhada, tira, ajuda rastilhar por no saco (Moradora 03, 34 anos, do lar – Jardim Aeroporto).

A proximidade cria uma espécie de barreira de convivência social, limitando o contato com os mais distantes. É sempre com “essa vizinha aqui” com o que está mais próximo. [Desenvolve alguma atividade com a vizinhança?] *Às vezes, não sou muito. De vez em quando eu vou, mas que eu se dou é a minha vizinha aqui do lado, aí às vezes eu vou cedo lá, um pouquinho assim, mas eu gosto de ficar mais na minha casa* (Moradora 02, 48 anos, diarista – Jardim Aeroporto, grifo nosso).

Situação parecida trazida por outra moradora que apesar de narrar amplo laço de amizade, a interação que se resume a assistir televisão e tomar *tereré*, se dá com a vizinha do lado. *É tudo amigo aqui, mas nada que a gente vai fazer alguma coisa, é tudo amigo, eu saio aqui, cumprimento todo mundo. Eu vou aqui na casa da minha vizinha, só aqui que eu vou* (Moradora 04, 21 anos, estudante – Arara Azul, grifo nosso).

De acordo com Serpa (2007, p. 35) na cidade contemporânea as diferenças entre as classes sociais ainda condicionam as relações de vizinhança que, nos bairros populares são fortalecidas tornando-se fundamental na trama de realizações familiares, isso devido “a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo”, já nos bairros de classe média onde o poder aquisitivo proporciona a diminuição da necessidade de ajuda mútua, aumenta a necessidade de individualização do espaço resultando em relações mais seletivas e pessoais.

Essa característica encontrada nos bairros de classe média citada pelo autor, também é realidade vivida nos conjuntos, pelo fato dos encontros serem realizados nos limites dos lares, é compreensível a tímida socialização, afinal, ambientes particulares implicam em certa intimidade.

A intimidade contribui tanto para o apreciar “esse pedaço aqui, esse vizinho aqui” quanto para o apontamento do “de lá” (não estamos nos referindo a grandes distâncias físicas) como o local violento, como o responsável por atitudes que desaprovam, mesmo que este tenha vindo da mesma condição, sua visão é pautada pelo distanciamento social, demonstrando que esse tipo de posicionamento a certos espaços e grupos sociais não são apenas exógenos, mas está também intrínseco aos seus.

Limita-se também a atuação e cuidado ao espaço “aqui” e o desleixo para com o “de lá”. *“Aqui só não jogaram porque a gente briga, a gente falou não, pode jogar lá do outro lado ou não sei, que nem pode também do outro lado, mas igual a prefeitura fechou ali não sei, tem que colocar um lugar onde a pessoa vai poder jogar* (Moradora 03, 34 anos, do lar – Jardim

Aeroporto – Grifo nosso). Mesmo consciente do erro, a preocupação centra à área próxima, não à conduta.

Se por um lado há moradores que dispensam tempo, esforço e até gastos para manter uma determinada área limpa, por outro nos deparamos com o descuido, lixo jogado em vários pontos da área verde do conjunto Jardim Aeroporto. Os moradores não cuidam de toda sua extensão (geralmente se limitam as bordas que margeiam suas casas), a limpeza é realizada pela prefeitura, que a cada retorno, encontra uma nova formação de lixo e sem medidas efetivas, um ciclo que não cessa.

Após tratar das relações, usos e comportamentos nos limites dos conjuntos, ainda em relação ao morar e buscando nos aprofundar sobre as tramas das relações cotidianas, passamos a analisar a relação “perto-longe” de modo a coletar pistas que nos ajudem a compreender o processo de segregação socio-espacial do bairro estudado e os desafios dessa condição. Para tanto, apoiamo-nos em Corrêa (1989) que traz a articulação do espaço urbano, onde:

[...] cada uma das suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para comprar no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 1989, P. 7).

Como retratado nesta pesquisa, os conjuntos habitacionais em questão foram implantados na borda norte da cidade, distante do centro tradicional e não difere das condições características dos locais de implementação de habitações de interesse social no Brasil (áreas periféricas).

Foi possível constatar melhorias nas condições estruturais das unidades habitacionais do conjunto Jardim Aeroporto se comparado ao Arara Azul, e oferecimento de alguns serviços e estruturas que beneficiaram os moradores próximos, pois houve a instalação, mesmo que pequena, da primeira e única área de lazer criada pelo Estado, creche e a abertura de uma nova unidade de saúde.

Ainda assim, prevalece a precariedade no oferecimento de alguns serviços indispensáveis que contribuem para uma maior articulação com o entorno. Compreender o deslocamento dos cidadãos no espaço urbano é um procedimento que nos permite estabelecer uma análise sobre o cotidiano dos moradores, que é realizado em maior ou menor distância e intensidade a depender de suas necessidades e condições de locomoção, refletindo no grau de dificuldade individual.

Com isso, nosso interesse de pesquisa iniciou pela identificação dos serviços e equipamentos urbanos ofertados aos moradores dos conjuntos habitacionais Arara Azul e “Jardim Aeroporto”. Assim, apresentou-se aos moradores entrevistados os seguintes questionamentos: Dos serviços e atividades prestados no bairro quais você acessa e quais procura em outros locais? Onde? Qual motivo? E quais não têm e impõem essa articulação? Com que frequência? Qual o tempo médio de deslocamento? Acha distante?

O único serviço que é 100 % acessado no bairro é o atendimento primário à saúde, mas isso é por uma questão estratégica, onde há uma setorização e os usuários só podem ser atendidos em seu local de cadastro. Estabelecido no Artigo 2º da portaria nº 2.436/2017:

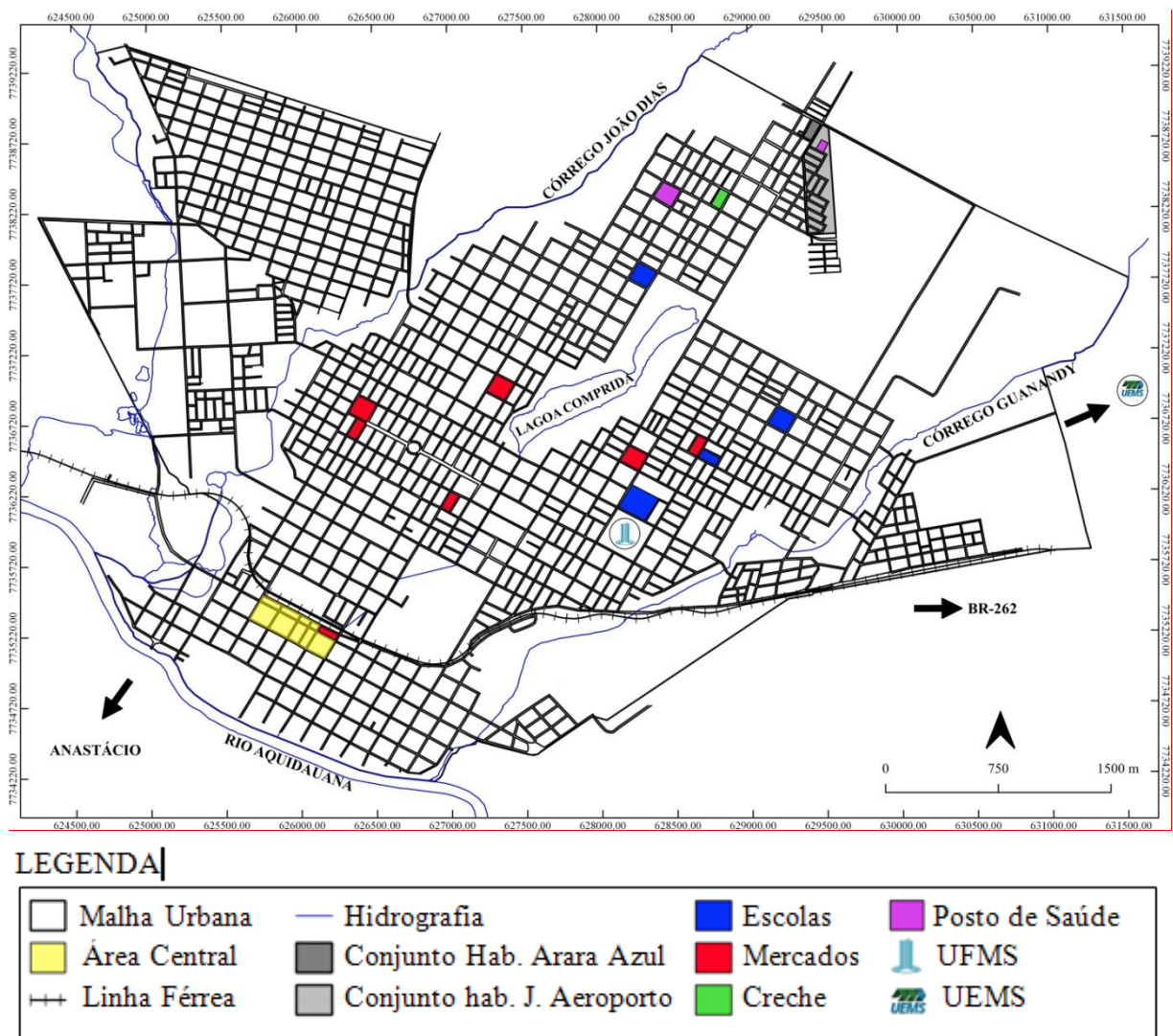
A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (BRASIL, 2017).

Essa setorização permite uma proximidade com os moradores, houve alguns elogios quanto aos serviços prestados, qualidade no atendimento e a atenção de agente de saúde, mas houve quem reclamasse exatamente da limitação dos procedimentos executados, sendo que os atendimentos mais complexos se dão ou no CEM (Centro de Especialidades Médicas) ou no hospital regional, além da coleta de exames que é feito no laboratório da cidade. Alguns moradores ainda, gozando de plena saúde, disseram não usar o posto de saúde, mas isso pode ser reflexo da automedicação que algumas enfermidades desencadeiam.

A educação promove um fluxo diário com as imediações, uma vez que no bairro só é ofertada a educação infantil. Quatro escolas do entorno promovem a cobertura da educação básica, sendo a mais próxima a escola Caic Antônio Pace, localizada no bairro Cidade Nova (1,71 km), que tem limitação ou por oferecer apenas o ensino fundamental ou por apresentarem insuficiência de vagas já que atende público de outras localidades, sendo assim, os alunos que não conseguem matricular-se ou estão em séries mais avançadas, distribuem-se entre as escolas Estaduais Dóris Mendes Trindade (2,44 km), que oferece Ensino Fundamental e Médio, mas com progressivo abandono das séries iniciais, que estão sendo repassadas ao município e Felipe Orro (2,66 km), que oferece apenas o ensino Fundamental e na Escolas Municipal Erso Gomes (2,99 Km), também de Ensino Fundamental.

De modo a ilustrar a espacialização dos moradores na cidade, trouxemos a figura 7 com a localização de alguns serviços utilizados nos limites do bairro Exposição e fora dele.

Figura 11: Espacialização dos espaços de interesse frequentados pelos moradores entrevistados.



Fonte: A autora, 2022.

Elaboração: Souza, 2022.

O tempo de deslocamento dos estudantes dos conjuntos habitacionais pesquisados varia entre 5 a 40 minutos, a depender do meio de transporte. A estudante da Universidade Estadual é a que faz o maior percurso, mas por usar moto e ir por atalho chega ao destino em 20 minutos.

A distância entre a residência e a escola utilizando bicicleta e a soma de outros fatores tornou-se ônus para o acesso à educação. Obtivemos como resposta: “*Mas Deus o livre, menina. É, pra ir de manhã cedo tudo bem, mas pra voltar de lá pra cá 11:00 horas é cruel, nesse sol e de lá pra cá é só subida. É como eu falo, eu não tenho 15 anos não*” (Moradora 02, 65 anos, aposentada – Arara Azul), não obstante, essa moradora aventou como uma das necessidades para o bairro o transporte público.

Outra moradora percebe essa distância pela exaustão apresentada pelos filhos, interferindo inclusive na prática do lazer.

Aí meus filhos vai lá no Erso Gomes, eles chegam cansados, como que vai ter... eles não tem é, tipo, eu percebo que eles também não tem mais esse vigor de ficar querendo... Ah, mãe vamos na Lagoa porque eles querem dormir, eles... chega sábado e domingo eles querem dormir pra descansar” (Moradora 07, 39 – Jardim Aeroporto).

Os referidos estudantes vão a pé à escola, levantam às 05:00 da manhã, saem às 06:00 e caminham por 40 minutos, percorrendo quase 3 quilômetros. Essa moradora reforça a importância da implantação de uma escola para atender a redondeza.

Há quem aproveita a ida ao trabalho para levar e buscar os filhos da escola, ajuste que contribui para a praticidade no dia a dia, mas em diferentes condições evidenciam o peso prático dessas particularidades. Ambos utilizam bicicleta e os filhos estudam na escola Erso Gomes, mas com rotinas e trajetos diferentes acabam por enfrentarem graus de dificuldades também distintos. “As parcelas do espaço geográfico com a qual cada indivíduo se relaciona e interage compõe o seu lugar. Cada pessoa terá um lugar diferente da outra, na medida em que ambas possuem vida e cotidianos diferentes” (LISBOA, 2008, p. 30).

A moradora 04, por exemplo, trabalha meio período praticamente em frente à escola dos filhos e não vê dificuldade quanto a essa tarefa, em contrapartida, temos o morador 11 que desvia do caminho que seria mais curto entre o trabalho até a casa para pegar as crianças comprometendo seu horário de almoço, restando apenas meia hora para se alimentar e descansar antes de voltar as suas atividades laborais, fazendo com que a família cogite a possibilidade de pagar pelo transporte dos filhos, o que com certeza acabaria por comprometer a renda familiar.

Uma atividade que, apesar de presente no bairro, promove articulação com o entorno por não atender satisfatoriamente a população local é a atividade comercial. Ao se falar em consumo, as respostas fluíram em torno da provisão de alimentos, portando, dos mercados.

Esse movimento não é intenso, tendo em vista que vão à procura dos preços mais acessíveis dos mercados maiores para as compras mensais de grande vulto (média de uma ou duas vezes) e esporádicas promoções semanais, sendo compreensível, pois se submete a condição econômica da população que como podemos evidenciar, é baixa (quadro 3). Se por um lado essa articulação não é tão frequente, por outro, são múltiplas, se dão em um raio amplo alcançando longínquas distâncias.

Os mercados citados pelos moradores são: Portal Atacado (7,82 Km) e Seriema (7,33 Km) em Anastácio e em Aquidauana os mercados Atlântico (2,45 Km) e Dois Irmãos (2,58

km) no bairro Santa Terezinha; JR (3,34 km) no Cidade Nova; Caçapava (4,8 Km), Nacagami (4,7 Km) e Santa Clara (4,21 km) no Bairro Alto e Princesa (5,65 Km) no Centro.

Apesar das distâncias algumas estratégias adotadas minimizam o impacto, desde o pagamento de táxi, carona com parentes e empréstimos de moto (entendemos que isso é possível, pois são realizadas poucas vezes no mês), também aproveitam os deslocamentos para a realização de outras atividades e em último caso compram no bairro.

De acordo com Rodrigues (2014) um dos mecanismos da especulação imobiliária, além das manobras das ocupações programadas é a reserva de locais estrategicamente localizados para a instalação de pontos comerciais e de serviços, com preços mais elevados que os ditos residenciais, pois se presume o benefício de uma clientela fixa e crescente.

No bairro, mesmo havendo muito espaço para isso, não há grandes comércios e prestadores de serviços, há uma concentração de pequenos estabelecimentos comerciais em dois pontos do bairro Exposição, uma dessas aglomerações fica na via principal de acesso dos conjuntos pesquisados, há presença de outros ainda menores espalhados, colocados em funcionamento nos puxados nas residências.

Isso reflete tanto nas ínfimas possibilidades empregatícias locais quanto em seu poder competitivo, não conseguindo concorrer, nas compras de grande vulto, com estabelecimentos maiores que ofertando preços mais acessíveis e promoções diárias provocam uma verdadeira peregrinação, como relatado a seguir:

Aí o negócio sabe como que fica da compra? A compra faz a gente andar quase a cidade inteira, né!? Porque você vai procurar promoção, aí se chega a promoção no Nacagami aí você olha a promoção do Nacagami, aí você escuta a promoção do Atlântico, aí você vai no Atlântico, porque os mercados pequenos não fazem promoção, é difícil (Morador 05, 49 anos, aposentado – Jardim Aeroporto).

A procura por melhores preços faz com que a moradora percorra distâncias ainda maiores. *“Então, geralmente eu acho uma promoção, onde tem uma promoção é lá que eu to indo. Geralmente o lugar onde eu faço a compra de maior quantidade é no Portal Atacado, porque aí eu pego aquela promoçõzinha no sábado”*. O Portal Atacado fica no município vizinho, é necessário atravessar quase que inteiramente as duas cidades para chegar até o estabelecimento, motivo pelo qual se torna necessário, a depender do volume da compra, o uso de automóvel ou serviço de entrega. *“Então, nós vamos de carro, pagamos uma corrida, porque no caso eu só tenho moto aí, né!? Pra fazer uma compra grande você tem que ir de carro, aí vou e volto de carro.* (Moradora 01, 32 anos, Jardim Aeroporto).

Levando-se em consideração a distância e o pagamento pela corrida, outra moradora que também fazia compra no Portal Atacado não vê mais vantagem e agora procura um mercado (maior) mais próximo.

*Ah, aqui na vila a gente compra o necessário, assim do dia a dia, né? Mas a minha compra mesmo eu vou fazer lá no Atlântico, é o mais perto dos mercados **grande**, o mais perto é o Atlântico. Se eu tivesse uma condução pra ir e fazer a compra e trazer seria lá no Atacadão, né!? Lá no Atacadão em Anastácio eu fiz várias vezes fiz compra lá, só que um dia eu falei pro meu filho, nós vamos lá, nós faz a compra, paga a compra, aí você tem que pagar condução pra trazer dá na mesma grossura (Moradora 02, 65 anos, Arara Azul, grifo nosso).*

Esses deslocamentos são impulsionados principalmente pelos elevados valores praticados nos comércios locais, mas também pela falta de variedade e às vezes qualidade dos produtos como trazido no relato da moradora. *Porque aqui é mais caro, os mercados são pequenos e aqui vende horror, vende muito caro as coisas, muitas vezes até estragado e vende caro, não tem aquela qualidade, fiscalização que tinha que ter (Moradora 08, 33 anos, autônoma – Jardim Aeroporto).*

Apesar dos comércios locais não conseguirem concorrer com os estabelecimentos maiores, contribui para esse fluxo esporádico com o entorno, já que mantém seu público nas compras do dia a dia, uma das táticas utilizadas é a prática da venda na confiança, o chamado “fiado”.

Eu compro, tem vez que eu compro fora, tem vez quando não tem a gente pega assim picado no mercado, né!? Que chega no final do mês, paga, mas é alguma coisa que falta, não muita coisa assim, 100,00 reais, 200,00 reais, 250,00, eu tive vez que eu tive que pegar assim 600,00 reais, chegar no final do mês ter que pagar porque tava sem dinheiro, foi um momento que passei por momento de doença e aí eu não tenho conta em mercado grande, cartão não tenho cartão. Eu gosto de pegar que nem eu peguei no Nacagami esses dias, Nacagami não, Atlântico, arroz tava 14,99 o arroz Primo Piato, aí nós compramos lá, o arroz, compra o feijão, compra o mais grosso, aí depois outras coisas vai pegando no mercado que nem a gente conhece aqui o Arara Azul que eu compro lá, no da Deca aqui, tem coisa, olha bem, que esse camarada do mercado aqui ele traz direto de Campo Grande tem preço melhor que o mercado grande, eu fiquei olhando isso daí (Morador 05, 49 anos, Jardim Aeroporto).

O ponto realmente decisivo para consumir no comércio local, mesmo relatando já ter encontrado preço melhor que em mercado grande é a facilidade de crédito oferecido, pois trouxemos esse mesmo morador narrando uma verdadeira peregrinação a procura de promoções.

Em levantamento com dois mercados do bairro, ambos relataram não mais aderir a essa prática, um dos proprietários havia assumido há pouco tempo o estabelecimento e continuou

com a venda na caderneta para alguns moradores a pedido do antigo proprietário, parando cerca de três meses depois, pois segundo ele a venda é pouca, de sacolinha. Já a outra proprietária disse que se não parasse com o “fiado”, teria falido, levando-se em consideração o grande índice de inadimplência.

As compras de pequeno vulto contribuem para a sobrevivência desses comércios menores, são aqueles itens esquecidos ou que acabaram na hora do preparo das refeições ou do lanche.

A gente procura aqui no bairro quando é necessidade de algo assim urgente que você esquece do nada de comprar, sempre tem, né!? Corre ali no mercadinho, mas assim em termos se for algo mais... em termos, mistura mesmo eu não compro aqui no bairro, procuro no mercado mesmo, né!? Pra não gastar pra ir buscar um óleo, ou açúcar, um trigo que às vezes você vai fazer um bolinho, um ovo, aí você compra aqui você acaba buscando mesmo, necessário mesmo (Moradora 3, 34 anos, do lar – Jardim Aeroporto).

Tal estratégia é ratificada por outros moradores, como na seguinte fala.

Não é novidade que geralmente esses mercados mais afastados, mais de vila, os preços são um pouco salgados, aí não dá pra você fazer uma compra total aqui porque às vezes uma coisa que você paga tipo 10,00 reais lá no mercado aqui você vai pagar já 20,00 daí pra cima, então eles meio que salgam um pouco o preço, aí, do jeito que as coisas estão né, não dá pra você fazer uma compra grande num lugar desses, não tem como, mas um refrigerante, uma coisinha que falta aqui, ah, uma cartela de ovo e tal dá pra você ir ali, né!? No mercadinho da vila e pegar, fora isso não dá (Moradora 1, 32 anos, estudante – Jardim Aeroporto).

Todos os moradores compram no comércio local, mas em geral é sempre o básico, o pouco, aqueles itens para o consumo imediato e que não vale a pena transpor as dificuldades (distância, precários meios de transporte, horário e tempo exíguo) para adquiri-los em outro local. O que traz consequências, como ilustrado no relato abaixo.

Aí quem não tem o meio de transporte pra ir buscar isso que tô te falando, acaba gastando muito, o pouco que tem, aqui no bairro, e é onde o que ele tem não rende pra ele, né!? Porque o que ele podia comprar lá no mercado um pouco mais longe, podia dobrar aquilo que ele compra, ele compra às vezes metade aqui porque não tem a condução pra poder ir buscar, né!? (Moradora 3, 34 anos, do lar – Jardim Aeroporto).

Há quem diante dos altos preços, por vezes, enfrenta a distância para conseguir um valor mais acessível. *Porque é mais caro, porque se eu pago uma lata de óleo R\$ 9,00 como eu tô pagando nove e não sei o que, eu paguei no Atlântico hoje, aqui tá R\$ 12,00. Acaba eu pegando minha bicicleta e descendo (Moradora 02, 65 anos, aposentada/pensionista – Arara Azul).*

Em contrapartida, encontramos uma moradora que não trabalha, não estuda, não tem filhos na escola e não tem nenhum meio de locomoção, de modo que seu local de convivência

e de uso se dá nos limites do bairro, não expande. Contrário aos outros, faz a compra “do mês” no bairro, sendo feita em outra localidade pelo marido, somente quando vai para a fazenda e, nessa situação, levado pelo empregador. *Agora nessa última vez ele tirou lá na Nova* [Bairro Nova Aquidauana], *mas o restante do mês ele faz qualquer mercado aqui* (Moradora 05, 47 anos, do lar – Arara Azul).

O fato de o bairro ficar mais distante e ainda em fase de crescimento populacional contribui para um tímido desenvolvimento da área comercial, que tem como consumidores basicamente seus moradores e os grandes empreendimentos precisam de uma vultosa clientela para sua manutenção.

Segundo notícia veiculada no jornal da cidade¹⁰, dos dois atacadistas com futuras instalações em Aquidauana, um ficará no bairro vizinho, Santa Terezinha. Trata-se da segunda loja de atacarejo – Portal Atacado, a primeira unidade localiza-se em Anastácio. Mesmo não sendo no bairro Exposição, os moradores serão beneficiados, já que se tornará o maior e mais próximo empreendimento comercial.

Não buscamos uma visão lógica econômica da instalação dos comércios, mas como sua localização interfere no comportamento e comprometimento financeiro dos moradores, sendo possível visualizar duas opções: ou se enfrenta a distância para aproveitar os melhores preços ou gastam mais adquirindo produtos no bairro, descortinando-se por meio de algo tão banal do cotidiano, escolhas desvantajosas a que moradores desses locais distantes estão condicionados.

Para o aprofundamento de nossas análises sobre os deslocamentos dos moradores entrevistados no espaço intraurbano de Aquidauana e, como podemos ver, em certos casos em Anastácio, abordamos os meios de transporte utilizados pelos moradores que em sua maioria se faz por meio de bicicleta.

Percebemos que as distâncias percorridas apresentam avaliações que se alternam de positivas a negativas de acordo com o meio de transporte utilizado. Este fato ficou evidenciado na fala de uma moradora entrevistada que não considerou distante nenhum dos locais que frequenta em seu cotidiano, e isso está diretamente relacionado ao uso da moto para deslocar-se, já que ao ser questionada: [e se fosse de bicicleta?] Obtivemos a seguinte resposta:

Aí eu não ia, aí eu acharia longe. Como no caso tenho meu meio de locomoção eu não acho difícil, mas tem bastante gente aí que acha complicado, né!? Porque não tem um circular, entendeu? Fica difícil, pra muitas famílias é difícil sim, fica distante, porque você encarar daqui pra lá [referindo-se aos locais fora do bairro] de bicicleta é meio pesado. (Moradora 01, 32 anos – Jardim Aeroporto).

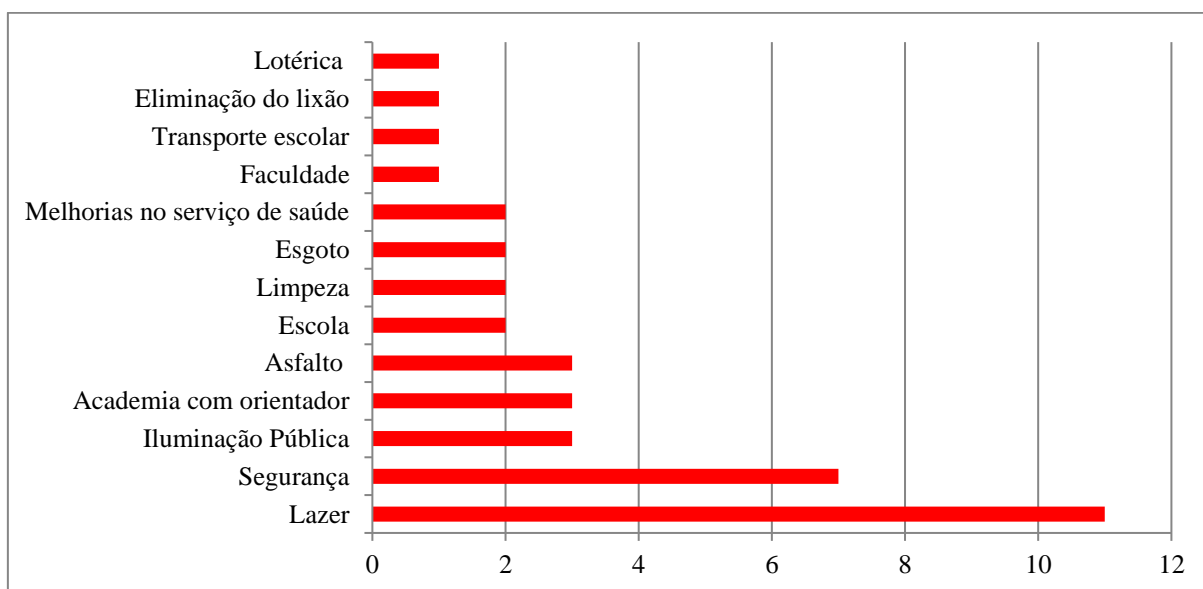
³<https://www.opantaneiro.com.br/aquidauana/aquidauana-vai-ganhar-loja-do-portal-atacado/180538/>

As distâncias por mais que possam ser medidas de forma quantitativa, só podem ser mensuradas e percebidas individualmente, levando-se em consideração as particularidades, uma dessas que contribui para essa percepção é o meio de transporte.

Após levantamento dessa dinâmica experienciada pelos moradores, potencializadas pela soma das condições individuais e locais, impondo desafios diários alguns até intransponíveis, achamos pertinente dar voz aos moradores, trazendo suas satisfações e insatisfações e o que falta para o atendimento de suas necessidades “[...] a satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre, nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito (LEFEBVRE, 1991, p. 87).

Dos 16 moradores entrevistados nesta pesquisa, a maioria, 8 se mostraram satisfeitos, 4 nem tão satisfeitos e 4 insatisfeitos com a estrutura do bairro. No entanto, independente do grau de satisfação, todos apontaram algum descontentamento ao responderem sobre quais serviços ou estruturas deveriam ser implantados ou melhorados para cobertura das necessidades. Trouxemos ilustrados os desejos dos moradores no gráfico (4). Essa questão permitiu mais de uma resposta.

Gráfico 03 – O que deveria ser disponibilizado ou melhorado?



Fonte: A autora, 2022.

É um bairro carente de vários serviços e infraestrutura, com um forte apelo quanto à importância das áreas de lazer que, como supracitado, promove ação que transforma esse

espaço de moradia, isso claramente não é por ser o único desejo e necessidade, mas é o que informalmente conseguem implantar.

Além de elencar as deficiências percebidas pelos moradores, procuramos revelar o poder de articulação coletiva, como sabemos, algumas mudanças e direitos só foram conquistados pela união dos oprimidos. “As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida” (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Evidenciamos que apesar de visualizarem e sentirem diariamente os impactos dessa precariedade e até atuarem por conta própria buscando abrandar, na medida do possível, essa realidade, a reivindicação junto aos responsáveis é ínfima e desarticulada, resumindo-se a abaixo assinado feito por alguém que não se sabe quem, ou então conversa individual com algum político que prometeu, mas não cumpriu.

Das poucas ações, apenas uma trouxe resultado [Já promoveu alguma reivindicação ou ação para o alcance do objetivo?]

Já, tanto é, que esse asfalto que tá saindo aqui... é agora, recente, é uma insistência minha, eu trouxe o prefeito aqui, nós andamos o bairro inteiro e nós andamos nessa rua a pé e mostrando pra ele, na primeira oportunidade que o governador veio aqui de MS, Reinaldo, a primeira oportunidade o prefeito solicitou, parece que dá 600, 700 mts, o prefeito solicitou, depois o governador pediu o projeto, foi realizado o projeto que hoje vai ser uma realidade (Morador 10, 53 anos, servidor público – Jardim Aeroporto).

Muitos entrevistados atribuíram essa passividade pela falta de alguém que tome iniciativa, citando a ausência de um presidente de bairro, em contrapartida, ninguém se prontifica a ser. O morador que articulou a construção do asfalto pontua alguns desafios.

Normalmente as pessoas me procuram e... pra isso, pra, eu falei que seria legal, pra ter muito mais força é... criar uma associação de moradores, por exemplo, né!? do Zé da Portuguesa ou o bairro Jardim Aeroporto, né!? é existe essa vontade, mas aí tem várias pessoas interessadas, mas com pensamentos ideológicos diferentes, então, um quer caminhar pra lá, outro quer caminhar pra cá e acaba não dando certo, né!? não teve ainda aqui uma pessoa, por exemplo, que.. oh, vamos reunir um grupo que tem uma mesma ideia, eles têm as mesmas aspirações, querem melhoria para o bairro, quer por exemplo um posto policial, também que as pessoas...é, apesar de não ser um lugar violento, né!? a violência talvez aqui é comum, a que tem em qualquer lugar, mas ela não... mas ninguém consegue agregar um grupo para criar uma associação par reivindicar essas melhorias, aí ficam pedindo esporadicamente, um vem aqui fala, algum vereador aparece, mas não consegue agregar e aí fica fraco o movimento (Morador 10, 53 anos, servidor público – Jardim Aeroporto).

Essa individualidade corrobora para a dispersão de ideias e ideais, há o abandono da luta coletiva. O indivíduo cada vez mais autônomo, centrando-se no “eu” acaba por guiar as ações a partir de desejos e visões pessoais. De acordo com Bauman (2001) os membros da sociedade que se apresentam como indivíduos é a marca da sociedade moderna.

Eis que a visão de problemas individuais e divergentes, distanciam, enfraquecem e ignoram os problemas coletivos, acarretam na dispersão e aniquilação do poder popular. Se por um lado temos uma população dispersa nos ideais e ações, por outro temos um governo livre para atuar conforme sua boa ou má vontade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pretensão ao abordar o cotidiano foi a de retratar a construção diária da vida dos moradores a partir da decisão em instalar-se em habitações que foram planejadas e entregues pelo Estado que, apesar de poder, dever e condições, não produzem em um mesmo pacote as unidades habitacionais e as infraestruturas e serviços essenciais, refletindo na qualidade de vida, desafios enfrentados e aniquilação de direitos, restando aos ocupantes dessas moradias adequarem-se e traçarem estratégias que minimizem os impactos desse viver periféricamente a que são submetidos.

Um local totalmente novo onde se deu início à reconstrução da vida social em todas as suas dinâmicas e dimensões, quanto a construção das relações interpessoais, ladeadas a pessoas desconhecidas, com múltiplas histórias de vida e comportamentos, por vezes, pré-julgados, e no tocante a rotina, as velhas e óbvias práticas sob condições ditadas por essa nova localização.

As trajetórias de vida e condições econômicas dos moradores fundamentam o aceite que proporcionou a aquisição desse bem dispendioso e, até então, inalcançável, por um preço acessível como no caso do Arara Azul e ainda mais tentador, sem pagamento de nenhuma mensalidade, como no Jardim Aeroporto, oportunizando o abandono das incertezas outrora vividas, alcançando a estabilidade, refúgio, proteção e o status do ser proprietário.

Essa nova condição carregada de segurança, orgulho e gratidão contribui para a descrição romantizada e por vezes divinizada desse espaço vivido onde, apesar de visualizarem problemas estruturais tanto na escala das habitações quanto do bairro, encontram-se satisfeitos.

No entanto, ao aprofundar, foi possível visualizar nas entrelinhas os pormenores que, mesmo não escancarados à primeira indagação, apresentam-se ao cogitarem mudar-se para locais mais perto “da cidade, mais perto do centro”, portanto, mais estruturados, demonstrando que essa situação é percebida e sentida, sendo esse desejo velado pelo reconhecimento de sua realidade financeira e abrandado pela adaptação e o elo afetivo que foi sendo criado com a passagem dos anos, mesmo que por vezes se resume apenas a propriedade do imóvel, evidenciando o importante papel da casa própria.

Nota-se que as insatisfações estão presentes e materializadas. No âmbito das habitações é perceptível o anseio de alteração dos imóveis, evidenciando em alguns casos que o padrão estabelecido não atende a todos de maneira eficaz onde as mudanças iniciadas ou pretendidas refletem suas estratégias em busca de condições mais confortáveis no residir e como se pode evidenciar, não é uma tarefa a ser realizada a curto prazo, há uma longa espera para a aquisição da casa própria e mais tantos outros anos para se alcançar as condições desejáveis.

Outra atuação, por vezes coletiva, é a criação de improvisadas e precárias áreas de lazer e socialização que revelam quais são as atividades possíveis e para quem. O Estado descumpre o mandamento constitucional que prevê o incentivo ao lazer com fomento de práticas desportivas formais e não-formais quando limita esse direito ao que o cidadão consegue desfrutar. É necessária a atuação do poder público para que proporcione condições de acesso e escolha, oferecendo tanto áreas adequadas, quanto atividades múltiplas que contemple o público em geral, sendo indispensável ação mediante consulta popular para que direcione ao que melhor se adéque as preferências e necessidades locais, atraindo assim, esses moradores para o uso.

No entanto, o que se encontra é o cumprimento legal de reserva de áreas para projetos públicos sem uso adequado, se por um lado sua presença alimenta uma expectativa de melhorias futuras (sem data definida), no presente trazem inconvenientes da sua subutilização, pois o cuidado não se estende a toda extensão dessas áreas, proporcionando a visualização de um cenário contraditório, entre o cuidado e o descaso e, segundo os entrevistados, nas duas situações, ação dos próprios moradores.

Os esforços para promoverem adequação aos desejos e necessidades, ora individuais, ora coletivos partindo da força produtiva dos próprios moradores resultam em morosas e precárias evoluções estruturais tanto em âmbito particular, quanto dos espaços comuns que é reflexo da limitação do poder econômico desses. Além disso, pode-se averiguar o enfraquecimento do agir reivindicativo coletivo evidenciado no desmantelamento das associações de moradores que seria uma alternativa de organização da comunidade local em busca de melhorias gerais, sendo assim, o Estado não enfrenta significativa pressão para resolução de outros tantos problemas urbanos que não se limita apenas à moradia.

Foi possível constatar que os desafios impostos a aticulação além bairro, quando geram gastos ou então esforços aos moradores os quais nem sempre estão dispostos ou mesmo não tem condições de arcar, promovem uma avaliação de necessidade e aquilo que não é obrigatório acaba por ser descartado, não deixando de trazer consequências, seja quando consomem produtos mais caros no bairro comprometendo a economia familiar, seja quando deixam de buscar uma atividade de lazer que é oferecida em outra localidade, diminuindo assim sua qualidade de cidadão.

Alguns direitos que se fazem deveres não permitem malabarismos e renúncias, o peso da lei sobrepõe a própria condição do homem como, por exemplo, a educação, que é plenamente acessada por aqueles que são obrigados, exigindo grandes esforços dos estudantes ou dos pais em deslocamento diários. Não se apresentou elementos suficientes, nesta pesquisa, para afirmar

que o ônus da localização e as condições de acesso contribua para o abandono da vida escolar da maioria dos entrevistados e familiares a partir dos 18 anos, mas pode-se aqui registrar essa inquietação para possíveis futuras análises.

Por fim, faz-se importante ressaltar o quanto estão naturalizadas essas condições negativas que passam despercebidas, entremeiam e são absorvidas levando a perda da capacidade de uma percepção pura e real da interferência no acesso a direitos, deveres e necessidades que, no final, não se trata de escolha, mas sim das condições ofertadas resultante de um planejamento que não direciona a produção da cidade para atender ao cidadão. E assim, os cidadãos estão divididos entre os que merecem e os que precisam morar, e nessa distinção está impregnada toda carga prática na construção da vida cotidiana que deveria ser simples, mas não é a depender a qual grupo se integra.

REFERÊNCIAS

- ABECIP. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. SFI: Um novo modelo habitacional. **VIII encontro da ABECIP**, Brasília, novembro de 1995.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O lazer no Brasil: De Getúlio Vargas à globalização**. São Paulo: Phorte, 2011
- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. **Repositório do conhecimento do IPEA**, 2018, capítulo 2, p. 29-44.
- AQUIDAUANA. Prefeitura Municipal de Aquidauana. Lei Complementar nº 009/2008. Plano diretor.
- AQUIDAUANA. Prefeitura Municipal de Aquidauana. Lei ordinária nº 2.483/2016. Institui o Programa de adoção de praças públicas e de esportes e áreas verdes no município de Aquidauana. **Diário Oficial Ano III, Edição Nº 570**, Segunda-Feira, 22 de Agosto de 2016.
- AQUIDAUANA. Prefeitura Municipal de Aquidauana. Lei ordinária nº. 2.610/2019. Dispõe sobre o abairramento do Distrito-sede do município de Aquidauana-MS, e dá outras providências. **Diário Oficial eletrônico. Ano VI- Edição Nº 1146**. Aquidauana – MS, 2019.
- ARANTES, Pedro Fiori e FIX Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. 07/2009. Disponível em: <https://unmp.org.br/wp-content/uploads/2009/08/PacotePedroMariana.pdf>. Acesso em: 04/03/2022.
- ARAUJO, Ana P. Correia De. **Raízes Geográficas**. Campo Grande: UCDB, 2007. (Original Datilografado).
- ARAÚJO, Severina Garcia. Relações e condições de trabalho no universo produtivo – Escravidão contemporânea ou acumulação por espoliação? In: BOSCHETTI, Ivanete; BERING, Elaine Rosseti; MIOTO, Regina Célia Tamasso; SANTOS, Silvana Mara de Moraes (Orgs). **Capitalismo em crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder: Da Fundação Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BARBOSA, Carla; LIECHTY, Toni, PEDERCINI, Raquel. Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, junho 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BONDUKI, Nabil, Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Vol. XXIX (127), 1994 (3º.), 711-732

BORGES, Viviane Florindo. Reflexões sobre a política pública de habitação: Do Banco Nacional de Habitação ao Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.** Cidade Universitária do UFMA, São Luiz, Maranhão – Brasil, 2013.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: Urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural.** Ano VIII. Nº 17, 2007, p. 66-72.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.218, de 1 de maio de 1946. Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”. Publicação Original. **Diário Oficial da União de 04/05/1946**, p. 6774, co. 1.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/9/1964**, Página 8089 (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União – Seção 1 – 20/12/1979**, página 19457 (Publicação Original)

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil.** Capítulo II – Da Política Urbana. Art. 182, 1988.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 11/07/2001**, (p. 1, col. 1)

BRASIL. Ministério das cidades. Política Nacional de Habitação. **Caderno MCidades Habitação – 4**, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União – Seção 1 – 17/6/2005**, Página 1 (Publicação Original)

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial da União – Seção 1 – Edição Extra – 22/1/2007**, p. 16 (Publicação Original)

BRASIL. Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União – Seção 1 – 8/7/2009**, Página 2.

BRASIL. Ministério das cidades e Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação.** Brasília, 2009.

BRASIL. Departamento de Produção Habitacional, Secretaria Nacional de Habitação, Ministério das Cidades. **Seminário sobre políticas públicas na região do Vale do Jaguaribe – Ceará**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da saúde. **PNAB (Política Nacional de Atenção Básica)**. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. **Por uma cultura de direitos humanos**. Direito à moradia adequada. Brasília – 2013.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União. Edição: 183. Seção: 1. Página: 68**. Publicado em: 22/09/2017.

BRASIL. Ministério da economia; Secretaria especial de fazenda; Secretaria de avaliação, planejamento, energia e loteria. **Relatório de avaliação. Programa Minha Casa Minha Vida**. Dezembro de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional/Gabinete do Ministro. Portaria nº 959, de 18 de maio de 2021. Dispõe sobre os requisitos para a implementação de empreendimentos habitacionais no âmbito da linha de atendimento Aquisição subsidiada de imóveis novos em áreas urbanas, integrante do Programa Casa Verde e Amarela. **Diário Oficial da União, publicado em: 19/05/2021, edição: 93, seção: 1, Página: 155**.

BRASIL. Lei Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União. Edição: 246 | Seção: 1 | Página: 1**. Publicado em: 30/12/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Casa Verde e Amarela**. 2022?. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/programa-casa-verde-e-amarela>. Acesso em: 20/07/2022.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Social. **O que é o cadastro único**. Disponível em: www.sedes.df.gov.br. Acesso em: 10/05/2021

CARDOSO, Adauto Lúcio e ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-66.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. 1º ed. Edição eletrônica. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.

_____. A prática espacial urbana como segregação. In: Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaui (org). **A cidade contemporânea**, São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2018. (Repensando a Geografia)

_____. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade” / Henri Lefebvre: the “directtothecity” as a utopianhorizon. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, 2020, p. 349-369.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de e SHIMBO, Lucia Zanin. O “padrão econômico” da habitação: construindo uma trajetória de mercado. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da cidade**. A produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

COLOGNESE, Silvio Antônio e MÉLO José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática S.A. 1989.

_____. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ps. 15 – 47

_____. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA Roberto Lobato e PINTAUDI Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. Orgs.: Ana Fani Alessandri Carlos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2017. pg. 41 – 49.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DORNIZOT, Cristiane. **A expansão urbana de Aquidauana como incentivo na reorganização da produção econômica nas propriedades rurais no murrinho**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Repositório Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2016.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ENDLICH, Ângela, Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná, Presidente Prudente**. Tese (doutorado em Geografia). 2006.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de Freitas. Como qualificar conjuntos habitacionais populares. **Dissertação de mestrado** apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas 2004. Apoio: Caixa Econômica Federal, Brasília, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-39.

_____. **A Condição Urbana: ensaios de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

GOMES, Carla Cristina de Araújo. **O apego pelo lugar de morar: Vila Monticelli em Goiânia-GO**. Dissertação em Mestrado e Desenvolvimento e Planejamento Territorial. 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na **New Left Review**, n. 53, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 05/02/2022

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. *Novos cadernos NAEA*. v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009, ISSN 1516-6481

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama populacional. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aquidauana/panorama>. Acesso em: 20/01/2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 04/05/2022

INCT. INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal. Boletim 649. **Observatório das Metrôpoles**, 2020.

JESUS, Leandro de; LIMA, Victor Augusto Merli Oliveira Lima; HOFF, Sandino. História e ocupação dos municípios de Aquidauana e Anastácio, Mato Grosso do Sul. In: ALVES, Gilberto Luiz; HOFF, Sandino (org). **Mato Grosso do Sul: Estudos sobre ocupação do espaço regional**. Londrina: UNOPAR editora, 2018, p. 15 – 21.

JOIA, Paulo Roberto; SILVA, R. L. O. Ocupação do solo e meio ambiente na cidade de Aquidauana. **Revista Pantaneira**, Aquidauana-MS, v. 5., p. 25 - 43, 2003.

JOIA, Paulo Roberto. Origem e evolução da cidade de Aquidauana – MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS. V. 7, p. 34 – 49, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2003.

LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

LIMA, D. M. **O espaço de todos, cada um no seu lugar: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal, 2006**. 250p. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

LISBOA, Severina, Sarah. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. *Revista Ponto de Vista – Vol. 4, n. 1*. 2020.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na Geografia. *Geografia ensino e pesquisa*, v. 16, n. 2, p. 23-30, 2012.

MACHADO, Bruna Maria Eloy. **Política de Habitação e Direito à Cidade no Município de Embu/SP 2001 – 2008**. Dissertação (Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

MARANDOLA Jr., Eduardo.; HOGAN, Daniel, Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Rev. bras. estud. popul.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181. 2009.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes Ltda, 1987.

_____. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. In: BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Políticas sociais – acompanhamento e análise, 2006.

_____. A nova política nacional de habitação. **LabHab – FAUUSP**, 2018

MATO GROSSO DO SUL. Agehab. **Decreto nº 11.312, de 24 de Julho de 2003**. Institui o Programa Habitacional "Novo Habitar" e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 3.482, de 20/12/2007. Cria o Fundo de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e institui o Conselho Gestor do (FEHIS). **DO-MS-29 (7118):11-12, 21.12.07**.

MATO GROSSO DO SUL. Agehab. **Plano de habitação estadual de Mato Grosso do Sul (PHE-MS)**. Habitação de interesse social. Parte 1. Campo Grande-MS, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.888, de 20 de julho de 2016. Institui os Projetos Lote Urbanizado, Aquisição, Autoconstrução, Reforma e Ampliação de Unidade Habitacional para população de baixa renda de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial Estado de Mato Grosso do Sul, ano XXXVIII, n. 9.210.**

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.639, de 5 de abril de 2021. Institui o Programa Mais Social, e dá outras providências. Publicado no **Diário Oficial nº 10.465**, de 6 de abril de 2021, páginas 2 e 3.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.808 de 16/12/2021. Institui o Programa Energia Social: Conta de Luz Zero, e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico n. 10.710, p. 55 de 17 de dezembro de 2021.

MILANI, Patrícia Helena. **A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto – SP: Uma análise a partir do cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados.** 2016. 252 fls. Tese (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 21º ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9 - 29.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1985. 138 p.

OLIVEIRA NETO, Firmino de; MARTINS, Carlos. A cidade e o rio: Quase crônica sobre uma cidade pantaneira. **Revista Pantaneira**, V. 17, UFMS, Aquidauana-MS, 2020.

OLIVEIRA, Victor da Silva; OLIVEIRA, Arlindo Teixeira de. Materialismo histórico e dialético: ensaio acerca do método de abordagem marxista e sua influência no pensamento de George Benko e Milton Santos. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2015, Havana. Por uma América Latina unida y sustentable. Havana: Egal, 2015. Disponível em: [HTTP://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/02.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/02.pdf). Acesso em: 12/01/2022.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. DO BNH ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças E permanências na Política Habitacional. Instituto de Geografia UFU Programa de Pós-graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia** - Revista online. Uberlândia, v. 15, n. 50, 2014, p. 36-53.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Geografia.** SEED, Curitiba, 2008.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Portal de revistas da USP.** V. 30. n. 86, 2016.

PECOTCHE, Carlos Bernardo Ganzález. **Introdução ao conhecimento Logosófico**. [tradução de filiados da Fundação Logosófica do Brasil]. 3. ed. São Paulo :Logosófica, 2011.

PONTE, Juliano Ximenes. **A recriação dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional**: retorno de uma política de desenvolvimento urbano e regional? Observatório das metrópoles. Artigos semanais16/05/2019.

RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia, 4(7): 1-25, abril 1979

RIZEK Cibele Saliba; AMORE Caio Santo; CAMARGO Camila Moreno de; CASTRO Andrea Quintanilha de; PEREIRA Rafael Borges; RODRIGUES Daniela Perre; PEREIRA Marina Barrio. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO. Maria Beatriz Cruz (org). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 289 – 322.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais. A luta pelo direito à cidade. Brasília. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

_____. Políticas Públicas: FGTS e Planos Diretores – conteúdos e significados. **Cidades**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 10 -30, 2012.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. – (Repensando a Geografia)

_____. Políticas públicas no espaço. Justiça e direito: um debate sobre o urbano. **Revista Cidades**, volume 13, número 22, p. 41 – 69, 2016.

RODRIGUES, I. S.; SOARES, J. J. Influência do Materialismo Histórico e Dialético na Geografia: Debates Acadêmicos e suas Perspectivas para a Educação Básica. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre, 2009.

ROLNIK, Raquel. Direito à moradia. IPEA – Desafios do desenvolvimento. **A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Ano 6. Edição 51 - 07/06/2009.

ROLNIK, Raquel e NAKANO Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde diplomatique Brasil**. Editotal 109, 2009.

_____. Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade. **Blog da Raquel Rolnik**, 2012.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 131 fls. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia, Área de concentração Produção do Espaço Geográfico) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço do cidadão**. 7º ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Rosselvelt José. **Pesquisa empírica e trabalho de campo**: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. *Sociedade & natureza*, Uberlândia, 11 (21 e 22): 111 – 125, jan./dez. 1999.

SARAVÍ, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. **Revista Eure**, Vol. XXXIV, N° 103, pp. 93-110, diciembre, 2008.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. **Teshelf e de doutorado**. Junho/2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SILVA, J.F.; JOIA, Paulo Roberto. Territorialização e impacto ambiental: Um estudo da zona ribeirinha de Aquidauana – MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana – MS, v. 3, p. 17 – 30, 2001.

SILVA, Garzielle Roberta Freitas; MACÊDO, Kátia Nêyla de Freitas; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; Souza, Ângela Maria Alves e. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, vol. 5, num. 2, 2006, pp. 246 – 257. Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Brasil.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e; LOPES Regina Lúcia Mendonça, DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. *Revista Brasileira de Enfermagem REBEn*. Brasília, p. 254-257, 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia**. 1988. 290 fls. Dissertação (Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SOUZA, Jorge Willian Francisco de. **Mas afinal, de quem é o terreno?** Resistência dos movimentos sociais e luta por moradia em Aquidauana – MS. Mestrado (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia). Aquidauana, 2022.

SOUZA, Josy Dayanny Alves; OLIVEIRA JUNIOR, Antônio. O limiar entre a casa e cidade: Cotidiano e segregação socioespacial na habitação de interesse social, Goiânia, GO. **BG Journal**. Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 4-24, jan./jun. 2019.

SPINK, Mary Jane P. Pesquisando no cotidiano: Recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7 – 14, jan/abr. 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo, Contexto, 10^a edição. 2000.

STRUCHINER, Cinthia Dutra. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. *Rev. abordagem gestalt*. [online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 241-246. Acesso em: 14/12/2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1809-6867.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço Projetado e Espaço Vivido na Habitação Social: Os Conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte/MG**. 2004. 253f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira**. Natal: Editora Fórum, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Primeiro Bloco: começaremos pela identificação dos moradores, apresentando o perfil dos entrevistados. Pois assim podemos ter mais clareza de quem está ocupando, ou melhor, residindo nas habitações de interesse social.

Perfil organizado como o demonstrado pelo exemplo apresentado.

A. Perfil

A.1. Idade

A.2. Profissão

A.3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas

A.4. Renda familiar aproximada

A.5. Há quanto tempo moram no conjunto habitacional?

A.6. Recebe algum benefício social (bolsa família, renda Brasil, etc.).

Segundo bloco: busca-se compreender o histórico habitacional dos moradores, qual era sua condição de moradia anterior e o que os levaram a uma habitação de interesse social.

B. Trajetória de vida

B.1. Onde moravam antes –casa, bairro e cidade, se era próprio, alugado ou cedida?

B.2. Qual a condição da moradia anterior? A casa era confortável?

B.3. Como foi o processo de aquisição desta casa? Tem cadastro na secretaria de habitação?

B.4. Você conseguiu escolher qual casa iria morar neste conjunto?

B.5. Teve que pagar alguma prestação pela casa?

B.6. Você está satisfeito com essa casa? Pretende fazer ou já fez alguma reforma?

Terceiro bloco: busca-se compreender as práticas cotidianas dos moradores entrevistados. Local de consumo, espaços de lazer, satisfação com o bairro, segurança habitacional, etc.

C. Cotidiano

C. 1. Em seu momento livre o que costuma fazer? Onde?

C. 2. Desenvolve alguma atividade com a vizinhança?

C.3. Dos serviços e atividades prestados no bairro quais você acessa e quais procura em outros locais? Onde? Qual motivo?

C. 4. Dos serviços e atividades prestados no bairro quais você acessa e quais procura em outros locais? Onde? Qual motivo? E quais não têm e impõem essa articulação? Com que frequência? Qual o tempo médio de deslocamento? Acha distante?

C. 5. Utiliza qual meio de locomoção?

C.6. Está satisfeito com a estrutura do bairro? Tem algum serviço que deveria ser disponibilizado ou melhorado? Já promoveu alguma ação para o alcance do objetivo?

C. 7. Já se habituou? Quanto tempo demorou?

C. 8. Tem ou já teve intenção de mudar do bairro? Por quê?

C. 9. Qual motivo faz você gostar ou não gostar de morar aqui?